

PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTABILIDADE

VOLUME II



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTABILIDADE

VOLUME II

ORGANIZADORES

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Jandeson Dantas da Silva

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Geison Calyo Varela de Melo



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Jandeson Dantas da Silva
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Geison Calyo Varela de Melo
Ítalo Carlos Soares do Nascimento

PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTABILIDADE
Volume 2

MOSSORÓ/RN
2024

Editor Chefe: Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Projeto Gráfico/ Designer: Edvaldo Rodrigues Júnior
Diagramação: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Publicação: Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

FCRN, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
Praça Dom João Costa, 511 - Bairro Santo Antônio.
Mossoró/RN | CEP 59.611-120
(84) 3318-7648
E-mail: jornadaacademicadegestao@catolicadorn.com.br
Site: www.catolicadorn.com.br

Editoração:
Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Catálogo da Publicação na Fonte
Associação Santa Teresinha de Mossoró
Biblioteca Dom Mariano Manzana

F143

Pesquisas Contemporâneas em Contabilidade: volume 2 [recurso eletrônico] /
Organização de Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da
Silva, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Ítalo Carlo Soares do Nascimento, Geison
Calyo Varela de Melo. - Mossoró, RN: FCRN, 2024.

Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : ca 1.998 Mb)

ISBN: 978-65-80565-08-5

1. Contabilidade. 2. Pesquisa Contábil. 3. Contabilidade Contemporânea. I.
Costa, Wênyka Preston Leite Batista da. II. Silva, Jandeson Dantas da.
III. Silva, Sérgio Luiz Pedrosa. IV. Nascimento, Ítalo Carlo Soares do. V. Geison
Calyo Varela de. VI. Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. VII. Título.

CDD: 657

Bibliotecária: Andreana T. Veloso CRB 15/0999

*Os conteúdos, a formatação de referências e as opiniões
externadas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos
autores de cada texto.*

*Todos os direitos de publicação e divulgação em língua
portuguesa estão reservados à FCRN - Faculdade Católica do
Rio Grande do Norte e aos organizadores da obra.*



APRESENTAÇÃO

A contabilidade é uma ciência social aplicada que evolui junto com os avanços da sociedade, adaptando-se constantemente. Essa evolução influencia não apenas os profissionais contábeis, mas também os aspectos do ensino e da pesquisa em contabilidade.

Nesse contexto, cabe ressaltar a relevância do ensino e da pesquisa em contabilidade, habilidades fundamentais na formação de profissionais capacitados, que terão um impacto positivo nas contribuições que fazem para a sociedade por meio de suas atividades.

Com base nisso, foi elaborado o e-book resultante das pesquisas realizadas pela colaboração entre os grupos de pesquisa: Grupo de Estudos Contemporâneos em Contabilidade, Finanças e Gestão, liderado pelo professor Me. Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Grupo de Pesquisa e Ensino em Contabilidade, liderado pelo professor Me. Geison Calyo Varela de Melo, e Grupo de Pesquisa: Ensino e Pesquisa em Contabilidade, liderado pela professora Dra. Wênika Preston Leite Batista da Costa e pelo professor Dr. Sérgio Luiz Pedrosa Silva, além do Grupo de Pesquisa: Finanças e Governança Pública, coordenado pelo professor Dr. Jandeson Dantas da Silva.

O e-book é constituído por seis artigos que tratam de temas relacionados a pesquisas contemporâneas no campo contábil e refere-se a continuidade das pesquisas apresentadas no volume 1. Utilizando predominantemente a abordagem descritiva nos procedimentos metodológicos, distribuídos entre abordagens de levantamento, documental e estudo de caso. Entre as estratégias de investigação, os artigos apresentados pelo e-book apresentam perspectivas

qualitativa e quantitativa, concentrando-se em diversos objetos de estudo.

As abordagens adotadas pelos estudos apresentados oferecem uma oportunidade para maior entendimento e aprofundamento das pesquisas atuais em contabilidade, além de impulsionar o progresso da ciência contábil.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Os organizadores



PREFÁCIO

Com grande satisfação, apresentamos o e-book intitulado "Pesquisas Contemporâneas em Contabilidade - Volume 02", resultado da colaboração entre grupos de pesquisa dedicados ao avanço do conhecimento na área contábil.

Sendo assim, este e-book é fruto dos esforços conjuntos do Grupo de Estudos, sendo estes: Grupo de Pesquisa e Ensino em Contabilidade (Católica), liderado pelo professor Me. Geison Calyo Varela de Melo; do Grupo Contemporâneos em Contabilidade, Finanças e Gestão (Católica), liderado pelo professor Me. Ítalo Carlos Soares do Nascimento, do Grupo de Pesquisa: Ensino e Pesquisa em Contabilidade (UERN), liderado pela professora Dra. Wênyka Preston Leite Batista da Costa e pelo professor Dr. Sérgio Luiz Pedrosa Silva. Além disso, contamos com a valiosa contribuição do Grupo de Pesquisa: Finanças e Governança Pública (UERN), liderado pelo professor Dr. Jandeson Dantas da Silva.

Este e-book é constitui um conjunto de seis artigos que exploram as tendências recentes e relevantes na pesquisa contábil contemporânea, promovendo a permuta de ideias e perspectivas, além de fortalece os laços entre o ensino, a pesquisa e aplicabilidade dos conhecimentos científicos nas práticas contábeis abordadas em cada um dos capítulos.

Esperamos que este e-book seja uma fonte de inspiração e conhecimento para todos os interessados no desenvolvimento da contabilidade como ciência e prática profissional. Acreditamos também que as pesquisas apresentadas neste e-book inspirem novas investigações e contribuam para uma compreensão mais profunda e abrangente dos desafios e oportunidades no campo da contabilidade.

*Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Jandeson Dantas da Silva*

*Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Geison Calyo Varela de Melo
Ítalo Carlos Soares do Nascimento*



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Capítulo 01 - ANÁLISE DA GESTÃO CONTÁBIL NA PERCEPÇÃO DE GRADUANDOS NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE | 10 |
| <i>Joiciane Pereira dos Santos Vasconcelos, Rayla Soares de Lima Silva, Geison Calyo Varela de Melo , Ítalo Carlos Soares do Nascimento Jane Elly Nunes da Costa Lima, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva e Sérgio Luiz Pedrosa Silva</i> | |
| Capítulo 02 - FATORES MOTIVACIONAIS NA ESCOLHA DO CURSO SOB A ÓTICA DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS..... | 30 |
| <i>Andrelino Lima da Silva Junior, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo</i> | |
| Capítulo 03 - PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONTABILIDADE: ANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE..... | 54 |
| <i>Ana Catariny Vieira Cavalcante, Letícia Beatriz Bezerra Mendes, Geison Calyo Varela de Melo, Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Keliane de Melo Ramalho, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva e Sérgio Luiz Pedrosa Silva</i> | |
| Capítulo 04 - CONTABILIDADE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: estudo sobre as percepções econômico-financeiras dos produtores de caju..... | 80 |
| <i>Eduarda Keli Ferreira Sena, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo</i> | |
| Capítulo 05 - A IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO..... | 113 |
| <i>Edson Carvalho Barreto, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo</i> | |
| Capítulo 06 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN..... | 153 |
| <i>Jefferson Ícaro de Medeiros, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo</i> | |



Capítulo 01

ANÁLISE DA GESTÃO CONTÁBIL NA PERCEPÇÃO DE GRADUANDOS NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Joiciane Pereira dos Santos Vasconcelos

Graduada em Ciências Contábeis (UniCatólica)

Rayla Soares de Lima Silva

Graduada em Ciências Contábeis (UniCatólica)

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Jane Elly Nunes da Costa Lima

Mestrado em Administração e Controladoria

Wênika Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

RESUMO

Nos últimos anos, a contabilidade vem ganhando espaço e notoriedade em todas as áreas da sociedade, a exemplo da área da saúde, principalmente como um suporte para os profissionais em seus consultórios e clínicas. Assim, o presente estudo consiste em analisar a percepção de graduandos na área de ciências da saúde sobre a gestão contábil e para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e de levantamento, com graduandos finais de cursos de Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Psicologia. Os resultados apontam discentes com perfil diversificado, que desejam empreender por meio de consultórios/clínicas e apresentam um conhecimento sobre gestão contábil de nenhum a básico, mas que reconhecem a

importância de possuírem esse conhecimento, se tornando um diferencial no mercado, como também faz-se necessário de uma melhor formação sobre essa temática nos cursos de graduação, tendo em vista que consideram a gestão contábil relevante para os seus negócios e profissão.

Palavras-chave: Gestão contábil; Cursos da saúde; Suporte profissional.

ABSTRACT

In recent years, accounting has been gaining space and notoriety in all sectors of society, such as the health area, mainly as a support for professionals in their offices and clinics. Thus, the present study consists of analyzing the perception of undergraduates in the area of health sciences about accounting management and, for that, a descriptive, quantitative and survey research was developed, with final graduates of courses in Physiotherapy, Nutrition, Dentistry and Psychology. The results point to students with a diversified profile, who wish to undertake through offices/clinics and have a knowledge of accounting management from none to basic, but who recognize the importance of having this knowledge, becoming a differential in the market, as well as doing so. if necessary, better training on this subject in undergraduate courses, considering that they consider accounting management to be relevant to their businesses and profession.

Keywords: Accounting management; Health courses; Professional support.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade em geral tem passado por transformações relevantes e essas mudanças têm impactado diversos setores, incluindo a Contabilidade e o seu papel de atuação dentro das organizações. Com o avanço da tecnologia, a globalização dos mercados e as demandas cada vez mais complexas, a contabilidade assumiu uma função fundamental na gestão eficiente das organizações de saúde e até mesmo no meio acadêmico, em cursos de graduação dessa área, percebe-se a inserção da contabilidade e a necessidade de se entender a gestão contábil (Freitas, 2016).

Nesse sentido, a contabilidade desempenha um papel relevante como profissão, sendo considerada como uma assessoria para os negócios e dentro desse campo, destaca-se a gestão contábil, que se configura como uma área estratégica para o sucesso de um empreendimento, seja qual for, independente do setor, porte ou finalidade, auxiliando os gestores no processo de entendimento dos principais aspectos financeiros, identificação de oportunidades e desafios e tomada de decisão (Martins; Melo, 2022).

Considerando essa diversidade empresarial, percebe-se um crescimento de negócios na área da saúde e conforme apontam Ribas, Siqueira e Binotto (2010), os graduandos em cursos dessa área estão sujeitos a serem gestores de seus próprios empreendimentos, como clínicas ou consultórios, porém a formação desses profissionais tem sido concebida de forma linear, ou seja, não ocorre um diálogo necessário entre as diferentes áreas do conhecimento, como é o caso da área contábil.

Dessa forma, mesmo que o processo de gestão não seja a dimensão fundamental para a formação em cursos da saúde, mas serve como um apoio para a viabilização do atendimento ao paciente envolvendo questões relacionadas à qualidade, sendo que esses profissionais, uma vez graduados e tornando-se gestores, precisam desenvolver uma visão de mercado consumidor e habilidade para gestão (ribas; siqueira; binotto, 2010). Um mau gestor prejudica seus clientes, colaboradores e a sociedade, pois intervém com equívoco em aspectos que impactam a qualidade de vida organizacional (Lima, 2022).

Diante essa contextualização, o estudo é norteado pela seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção de graduandos na área de ciências da saúde sobre a gestão contábil?** E para tanto, o objetivo da pesquisa é analisar a percepção de graduandos na área de ciências da saúde sobre a gestão

contábil. Dessa forma, faz-se necessário o entendimento das perspectivas profissionais dos discentes dessa área e em como os mesmos visualizam a gestão contábil.

Assim, o desenvolvimento do estudo justifica-se levando em consideração a expansão que a contabilidade vem ganhando para outras áreas da sociedade e principalmente, em como essas áreas necessitam da contabilidade para proliferarem, como é o caso da área da saúde e é essa ideia é reforçada por Machado, Rocha e Martins (2019), que mostram a crescente interdisciplinaridade no meio acadêmico e do mercado de trabalho, bem como a necessidade de atualização profissional constante. Além disso, percebe-se que existe uma escassez de estudos que abordem a relação entre a área da saúde e a gestão contábil, conforme aponta Ramos (2021) e Bitencourt e Alemão (2021).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão discutidos os principais aspectos relacionados a temática do estudo, com suporte de estudos anteriores realizados, iniciando com uma discussão acerca da gestão contábil e a relação existente com a área da saúde, seguido dos desafios e necessidades dos profissionais da saúde na gestão contábil.

2.1 GESTÃO CONTÁBIL E SUA RELAÇÃO COM A ÁREA DA SAÚDE

Ao longo do tempo, percebe-se uma evolução nas demandas profissionais que são direcionadas a Contabilidade e essas mudanças têm impulsionado o surgimento de um novo perfil profissional, caracterizado por auxiliar os mais diversos empreendimentos na execução de planejamentos estratégicos, visando alcançar os objetivos e metas estabelecidos, auxiliar na tomada de decisão, e assim, a contabilidade

passou a desempenhar um papel de destaque no suporte a gestão empresarial (Silva; Santana; Meirelles Júnior, 2017).

Essa extensão das demandas profissionais da contabilidade tem impactado diretamente os diversos setores da sociedade, em destaque o setor da saúde, que apresentou nos últimos anos uma necessidade de profissionais que detenham de competências e habilidades voltadas para os aspectos de gestão, contabilidade e finanças. Assim, a gestão desempenha um papel fundamental na área da saúde, contribuindo para a eficiência e melhor sustentabilidade das instituições de saúde (Ramos, 2021).

Além disso, a gestão contábil na área da saúde desempenha um papel importante no controle e monitoramento dos processos financeiros e administrativos, com o intuito de garantir a transparência e a responsabilidade na utilização dos recursos disponíveis. Ademais, a contabilidade na área da saúde também está diretamente relacionada à gestão de estoques, faturamento de serviços, análise de custos, negociações com fornecedores e prestadores de serviços, suporte para clínicas e consultórios, entre outros aspectos fundamentais para o bom funcionamento das instituições de saúde (Sales *et al.*, 2015).

Com a crescente complexidade do setor, as organizações de saúde enfrentam desafios significativos no gerenciamento de recursos financeiros, controle de custos e conformidade com regulamentações específicas. Nesse contexto, a gestão contábil se torna essencial para fornecer informações precisas e atualizadas sobre a situação financeira da instituição, permitindo uma análise criteriosa dos custos e receitas, além de auxiliar na elaboração de estratégias para otimização dos recursos e tomada de decisões estratégicas (Gonçalves; Gonçalves; Alemão, 2011).

Portanto, a gestão contábil se apresenta como um elemento estratégico para a área da saúde, possibilitando a

eficiência operacional, a sustentabilidade financeira e o cumprimento das normas e regulamentações do setor. A integração de práticas contábeis sólidas e uma gestão financeira eficaz contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a redução de custos desnecessários e a maximização dos recursos disponíveis, proporcionando um ambiente mais seguro e eficiente para pacientes, profissionais de saúde e demais stakeholders envolvidos no sistema de saúde (Oliveira, 2017; Santos; 2017).

2.2 DESAFIOS E NECESSIDADES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA GESTÃO CONTÁBIL

Desde algumas décadas, as discussões sobre a formação de profissionais para atuar no sistema de saúde sempre foi considerada como um desafio, isto é, ao mesmo tempo que trazer a prática do dia a dia de profissionais de saúde, pacientes e gestores mostra-se essencial para a resolução dos problemas encontrados na assistência à saúde e para a qualificação do cuidado prestado à população, os desafios que emergem levam a reflexão se esses profissionais estão sendo bem qualificados e se sua formação acadêmica contempla realmente o que a sociedade espera (Batista; Gonçalves, 2011).

Conforme afirmam Guimarães Júnior, Silva e Gonçalves (2015) é comum se observar que existem queixas em relação a falta de uma disciplina que trate conteúdo administrativo ou de gestão na grade curricular dos cursos de graduação na área de ciências da saúde, que fosse capaz de repassar informações básicas de abertura ou do gerenciamento de um consultório ou clínica e isso apresenta-se como um dos maiores desafios enfrentados por esses profissionais, considerando que uma grande parte deles se inserem no mercado por meio dessa alternativa de terem o seu próprio

empreendimento, mas não conseguem geri-lo.

Em complemento, Lorenzetti *et al.* (2014) destacam a constante observação de que a gestão na área da saúde continua a se basear predominantemente em métodos e estratégias tradicionais da teoria clássica da administração e essa constatação apresenta o desafio de desenvolver novas abordagens e métodos de gestão na saúde, fundamentados na participação, cooperação e interdisciplinaridade, onde tanto os profissionais da área de saúde quanto os usuários desempenhem um papel ativo e engajado.

Outro desafio encontrado é o de precificação dos serviços prestados na área da saúde, ou seja, os valores cobrados nos atendimentos, são elaborados em tabelas pré-estabelecidas ou com base em serviços semelhantes oferecidos por outros profissionais da área, de modo que não suprem os custos e despesas e a prestação desse serviço seja prejudicada, tendo em vista que esses profissionais necessitam de suporte financeiro para aquisição de ferramentas para o trabalho e materiais fundamentais que, quando de boa qualidade, apresentam valores altos no mercado (Guimarães Júnior; Silva; Gonçalves, 2015).

Além disso, já era destacado por Batista e Gonçalves (2011) a necessidade de realizar mudanças na formação acadêmica de discentes e docentes do campo da saúde, levando em consideração a evolução ocorrida na sociedade. Nesse sentido, sugere-se que o profissional tenha uma formação que lhe permita atuar em uma dada realidade, que vai além daquilo que sua profissão trata, mas as outras inter-relações necessárias ao pleno atendimento de sua atividade (RIBAS; SIQUEIRA; BINOTTO, 2010), como é o caso da área da saúde e a necessidade de conhecimento sobre gestão contábil (Bitencourt; Alemão, 2021).

Essa necessidade se faz urgente e necessária nos dias atuais, à medida que se constata que os profissionais

formados na área da saúde possuem um conhecimento gerencial/contábil básico ou nem mesmo isso e necessitam ir em busca de serviços terceirizados para ajudarem em suas ações e em seus negócios, como é o caso de se resguardarem com os profissionais da contabilidade, principalmente com o intuito de ajuda no processo de gerenciamento dos seus consultórios ou clínicas e acredita-se que essa formação tão necessária, deve ser intensificada durante a sua graduação (RAMOS, 2021).

3 METODOLOGIA

Visando atender ao objetivo do estudo de analisar a percepção de graduandos na área de ciências da saúde sobre a gestão contábil, desenvolveu um estudo descritivo, tendo em vista que descreve as principais características de uma determinada população, como o caso da análise com graduandos da área da saúde; bem como utilizou-se de métodos quantitativos e técnicas para a sua realização, o que caracteriza como uma pesquisa quantitativa; e ainda, por meio de um levantamento (*survey*), com a aplicação de um questionário semiestruturado.

A amostra da pesquisa compreende 112 graduandos, matriculados no último período de cursos de Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Psicologia, de duas instituições de ensino superior privadas, ambas localizadas na cidade de Mossoró, interior do estado do Rio Grande do Norte. A justificativa para escolha desses cursos foi o fato da acessibilidade aos mesmos e para os discentes matriculados no último período do curso, foi devido ao entendimento que esses alunos já poderiam ter estudado, quase que em sua totalidade, os conteúdos propostos ou ter participado de atividades relacionadas a temática analisada.

O instrumento de coleta de dados compreendeu um

questionário semiestruturado com perguntas fechadas, elaborado com base no estudo de Ramos (2021) e dividido em três seções, que são: Seção 1 - Perfil dos respondentes; Seção 2 - Perspectivas profissionais; e Seção 3 - Sobre o conhecimento em gestão contábil. Utilizou-se, ainda, o *software Google Forms*, para criar o *link* do questionário e foi enviado pelo aplicativo *WhatsApp* e *E-mail*, para os graduandos que se disponibilizaram para responder.

Após a coleta de dados, que compreendeu o mês de maio/2023, realizou-se a tabulação desses dados no *software Microsoft Excel* e os resultados foram dispostos em tabelas para a melhor visualização dos mesmos. Para isso, utilizou-se a técnica de Estatística Descritiva e a Análise Fatorial Exploratória (AFE), sendo que essa técnica é aplicada quando se deseja reduzir a dimensionalidade de um conjunto de variáveis, agrupando-as em fatores latentes que representam características comuns e isso permite uma compreensão mais simplificada e interpretável dos dados, além de facilitar a análise e a visualização dos padrões subjacentes (Fávero et al., 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção traz a apresentação e discussão dos resultados alcançados na presente pesquisa, iniciando com o perfil dos respondentes da pesquisa, com os aspectos voltados para o gênero, idade, estado civil, cor/etnia, área de formação e renda mensal, como apresentado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes da pesquisa

| CARACTERÍSTICAS | | FREQ. | % |
|-----------------|-----------------------|-------|------|
| GÊNERO | Masculino | 39 | 34,8 |
| | Feminino | 67 | 59,8 |
| | Outro | 02 | 1,8 |
| | Prefiro não responder | 04 | 3,6 |

| | | | |
|-------------------------|------------------------------|------------|-------------|
| IDADE | Até 25 anos | 60 | 53,6 |
| | Entre 26 e 35 anos | 33 | 29,5 |
| | Entre 36 e 45 anos | 16 | 14,3 |
| | Entre 46 e 55 anos | 01 | 0,9 |
| | Acima de 55 anos | 02 | 1,8 |
| ESTADO CIVIL | Solteiro (a) | 84 | 75,0 |
| | Casado (a) | 22 | 19,6 |
| | União Estável | 03 | 2,7 |
| | Divorciado (a) | 03 | 2,7 |
| | Viúvo (a) | - | - |
| COR/ETNIA | Branca | 51 | 45,5 |
| | Negra | 13 | 11,6 |
| | Parda | 40 | 35,7 |
| | Amarela | 08 | 7,1 |
| | Indígena | - | - |
| ÁREA DE FORMAÇÃO | Fisioterapia | 21 | 18,8 |
| | Nutrição | 17 | 15,2 |
| | Odontologia | 30 | 26,8 |
| | Psicologia | 44 | 39,3 |
| RENDA MENSAL | Até 1,5 salário mínimo | 25 | 22,3 |
| | De 1,5 a 3 salários mínimos | 38 | 33,9 |
| | De 3 a 6 salários mínimos | 38 | 33,9 |
| | De 6 a 10 salários mínimos | 10 | 8,9 |
| | Acima de 10 salários mínimos | 01 | 0,9 |
| TOTAL | | 112 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme os dados da Tabela 1, percebe-se que a maioria dos respondentes é do gênero feminino (59,8%), enquanto o gênero masculino representa 34,8% dos participantes. Essa distribuição pode refletir uma maior representatividade das mulheres no campo da saúde. Já em relação à idade, a faixa etária mais representativa é até 25 anos, com 53,6% dos respondentes. Isso sugere uma participação significativa de indivíduos mais jovens na pesquisa e por outro lado, as faixas etárias acima de 45 anos têm uma representação relativamente baixa, com apenas 3,6% dos respondentes.

De acordo com o estado civil, a maioria dos respondentes é solteira (75%), seguida por casados (19,6%) e além disso, a presença de respondentes em união estável ou

divorciados é menos representativa, com cerca de 2,7% cada. Já a cor/etnia branca é a mais representativa entre os respondentes (45,5%), seguido por um total considerável de discentes pardos (35,7%) e por outro lado, a cor/etnia negra e amarela são menos representadas, com 11,6% e 7,1%, respectivamente.

Quanto a área de formação dos discentes, Psicologia é a área mais predominante entre os respondentes, representando 39,3% do total; Odontologia e Fisioterapia também têm uma participação relevante, com 26,8% e 18,8% dos respondentes, respectivamente, enquanto que a área de Nutrição é a menos representada, com 15,2%. Por fim, a faixa de renda mais frequente entre os respondentes está entre 1,5 e 3 salários mínimos, representando 33,9% do total, bem como até 1,5 salário mínimo e entre 3 e 6 salários mínimos têm uma participação semelhante, cada uma representando 22,3% e 33,9% dos respondentes, respectivamente.

Na sequência, analisou-se as perspectivas profissionais dos discentes analisados e o conhecimento que os mesmos possuem acerca da gestão contábil e/ou áreas afins, conforme destacado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Perspectivas profissionais e conhecimento em Gestão Contábil

| | AFIRMATIVAS | FREQ. | % |
|--|--|-------|------|
| Deseja abrir seu próprio consultório/clínica? | Sim | 62 | 55,4 |
| | Não | 13 | 11,6 |
| | Talvez | 37 | 33,0 |
| Caso a resposta anterior tenha sido "sim", o que te motiva a abrir seu consultório/clínica? | Realização/desejo pessoal | 31 | 27,7 |
| | Quero seguir os passos de familiares | 05 | 4,5 |
| | Autonomia profissional e financeira | 49 | 43,8 |
| | Status na profissão | - | - |
| | Tenho a capacidade de liderança/gestão | 01 | 0,9 |
| | Outro motivo | 13 | 11,6 |
| Caso a resposta anterior tenha sido | Não desejo abrir meu consultório/clínica | 13 | 11,6 |
| | Nunca tive esse desejo/interesse | 01 | 0,9 |
| | Falta de condições financeiras | 06 | 5,4 |

| | | | |
|--|--|------------|-------------|
| "não", o que te impede de abrir seu consultório/clínica? | Não tenho conhecimento/habilidades em gestão | 03 | 2,7 |
| | Desejo seguir no serviço/concurso público | 13 | 11,6 |
| | Desejo seguir no serviço privado, mas não autônomo | 01 | 0,9 |
| | Outro motivo | 23 | 20,5 |
| | Desejo abrir meu consultório/clínica | 65 | 58,0 |
| Possui conhecimento sobre gestão contábil ou áreas afins? | Sim, conhecimento básico | 53 | 47,3 |
| | Sim, conhecimento intermediário | 07 | 6,2 |
| | Sim, conhecimento avançado | 04 | 3,6 |
| | Não possuo conhecimento | 48 | 42,9 |
| Como esse conhecimento sobre gestão contábil foi adquirido? | Aprendi por conta própria na internet, redes sociais, etc. | 28 | 25,0 |
| | Trago esse conhecimento de experiências vividas | 31 | 27,7 |
| | Durante a minha própria graduação | 01 | 0,9 |
| | Em cursos profissionalizantes fora da faculdade | 04 | 3,6 |
| | Não possuo conhecimento | 48 | 42,9 |
| TOTAL | | 112 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Mediante os dados apresentados, a maioria dos respondentes (55,4%) expressou o desejo de abrir seu próprio consultório/clínica após se formar e uma parcela menor dos discentes (11,6%) afirmou que não deseja abrir seu consultório, enquanto 33% responderam "talvez". Entre aqueles que desejam abrir um consultório/clínica, as principais motivações incluem a realização pessoal (27,7%), a autonomia profissional e financeira (43,8%) e outros motivos diversos (11,6%); e em menor proporção, alguns respondentes mencionaram o desejo de seguir os passos de familiares ou a capacidade de liderança/gestão como motivações adicionais. Entre os respondentes que afirmaram não desejar abrir um consultório/clínica, os principais impedimentos mencionados incluem o desejo de seguir no serviço público (11,6%), falta de condições financeiras (5,4%) e outros motivos diversos (20,5%).

Além disso, a maioria dos respondentes (47,3%) afirmou possuir conhecimento básico em gestão contábil ou áreas afins e em menor proporção, possuem conhecimento intermediário

(6,2%) ou avançado (3,6%), enquanto que, 42,9% dos respondentes afirmaram não possuir conhecimento na área. Por fim, entre aqueles que possuem conhecimento em gestão contábil, a aprendizagem por conta própria na internet e redes sociais foi mencionada como a principal fonte de conhecimento (25%), outras fontes incluíram experiências vividas (27,7%), cursos profissionalizantes fora da faculdade (3,6%) e aprendizagem durante a graduação (0,9%).

Em seguida, buscou-se verificar a percepção que os discentes analisados apresentam sobre a gestão contábil e/ou área afins, de acordo com a sua formação na graduação, e para essa análise, utilizou-se a estatística descritiva, com base da média e o desvio-padrão obtido, conforme destacado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Percepção sobre a gestão contábil ou áreas afins

| V | AFIRMATIVAS | MÉDIA | DESVIO-PADRÃO |
|----------|--|--------------|----------------------|
| V1 | Considero que o meu curso de graduação ofertou conhecimento suficiente sobre gestão contábil ou áreas afins | 2,23 | 1,294 |
| V2 | Percebo que o meu curso de graduação encontra-se bem estruturado quando se trata de disciplinas e/ou atividades sobre gestão contábil ou áreas afins | 2,15 | 1,210 |
| V3 | Acredito que o meu curso de graduação realizou todos os esforços possíveis para se trabalhar sobre gestão contábil ou áreas afins | 2,20 | 1,314 |
| V4 | Considero relevante que os cursos de graduação em saúde tenham disciplinas e desenvolvam atividades sobre gestão contábil | 4,06 | 1,261 |
| V5 | Tenho consciência que um consultório/clínica representam uma empresa/ negócio e caso abra o meu consultório ou clínica, me tornarei um gestor | 4,49 | 0,949 |
| V6 | Percebo o quanto é relevante conhecer sobre gestão contábil ou áreas afins para abrir um consultório ou uma clínica | 4,41 | 0,973 |
| V7 | Considero que, caso eu abra um consultório ou uma clínica, terei dificuldades com a gestão contábil e as questões afins | 4,09 | 1,018 |
| V8 | Acredito que, caso eu abra um consultório ou uma clínica, precisarei de suporte profissional para a parte de gestão contábil | 4,54 | 0,758 |
| V9 | Percebo que cada vez mais aumentam as exigências por profissionais com múltiplos conhecimentos, dentre eles sobre gestão contábil | 4,47 | 0,859 |
| V10 | Acredito que o profissional de saúde que possui algum conhecimento sobre gestão contábil ou áreas afins, tem um diferencial no mercado de trabalho | 4,55 | 0,879 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação ao curso de graduação, os respondentes apresentaram médias relativamente baixas nas afirmativas V1 (2,23), V2 (2,15) e V3 (2,20), indicando que eles consideram que o curso não ofereceu conhecimento suficiente e que não está bem estruturado em relação à gestão contábil ou áreas afins. Isso sugere que há uma lacuna na formação desses profissionais em relação a esses temas específicos.

No entanto, as médias das afirmativas relacionadas à relevância da gestão contábil e seu impacto nas perspectivas profissionais foram significativamente mais altas, representadas por V4 (4,06), V5 (4,49) e V6 (4,41). Os respondentes mostraram uma consciência da importância de compreender os aspectos de gestão contábil ao abrir um consultório ou uma clínica, bem como reconheceram o aumento das exigências por profissionais com conhecimentos múltiplos, incluindo gestão contábil, destacado nas afirmativas V9 (4,47) e V10 (4,55).

Além disso, os respondentes demonstraram uma percepção de que podem enfrentar dificuldades com a gestão contábil caso abram um consultório ou uma clínica, e a maioria acredita que precisará de suporte profissional nessa área, como apresentado nas afirmações V7 (4,09) e V8 (4,54). Essa percepção reforça a necessidade de aprimorar os conhecimentos em gestão contábil durante a formação acadêmica ou buscar suporte especializado posteriormente.

No geral, os resultados indicam que os discentes analisados reconhecem a importância da gestão contábil para o sucesso de suas práticas profissionais. Entretanto, sentem que sua formação acadêmica não ofereceu conhecimentos suficientes nessa área, o que pode ser uma oportunidade para aprimorar os currículos dos cursos de graduação na área da saúde, incluindo disciplinas e atividades que abordem a gestão contábil de forma mais abrangente. Além disso, a busca

por suporte profissional especializado pode ser uma estratégia importante para suprir as lacunas identificadas e garantir uma gestão contábil eficaz em consultórios e clínicas.

A Tabela 4 apresenta os resultados dos testes de consistência das variáveis observáveis para o uso da Análise Fatorial Exploratória (AFE), que são o *Alpha de Cronbach*, a Esfericidade de *Bartlett*, o KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) e a Variância Explicada (%).

Tabela 4 - Resultado dos testes de consistência das variáveis observáveis para uso da AFE

| Alpha de Cronbach | Esfericidade de Bartlett Sig. | KMO | Var. Explicada (%) |
|--------------------------|--------------------------------------|------------|---------------------------|
| 0,720 | 0,000 | 0,737 | 60,267 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para fins de entendimento, o *Alpha de Cronbach* é uma medida de confiabilidade interna das variáveis e indica o quanto bem as variáveis estão correlacionadas entre si, e neste caso, o valor de *Alpha de Cronbach* é 0,720, o que sugere uma consistência aceitável das variáveis. Já a Esfericidade de *Bartlett* é um teste estatístico que verifica se as correlações entre as variáveis são significativas e como o valor de significância é 0,000, indica que as correlações entre as variáveis são estatisticamente significativas.

O KMO é uma medida de adequação da amostra para a realização da AFE, caso o valor seja acima de 0,5 é geralmente considerado adequado e considerando que o valor de KMO é 0,737, aponta que a amostra é adequada para a realização da AFE. E por fim, a Variância Explicada (%) indica a proporção da variância total das variáveis que é explicada pelos fatores extraídos na AFE e para este modelo, os fatores extraídos explicam 60,267% da variância total das variáveis, o que é considerado um resultado satisfatório.

Esses resultados sugerem que as variáveis observáveis utilizadas na análise têm uma consistência razoável entre

si, as correlações entre elas são significativas e a amostra é adequada para a realização da AFE. Portanto, de acordo com os testes utilizados, é possível prosseguir com a análise fatorial exploratória para identificar os fatores subjacentes aos dados, como destacado a seguir.

Tabela 5 - Análise Fatorial Exploratória

| V | CONSTRUTO | COM. | F1 | F2 |
|-----|-----------|-------|-------|-------|
| V1 | FATOR 1 | 0,841 | | 0,917 |
| V2 | | 0,871 | | 0,933 |
| V3 | | 0,757 | | 0,870 |
| V4 | | 0,592 | | 0,503 |
| V5 | FATOR 2 | 0,554 | 0,735 | |
| V6 | | 0,671 | 0,818 | |
| V7 | | 0,570 | 0,678 | |
| V8 | | 0,569 | 0,640 | |
| V9 | | 0,603 | 0,710 | |
| V10 | | 0,499 | 0,622 | |

*Nota: Método de Extração: Análise dos Componentes Principais. Método de Rotação: Varimax.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Fator 1, as variáveis V1, V2, V3 e V4 apresentam cargas fatoriais significativas. Isso indica que essas variáveis estão fortemente relacionadas ao construto representado pelo Fator 1. A carga fatorial mais alta é observada para as variáveis V2 e V3, indicando que essas variáveis têm uma forte influência no Fator 1. Essas variáveis se referem à percepção sobre o curso de graduação, incluindo o conhecimento suficiente em gestão contábil, a estrutura do curso nessa área e os esforços realizados pelo curso para trabalhar sobre gestão contábil.

Já no Fator 2, as variáveis V5, V6, V7, V8, V9 e V10 apresentam cargas fatoriais significativas. Essas variáveis estão associadas ao construto representado pelo Fator 2. As variáveis V6 e V9 têm as cargas fatoriais mais altas, sugerindo uma forte relação com o Fator 2. Essas variáveis abordam a relevância da gestão contábil para abrir um consultório ou clínica, a consciência de que um consultório ou clínica representa um negócio e que abrir um consultório ou clínica implica em se tornar um gestor, além da percepção

sobre a necessidade de suporte profissional em gestão contábil e a valorização desse conhecimento no mercado de trabalho.

Esses resultados sugerem que os respondentes têm uma visão coerente e consistente sobre esses aspectos do curso, indicando que eles reconhecem a importância da formação em gestão contábil nesse contexto e percebendo a necessidade de adquirir conhecimentos nessa área e buscar suporte profissional, apesar de considerarem a formação no seu curso de graduação sobre a temática que ainda precisa de melhorias e maior intensificação dessa abordagem, como também foi apontado nos estudos de Ramos (2021) e Bitencourt e Alemão (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, considera-se que o objetivo do estudo foi atingido, considerando que foi possível analisar a percepção de graduandos na área de ciências da saúde sobre a gestão contábil, mais precisamente de cursos de Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Psicologia. Em destaque, os resultados indicam que a maioria dos respondentes é do gênero feminino, enfatizando a maior representatividade de mulheres no campo da saúde e com faixa de idade menor entre eles. Além disso, a maioria apresenta-se como solteira, de cor/etnia branca, com maior quantitativo de respondentes do curso de Psicologia e com renda mensal entre 1,5 a 3 salários mínimos.

No que tange as perspectivas profissionais dos respondentes, a maioria expressou o desejo de abrir seu próprio consultório ou clínica, especialmente motivados pela realização pessoal e autonomia profissional e financeira, entretanto, uma parcela considerável afirmou não desejar abrir um consultório/clínica. Já quanto ao conhecimento em

gestão contábil, a maioria dos respondentes afirmou possuir conhecimento básico, no entanto, uma parcela considerável dos respondentes afirma não possuir conhecimento na área e as principais fontes de conhecimento em gestão contábil mencionadas são aprendizagem por conta própria na internet e redes sociais, experiências vividas e cursos profissionalizantes fora da faculdade.

Os resultados mostram que os respondentes consideram que seus cursos de graduação não ofereceram conhecimento suficiente e não estão bem estruturados em relação ao tema da gestão contábil, no entanto, eles reconhecem a relevância da gestão contábil ao abrir uma clínica ou consultório, bem como a necessidade de suporte profissional nessa área. Além do mais, percebem que cada vez mais cresce as demandas por profissionais com conhecimentos múltiplos, incluindo a gestão contábil e acreditam que possuir conhecimento nessa área é um diferencial no mercado de trabalho.

Como contribuições da pesquisa, percebe-se que no campo teórico, incrementam-se as discussões acerca do tema, que ainda é considerada pouco explorada e reforça a consciência sobre a importância da gestão contábil para as outras áreas de estudo, como a da saúde. Já no campo prático, nota-se um reforço na necessidade de atualização dos currículos de cursos de graduação na área da saúde, de programas de capacitação em gestão contábil e de atividades formativas interdisciplinares desses futuros profissionais, melhorando assim, a qualidade do ensino desses cursos.

Algumas limitações foram observadas no desenvolvimento deste estudo, sendo elas a dificuldade de material bibliográfico que abordasse a temática e a falta de representatividade de outros cursos que compõem a área da saúde. Assim, sugere-se para pesquisas futuras, o incremento de outros cursos da área, o que expande a amostra a ser analisada e apresenta uma visão mais ampla, bem como realizar

um estudo de comparação da percepção desses discentes por curso de graduação e identificar quais ações ou atividades os cursos da saúde estão realizando para fornecer o conhecimento em gestão para os seus graduandos.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, K. B. F.; GONÇALVES, O. T. J. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 884-899, 2011.
- BITENCOURT, K. C. B.; ALEMÃO, M. M. Estudo dos desafios e limitações na implantação da gestão de custos em organização hospitalares. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde (RAHIS)**, v. 18, n. 2, abr./jun., 2021,
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.
- FREITAS, F. J. S. **Ensino de administração nos cursos de medicina veterinária e a visão dos profissionais sobre a gestão dos serviços veterinários para pequenos animais diante da expansão do mercado pet**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GONÇALVES, M. A.; GONÇALVES, C. A.; ALEMÃO, M. M. Decision making process and modes of governance: a comparative study between Brazilian and British hospitals. **Corporate Ownership & Control**, v. 8, p. 177-187, 2011.
- GUIMARÃES JÚNIOR, E. S.; SILVA, S. W.; GONÇALVES, J. E. Marketing em serviços odontológicos: práticas e resultados a partir da percepção dos profissionais. **Revista da UIIPS**, Santarém, v. 3, n. 2, p. 44-62, set. 2015.
- LIMA, M. V. V. **O uso de ferramentas de apoio à gestão de processos de negócios por micro e pequenas empresas**. 2022. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- LORENZETTI, J; LANZONI, G. M. M.; ASSUITI, L. F. C.; PIRES, D. E. P.; RAMOS, F. R. S. Gestão em saúde no Brasil: Diálogo com gestores públicos e privados. **Texto Contexto - Enfermagem**, v. 23, n. 2, p. 417-25, abr./jun., 2014.
- MACHADO, D.; ROSA, T.; MARTINS, Z. B. O mercado de trabalho

na percepção dos profissionais contábeis. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 13, n. 1, p. 84-104, 2019.

MARTINS, R. M.; MELO, J. M. B. **Plano de Negócio**: Complexo Esportivo de Areia em São Luís – Maranhão. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, D. F. A implantação de um sistema de gestão de custos no hospital universitário pela EBSEH: um estudo de caso com utilização do PMBOK. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde (RAHIS)**, v. 13, n. 3, p. 122-139, 2017.

RAMOS, S. **Características da gestão de clínicas e consultórios da área da saúde**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Extremo Sul Catarinense.

RIBAS, M. A.; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E. O desafio da gestão para profissionais da odontologia. **XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. São Carlos-SP, v. 12, 2010.

SALES, M.; VALLIM, C. R.; BARCELLOS, S. S.; FIORIN, I. Gestão de consultórios e clínicas odontológicas na cidade de Vitória: um mapeamento para entender as necessidades dos gestores. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**. 2015.

SANTOS, L. T. F.; TABOSA, O. M. C. O mercado contábil e os novos rumos da contabilidade: uma análise da percepção dos alunos concluintes. **Revista Campo do Saber**, v. 6, n. 2, p. 80-95, 2017.

SILVA, B. N.; SANTANA, C. L.; MEIRELLES JÚNIOR, J. C. Formação acadêmica em Ciências Contábeis e sua relação com o mercado de trabalho: a percepção de formandos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 1, n. 225, p. 66-77, 2017.



Capítulo 02

FATORES MOTIVACIONAIS NA ESCOLHA DO CURSO SOB A ÓTICA DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Andreelino Lima da Silva Junior

Graduado em Ciências Contábeis (UERN)

Wênika Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os principais fatores que influenciaram os discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis. Quanto aos métodos, a pesquisa adotou caráter descritivo e quantitativo, tendo como procedimento um levantamento realizado por meio de um questionário presencial que contou com uma amostra final de 247 discentes distribuídos entre universidade pública e privada, este estudo empregou a técnica estatística de análise fatorial utilizando o software SPSS. Os resultados foram divididos em 5 fatores que englobam 14 variáveis relacionadas aos fatores motivacionais na escolha pela graduação em Ciências Contábeis. A partir dos achados, constatou-se que a principal variável citada pelos respondentes foi "uma carreira capaz de trazer flexibilidade de horários e tarefas", seguida de "uma profissão que me permite atuar e especializar em diversas áreas/segmentos da empresa" e "desejo trabalhar numa empresa que me traga crescimento profissional". Resultados esses que evidenciam um perfil empreendedor para

os discentes da universidade pública, uma vez que através da graduação visualizaram uma flexibilidade nos horários, bem como, as diversas áreas de atuação que a contabilidade é capaz de proporcionar. Já os discentes da universidade particular acreditam que a curso é capaz de ampliar o desenvolvimento profissional, fazendo com que possam crescer profissionalmente dentro das empresas que atuam. Pode-se destacar o número de respondentes e a quantidade de universidades como uma limitação encontrada, de modo, que como sugestão recomenda-se a ampliação deste estudo, visando observar as variações que podem ser obtidas em diferentes contextos educacionais no país.

Palavras-Chave: Motivação; Contabilidade; Discentes; Análise fatorial confirmatória

ABSTRACT

This study aimed to analyze the main factors that influenced students in choosing the Accounting Sciences course. Regarding methods, the research adopted a descriptive and quantitative approach, with a survey conducted through a face-to-face questionnaire that had a final sample of 247 students distributed between public and private universities. This study employed the statistical technique of factor analysis using the SPSS software. The results were divided into 5 factors encompassing 14 variables related to motivational factors in choosing a degree in Accounting Sciences. From the findings, it was found that the main variable mentioned by respondents was "a career capable of providing flexibility in schedules and tasks," followed by "a profession that allows me to work and specialize in various areas/segments of the company" and "a desire to work in a company that brings professional growth." These results highlight an entrepreneurial profile for students in public universities, as they envision flexibility in schedules and the various areas of work that accounting can provide through their graduation. On the other hand, students in private universities believe that the course can enhance professional development, enabling them to grow within the companies they work for. The number of respondents and the quantity of universities can be noted as limitations found, and as a suggestion, it is recommended to expand this study to observe variations that may be obtained in different educational contexts in the country.

Keywords: Motivation; Accounting; Students; Confirmatory Factor Analysis

1 INTRODUÇÃO

A busca por um ensino superior é uma realização na vida de muitos brasileiros. Em consonância, o curso de Ciências Contábeis é um dos cursos de graduação mais procurados do país. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a graduação em Ciências Contábeis foi uma das mais populares do Brasil, ocupando o 4º lugar entre os 10 cursos com maior número de matrículas (CFC, 2019). Fato este que justifica-se, pois o curso abre um leque de oportunidades para os profissionais formados na área, uma vez que o profissional contábil tem uma ampla área de atuação, podendo atuar como: contador, autônomo, *controller*, auditor fiscal, auditor independente, auditor interno, perito contábil, docente, dentre outros (Pires; Ott; Damacena, 2010; Silva, 2019; Splitter; Borba, 2021).

No contexto educacional, a motivação é um desafio, que influencia diretamente na qualidade do envolvimento do aluno com o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Alcará e Guimarães (2007) a motivação é capaz de fazer com que o discente envolva-se no processo de aprendizagem e busque constante atualização através do desenvolvimento de atividades, como também demonstra entusiasmo para novos desafios. Oportunidade esta que vai ao encontro do estudo realizado por Broietti *et al.* (2020), onde evidenciou-se que a vasta atuação no mercado de trabalho foi um dos principais fatores que fizeram com que os discentes optassem pelo curso de Ciências Contábeis. Ambas perspectivas destacam que a motivação pode impulsionar o discente tanto para atividades acadêmicas quanto para atividades profissionais.

Neste sentido, é importante destacar alguns estudos anteriores desenvolvidos visando identificar a motivação discente na escolha pelo curso de Ciências Contábeis, tais como Pereira *et al.* (2016). Souza *et al.* (2019) e Souza *et*

al. (2021), os quais, em linhas gerais, constataram que a opção pelo curso se deu através da perspectiva dos discentes ao visualizarem uma melhoria de vida que a carreira contábil pode proporcionar, visto que o profissional formado pode atuar em diversas áreas do mercado de trabalho.

Diante disso, considerando-se a importância da temática e a necessidade de expansão da literatura sobre o tema, faz-se necessário responder o seguinte questionamento: **quais fatores motivaram os discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis?** Portanto, o presente estudo tem por objetivo analisar os fatores motivacionais na escolha do curso de Ciências Contábeis.

Dessa forma, foi utilizada a teoria das representações sociais (RS) como lente teórica, pois, conforme Moscovici (2007) as representações sociais estão diretamente relacionadas aos processos de construções coletivas, onde a mesma pode influenciar na maneira em que o indivíduo compreende determinado fenômeno, sendo útil, portanto, para compreensão das motivações na escolha de um curso de ensino superior, como o curso de Ciências Contábeis.

Do ponto de vista teórico, este estudo justifica-se por buscar explorar a motivação acadêmica a partir da teoria das representações sociais, com o intuito de apresentar como os discentes enxergam o curso de Ciências Contábeis, bem como, a figura do profissional contábil. Desta forma, o estudo apresentará os principais fatores que influenciaram os discentes na escolha do curso. Já do ponto de vista prático, este estudo visa compreender os fatores que impactam na escolha do curso, a fim de auxiliar no desenvolvimento de estratégias capazes de motivar os discentes ao longo da graduação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Segundo Moscovici (2007) as representações sociais podem ser consideradas como uma maneira específica de compreender e comunicar o óbvio. Para o autor, as RS têm o objetivo de extrair e introduzir sentidos que apresentem de forma relevante o mundo ao nosso redor. Portanto, as RS podem ser caracterizadas como uma maneira de conhecimento elaborado socialmente com o intuito de construir uma realidade comum a sociedade (Jodelet, 2001).

Para Burko (2023), por sua vez, as representações sociais, tem o intuito de observar e esclarecer como o pensamento individual pode influenciar em um determinado grupo, assim, podendo explicar como os acontecimentos sociais auxiliam na compreensão dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais.

As representações sociais buscam compreender a realidade por meio de fatores sociais e culturais (Salgueiro Filho, 2019), visam influenciar comportamentos e facilitar a comunicação entre indivíduos (Moscovici, 1978). Neste sentido, Moscovici (2004) destaca que a teoria das representações sociais tem como base a diversidade existente entre os indivíduos e busca explicar como os sujeitos são capazes de construir um mundo estável e previsível a partir de diferentes pontos de vista.

De acordo com Alves-Mazzoti (2008) as construções criadas a partir de "universos consensuais" fazem com que simples opiniões sejam transformadas em verdadeiras teorias que auxiliam o indivíduo a desempenhar um papel importante na formação da identidade grupal e no sentimento de pertencer a um determinado grupo social. Ainda conforme o autor, "as representações sociais são modalidades de

pensamento prático orientadas para compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal” (Alves-Mazzoti, 2008, p. 27).

Para Moraes *et al.* (2014) um dos principais objetivos das representações sociais é permitir a classificação do que até então era desconhecido, e a partir disto possibilitar a classificação, categorização e nomeação de ideias e eventos inéditos. Assim, a teoria das representações sociais busca esclarecer como o pensamento individual pode influenciar um indivíduo. Desta forma, torna-se essencial compreender as principais motivações dos estudantes na escolha do curso de Ciências Contábeis a partir da perspectiva dos fatores individuais que influenciam em suas decisões.

2.2 MOTIVAÇÃO NA ESCOLHA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Conforme Martinelli e Bartholomeu (2007), a motivação é uma variável como fundamental no estudo do comportamento humano. Neste sentido, Ribas (2008) afirma que a motivação pode ser compreendida como um impulso, força, desejo ou estímulo, que varia de cada indivíduo e é capaz de fazê-lo se esforçar a conduzir determinada tarefa. Para Sobral (2003), no âmbito acadêmico, a motivação é um conceito que envolve diversas implicações ou elementos significativamente relacionados à aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo.

De acordo com Ryan e Deci (2000), a motivação pode ser dividida em três categorias, (I) motivação intrínseca, (II) motivação extrínseca e (III) desmotivação. Segundo Carvalho *et al.* (2019) a motivação intrínseca motiva o indivíduo de modo que ele seja movido pelo desejo de adquirir conhecimento através da realização da atividade. Por outro lado, Martinelli e Bartholomeu (2007) afirmam que a motivação extrínseca objetiva-se em fatores externos às tarefas ou

atividades desenvolvidas pelo indivíduo, onde o mesmo procura obter recompensas materiais, ou de reconhecimento através da demonstração de habilidades e competências. Souza e Miranda (2018), destacam que a desmotivação é a falta de entusiasmo do indivíduo, fazendo com que o mesmo se apresente desinteressado e sem proatividade.

Contudo, observa-se que diversas variáveis estão envolvidas na escolha de um curso superior, dentre estas, destacam-se fatores relacionados à autonomia que o discente acredita adquirir após o período da graduação. Nesse sentido, Peleias, Nunes e Carvalho (2017), enfatizam que os discentes do curso de Ciências Contábeis procuravam uma carreira profissional capaz de proporcionar flexibilidade com horários e tarefas.

Além disto, a escolha também envolvem outras preocupações, como a imagem positiva da instituição de ensino, conforme enfatizados por Silva et al. (2023), onde os respondentes do seu estudo informaram parcialidade ou totalidade no que se refere a preocupação com a imagem positiva da instituição de ensino, sendo este um dos motivos que influenciaram suas escolhas pelo curso.

3 METODOLOGIA

Este trabalho visa analisar os fatores motivacionais dos na escolha pelo curso de Ciências Contábeis. Deste modo, quanto ao objetivo, este estudo classifica-se como descritivo, pois, segundo Gil (2008), o estudo descritivo tem o intuito de descrever as características de uma determinada população.

A abordagem do problema, classifica-se como quantitativa, pois, segundo Raupp e Beuren (2006), realiza a utilização de instrumentos estatísticos no momento da coleta e no tratamento dos dados. Quanto aos procedimentos,

optou-se pelo levantamento (*survey*), realizado por meio de um questionário presencial aplicado aos discentes do curso de Ciências Contábeis de duas Instituições de Ensino Superior, sendo uma pública e outra privada, ambas localizadas no município de Mossoró-RN.

A população da pesquisa é composta por discentes do curso de Ciências Contábeis, sendo 298 matriculados em uma instituição pública e 92 matriculados em uma instituição privada, ambas situadas no município de Mossoró-RN. A amostra final da pesquisa contou com um número de 247 respondentes, ressalta-se que foram excluídos 2 outliers. Contudo, participaram da pesquisa 174 respondentes da instituição pública e 73 respondentes da instituição privada.

O instrumento de pesquisa foi adaptado do estudo de Ribeiro *et al.* (2021), o mesmo foi dividido em três partes, onde primeiramente foi realizada a coleta do perfil dos respondentes reunindo itens como: gênero, faixa etária, área e tempo de graduação no curso de Ciências Contábeis, posteriormente foram levantados alguns questionamentos acerca dos fatores fundamentais para escolha da profissão contábil e por último os fatores determinantes na escolha do curso.

A aplicação foi realizada através da utilização de um questionário presencial, durante a realização das aulas entre os meses de novembro a dezembro de 2023, onde os respondentes assinalaram as afirmativas que melhor descreviam os fatores determinantes no momento da escolha do curso de Ciências Contábeis.

A análise foi feita através das notas baseadas na escala *Likert*, onde as respostas variaram de 1 a 5, onde cada nota obtinha o seguinte significado: 1= Discordo Totalmente, 2= Discordo, 3= Neutro, 4= Concordo, 5= Concordo Totalmente. Para a realização do tratamento de dados, utilizou-se o *software Statistical Package for the Social Sciences*

(SPSS®), versão 22. Como técnica de análise de dados, foi utilizada a estatística descritiva e a análise fatorial confirmatória.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Neste tópico optou-se por apresentar a caracterização do perfil dos discentes do curso de Ciências Contábeis, abrangendo informações como: gênero, faixa etária, vínculo empregatício, instituição de ensino, atividades desenvolvidas e semestre que está cursando, conforme observado no Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização dos respondentes

| Características da amostra | | Frequência | Porcentagem |
|---------------------------------------|------------------|------------|-------------|
| Gênero | Masculino | 120 | 48,6% |
| | Feminino | 127 | 51,4% |
| Faixa Etária | Menos de 21 Anos | 69 | 28,1% |
| | De 21 a 25 Anos | 114 | 45,8% |
| | De 26 a 30 Anos | 29 | 12% |
| | De 31 a 35 Anos | 17 | 6,8% |
| | De 36 a 40 Anos | 9 | 3,6% |
| | Mais de 41 anos | 9 | 3,6% |
| Vínculo empregatício | Autônomo | 28 | 11,2% |
| | Estágio | 42 | 16,9% |
| | Órgão Público | 18 | 7,2% |
| | Empresa Privada | 107 | 43% |
| | Não Empregado | 52 | 21,7% |
| Instituição de ensino superior | Pública | 174 | 69,8% |
| | Privada | 73 | 30,2% |

| | | | |
|--|-----|-----|-------|
| Desenvolve atividades além da faculdade | Sim | 201 | 81,3% |
| | Não | 46 | 18,7% |
| Semestre que está cursando | 1 | 34 | 13,7% |
| | 2 | 40 | 16,5% |
| | 3 | 17 | 6,8% |
| | 4 | 39 | 16,1% |
| | 5 | 17 | 6,8% |
| | 6 | 35 | 14,1% |
| | 7 | 19 | 7,6% |
| | 8 | 29 | 11,6% |
| | 9 | 12 | 4,8% |
| | 10 | 5 | 2% |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O presente estudo obteve uma amostra de 247 estudantes de diferentes períodos do curso de Ciências Contábeis, composta por 120 (cento e vinte e um) participantes do sexo masculino e 127 (cento e vinte e oito) participantes do sexo feminino. Em relação à faixa etária, identificou-se que a maioria dos respondentes são pertencentes a faixa etária de 21 a 25 anos (45,8%), seguidos de respondentes com menos de 21 anos (28,1%).

A maioria dos integrantes da amostra possuem vínculo empregatícios com empresas do setor privado, totalizando 107 (43%), seguidos de não empregados, que representam 54 (21,7%), além disso, existem 42 (16,9%) participantes com vínculos de estágio 28 (11,2%) autônomos e 18 (7,2%) vinculados a órgãos públicos.

4.2 Análise das médias das variáveis

Buscando evidenciar as variáveis de maior frequência, foram realizadas as médias gerais das variáveis, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 -Média Geral das Variáveis

| Variáveis | Média |
|---|--------|
| Desejo uma carreira que me traga flexibilidade de horários e de tarefas. | 4,3765 |
| A profissão me permite atuar e especializar em diferentes áreas/segmentos da empresa. | 4,2024 |
| Desejo trabalhar numa empresa que me traga crescimento profissional. | 4,1619 |
| Amplia minha cultura geral e meu desenvolvimento intelectual. | 4,1457 |
| É um curso que me prepara para abrir minha própria empresa. | 4,1134 |
| É um curso que se mantém atualizado com as evoluções de mercado. | 4,0891 |
| Contabilidade é uma profissão que me trará autonomia | 3,8947 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque a profissão me proporciona segurança ou estabilidade profissional. | 3,8745 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque pretendo trabalhar com pessoas e contribuir com a sociedade. | 3,6478 |
| Escolhi o curso de Ciências Contábeis por ter mercado de trabalho aquecido. | 3,5749 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque a imagem da instituição é boa - tradição, experiência, credibilidade, qualidade. | 3,4939 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis por ser minha vocação. | 3,2429 |
| Ciências Contábeis não foi minha primeira opção de curso. | 3,2348 |
| Comecei a planejar minha carreira assim que escolhi o curso. | 3,1579 |
| A profissão de contador me trará status. | 3,1174 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque gosto de matemática. | 2,8462 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis por ser uma pessoa criativa. | 2,6518 |
| Tenho uma profissão diferente da contábil e resolvi fazer o curso de Ciências Contábeis para complementar meus objetivos de carreira. | 2,4593 |
| Pretendo administrar a empresa da minha família. | 2,4494 |
| Não realizei pesquisa sobre o curso antes do processo seletivo. | 2,3725 |
| Um contador conhecido (que não são meus pais) me incentivou a cursar Ciências Contábeis. | 2,2510 |
| A Contabilidade é uma profissão mais próspera para o gênero masculino. | 2,1016 |
| Não possuo habilidades para ser um contador de sucesso. | 1,9433 |
| Meus pais me influenciaram a cursar Ciências Contábeis. | 1,8623 |

| | |
|--|--------|
| Escolhi cursar Ciências Contábeis por não ter condições financeiras de fazer o curso que gostaria. | 1,8340 |
| Já estava trabalhando na área quando decidi cursar Ciências Contábeis. | 1,7530 |
| Conheci o curso de Ciências Contábeis por meio do meu curso técnico profissionalizante ou superior anterior. | 1,7085 |
| Meus pais não gostaram da minha escolha profissional. | 1,7045 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme os dados apresentados, pode-se observar que a variável que obteve maior média compreende ao desejo de uma carreira que traga flexibilidade de horários e de tarefas, tendo em vista que a mesma obteve uma média de 4,37. Dessa forma, pode-se constatar que os discentes apresentam um perfil empreendedor, uma vez que buscam através do curso de Ciências Contábeis uma maior autonomia em sua carreira profissional. Além disso, com média de 4,20%, destaca-se também a variável que se refere a atuação e especialização em diferentes áreas/segmentos da empresa, deste modo, pode-se afirmar que os discentes acreditam que a vasta atuação do profissional contábil seja capaz de fazer com que ele possa atuar em diferentes áreas em uma organização.

Em seguida, observou-se o comparativo entre as médias das variáveis entre os discentes das IES públicas e privadas (Tabela 3).

Tabela 3 - Comparativo das médias das variáveis das IES pública e privada

| Variáveis | Pública | Privada |
|--|---------|---------|
| Escolhi cursar Ciências Contábeis por ser minha vocação. | 3,20 | 3,32 |
| A profissão de contador me trará status. | 3,06 | 3,23 |
| Ciências Contábeis não foi minha primeira opção de curso. | 3,16 | 3,41 |
| Conheci o curso de Ciências Contábeis por meio do meu curso técnico profissionalizante ou superior anterior. | 1,68 | 1,80 |
| Não possuo habilidades para ser um contador de sucesso. | 1,91 | 2,06 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque gosto de matemática. | 2,84 | 2,90 |
| Não realizei pesquisa sobre o curso antes do processo seletivo. | 2,45 | 2,24 |

| | | |
|---|------|------|
| Escolhi o curso de Ciências Contábeis por ter mercado de trabalho aquecido. | 3,56 | 3,67 |
| Já estava trabalhando na área quando decidi cursar Ciências Contábeis. | 1,77 | 1,80 |
| Meus pais me influenciaram a cursar Ciências Contábeis. | 1,87 | 1,95 |
| Meus pais não gostaram da minha escolha profissional. | 1,64 | 2,00 |
| Um contador conhecido (que não são meus pais) me incentivou a cursar Ciências Contábeis. | 2,24 | 2,41 |
| A Contabilidade é uma profissão mais próspera para o gênero masculino. | 2,00 | 2,49 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis por não ter condições financeiras de fazer o curso que gostaria. | 1,78 | 2,12 |
| Contabilidade é uma profissão que me trará autonomia. | 3,89 | 4,05 |
| Comecei a planejar minha carreira assim que escolhi o curso. | 3,16 | 3,28 |
| Desejo trabalhar numa empresa que me traga crescimento profissional. | 4,06 | 4,58 |
| Desejo uma carreira que me traga flexibilidade de horários e de tarefas. | 4,40 | 4,52 |
| Tenho uma profissão diferente da contábil e resolvi fazer o curso de Ciências Contábeis para complementar meus objetivos de carreira. | 2,59 | 2,38 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis por ser uma pessoa criativa. | 2,72 | 2,73 |
| A profissão me permite atuar e especializar em diferentes áreas/segmentos da empresa. | 4,16 | 4,54 |
| Pretendo administrar a empresa da minha família. | 2,50 | 2,60 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque pretendo trabalhar com pessoas e contribuir com a sociedade. | 3,62 | 3,98 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque a imagem da instituição é boa - tradição, experiência, credibilidade, qualidade. | 3,45 | 3,87 |
| É um curso que se mantém atualizado com as evoluções de mercado. | 4,06 | 4,43 |
| É um curso que me prepara para abrir minha própria empresa. | 4,11 | 4,42 |
| Amplia minha cultura geral e meu desenvolvimento intelectual. | 4,10 | 4,56 |
| Escolhi cursar Ciências Contábeis porque a profissão me proporciona segurança ou estabilidade profissional. | 3,81 | 4,32 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação aos discentes matriculados na IES pública destaca-se com maior frequência a variável que ao desejo uma carreira que traga flexibilidade de horários e de tarefas, com média de 4,40, corroborando com a média geral, evidenciada anteriormente.

Já os discentes do curso de ciências contábeis da IES privada evidenciaram com ênfase às variáveis que atrelam o desejo de atuação em empresa que me traga crescimento profissional (média 4,58).

4.3 Fatores motivadores dos discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis

Neste tópico, buscou-se evidenciar fatores motivadores dos discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis, para isto, utilizou-se a análise fatorial confirmatória (AFC), vista como técnica estatística capaz de avaliar a adequação de determinado modelo teórico a um conjunto de dados, validando teorias por meio da relação entre as variáveis de pesquisa (Kline, 2015).

Dessa forma, inicialmente foi realizado o teste *kaiser-meyer-olkin* (KMO), o qual busca verificar a adequação dos dados para a realização da AFC, o estudo apresentou resultado referente a 0,674, considerado aceitável conforme os parâmetros estabelecidos por Kaiser (1974) e Kaiser e Rice (1974). Em continuidade foi realizado o teste intitulado como Esfericidade de Bartlett, visto como relevante para demonstrar a adequação da amostra para utilização da técnica, pois consiste em avaliar que as correlações entre as variáveis diferem de zero (Bartlett, 1950). Com base nos parâmetros de Hair Jr, et al. (2010), os resultados do estudo demonstram adequação da amostra, tendo em vista que apresentaram significância 0,000.

Além dos testes demonstrados, também foi realizado o teste de variância, onde foi possível identificar o agrupamento de 5 fatores, tendo como valor de explicação o quantitativo de 56,32, considerado adequado para as ciências sociais (Hair Jr, et al. 2010).

Em seguida, constatou-se que as comunalidades das variáveis de pesquisa foram consideradas, tendo em vista que os quantitativos que os menores valores foram referentes a 0,500. Para Jöreskog (1973) as comunalidades altas determinam que os fatores resultantes do agrupamento das variáveis possuem alto nível de explicação do fenômeno estudado. Em continuidade aos achados da pesquisa, apresenta-se a composição dos fatores e o agrupamento das variáveis (Tabela 4).

Tabela 4 - Matriz de componente

| Fatores | Variáveis | Carga fatorial |
|----------------|---|-----------------------|
| 1 | Escolhi cursar Ciências Contábeis porque pretendo trabalhar com pessoas e contribuir com a sociedade | 0,595 |
| | É um curso que se mantém atualizado com as evoluções de mercado. | 0,666 |
| | É um curso que me prepara para abrir minha própria empresa. | 0,724 |
| | Amplia minha cultura geral e meu desenvolvimento intelectual. | 0,752 |
| 2 | Contabilidade é uma profissão que me trará autonomia. | 0,634 |
| | Desejo uma carreira que me traga flexibilidade de horários e de tarefas. | 0,723 |
| | A profissão me permite atuar e especializar em diferentes áreas/segmentos da empresa. | 0,623 |
| | Escolhi cursar Ciências Contábeis porque a profissão me proporciona segurança ou estabilidade profissional. | 0,565 |
| 3 | Meus pais não gostaram da minha escolha profissional | 0,457 |
| | Escolhi cursar Ciências Contábeis por não ter condições financeiras de fazer o curso que gostaria. | 0,764 |
| | Ciências Contábeis não foi minha primeira opção de curso. | 0,703 |
| 4 | Tenho uma profissão diferente da contábil e resolvi fazer o curso de Ciências Contábeis para complementar meus objetivos de carreira. | 0,636 |
| | Escolhi cursar Ciências Contábeis por ser uma pessoa criativa. | 0,786 |
| 5 | Escolhi cursar Ciências Contábeis por ser minha vocação. | 0,760 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Buscando facilitar a interpretação do modelo apresentado, ressalta-se que foi utilizado o método de rotação varimax com normalização de kaiser (Kaiser, 1958). Contudo, torna-se necessário destacar a exclusão de determinadas variáveis do instrumento de pesquisa, considerando os valores das cargas fatoriais inferiores a 0,400, conforme preconiza Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010), além disto, observaram-se ainda critérios para melhor composição do modelo apresentado.

Dessa forma, conforme a matriz de componentes apresentados, o modelo fatorial do presente estudo, encontra-se estruturado em 5 fatores que demonstram as motivações dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis na escolha pelo curso. Em seguida, foi realizada a nomeação dos fatores, considerando como parâmetro para rotulação dos fatores, as variáveis de maiores cargas fatoriais, conforme determinada Hair Jr. *et. al* (1998). Além disso, para a nomeação também observou-se a composição do fator. Dessa forma, apresenta-se na Figura 01 os fatores motivadores dos discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis.

Figura 01 - Fatores motivadores dos discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O primeiro fator evidenciado pelos achados da pesquisa refere-se ao desenvolvimento intelectual dos respondentes, onde pode-se observar que os discentes veem o curso de ciências contábeis como uma oportunidade de crescimento intelectual e profissional, uma vez que o mesmo é composto por variáveis relacionadas: escolhi cursar Ciências Contábeis porque pretendo trabalhar com pessoas e contribuir com a sociedade, é um curso que se mantém atualizado com as evoluções de mercado, é um curso que me prepara para abrir minha própria empresa e amplia minha cultura geral e meu desenvolvimento intelectual. Ou seja, pode-se observar a percepção dos discentes sobre o curso como uma oportunidade abrangente não só de desenvolvimento pessoal, como também um desenvolvimento capaz de contribuir com a sociedade. Nesse sentido, Ribeiro et al. (2021) afirmam que os discentes

desejam conhecimento durante a graduação para criar a própria empresa e após a conclusão almejam a independência profissional através da abertura da própria empresa.

Em seguida, observa-se o segundo fator, nomeado como as oportunidades de atuação considera, as seguintes variáveis em sua composição: contabilidade é uma profissão que me trará autonomia, desejo uma carreira que me traga flexibilidade de horários e de tarefas, a profissão me permite atuar e especializar em diferentes áreas/segmentos da empresa e escolhi cursar Ciências Contábeis porque a profissão me proporciona segurança ou estabilidade profissional. Corroborando com os achados da pesquisa, Hey *et al.* (2015) demonstram que as possibilidades de atuação profissional se caracterizam como um dos motivos que determinam a escolha de um curso superior, aliando ainda a profissão com um futuro promissor. No âmbito do curso de contabilidade, ressalta-se que o mesmo possibilita uma variedade de áreas de atuação de carreira (Schuh, 2023). Além disso, observa-se que os discentes acreditam que a formação superior na área complementa sua carreira profissional. Resultado este que vai de encontro com os achados do estudo de Peleias, Nunes e Carvalho (2017), concluindo que a formação em contabilidade complementa suas ocupações principais, possibilitando maiores oportunidades de atuação.

O terceiro fator compila informações socioeconômicas, uma vez que engloba variáveis como: meus pais não gostaram da minha escolha profissional, escolhi cursar ciências contábeis por não ter condições financeiras de fazer o curso que gostaria e Ciências Contábeis não foi minha primeira opção de curso. Sendo assim, destaca-se que para mostra de pesquisa, fatores relacionados a socioeconômica, influem na escolha do curso, para Hey *et al.* (2015) esses fatores podem ser relacionados tanto ao capital econômico, quanto ao cultural, podendo relacionar-se com a renda familiar,

ocupação dos pais, nível de escolaridade dos pais, entre outros. Esse achado discorre do estudo de Silva *et al* (2023), onde é discorrido que a limitação financeira não teve impacto na decisão de escolha do curso.

O quarto fator destaca a visão dos discentes em relação ao planejamento de suas carreiras, reunindo variáveis como: tenho uma profissão diferente da contábil e resolvi fazer o curso de Ciências Contábeis para complementar meus objetivos de carreira e escolhi cursar Ciências Contábeis por ser uma pessoa criativa. Desta forma, destaca-se que assim como no estudo realizado por Peleias, Nunes e Carvalho (2017), a maioria dos discentes afirmaram não optarem pelo curso de Ciências Contábeis para complementar suas carreiras. No que diz respeito à variável referente a criatividade, os resultados convergem com os achados de Schuh *et al.* (2022), Marques, Salviano e Silva (2016) e Silva *et al.* (2023), ao apresentarem em seus estudos que o fato de ser uma pessoa criativa não influencia significativamente na escolha pelo curso.

Por fim, o último fator está relacionado com a vocação dos discentes para o curso de Ciências Contábeis, o mesmo apresenta a seguinte variável: escolhi cursar Ciências Contábeis por ser minha vocação. Onde destaca-se a vocação como um dos principais fatores relacionados no momento da opção pelo curso, achado esse que converge com os resultados do estudo realizado por Silva *et al.* (2023), onde a afirmativa também aproximou-se de ser um fator influente na opção pelo curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar os fatores motivacionais que influenciaram os discentes na escolha do curso de Ciências Contábeis. As variáveis foram divididas em 5 fatores

agrupados mediante as cargas fatoriais encontradas com auxílio do SPSS. A pesquisa contou com uma população de 390 discentes e uma amostra final de 247 respondentes divididos em 2 IES sendo uma delas pública e outra privadas, ambas situadas no interior do estado do Rio Grande do Norte. O objetivo proposto foi alcançado, uma vez que por meio dos resultados obtidos foi possível analisar os principais fatores que motivaram os discentes na escolha do curso, tendo como principal variável aquela que refere-se à expectativa de uma carreira capaz de trazer flexibilidade de tarefas e horários, seguida da vasta atuação no mercado de trabalho que a carreira contábil é capaz de proporcionar, assim, evidenciando que os discentes que optaram pelo curso, apresentam um perfil empreendedor.

Como contribuição acadêmica, destaca-se que o estudo possibilitou a discussão e aprofundamento acerca da temática, contribuindo para o avanço de teorias que possam ajudar a entender melhor o fenômeno investigado. Como contribuições práticas, ressalta-se que o estudo apresentou os principais fatores que influenciaram os discentes na escolha do curso. Fato este capaz de auxiliar as instituições de ensino superior a compreenderem a finalidade da procura do curso de Ciências Contábeis por parte dos discentes, fazendo com que através dessa compreensão seja possível a utilização de técnicas capazes de proporcionar uma melhor experiência em relação às diversas áreas que o curso pode proporcionar, tendo como objetivo reduzir a evasão por parte dos discentes. No que tange às contribuições sociais, o presente estudo enfatiza os fatores influenciadores na escolha da opção do curso superior em contabilidade, sendo assim, por meio dos achados do estudo, torna-se possível que as instituições de ensino superior, reflitam acerca do perfil desses discentes, podendo auxiliar contribuindo com o aperfeiçoamento na formação profissional dos futuros

profissionais contábeis e conseqüentemente com melhorias na prestação de seus serviços.

Como sugestões, recomenda-se a ampliação deste estudo para outras IES do país, uma vez que a pesquisa foi realizada com apenas duas IES localizadas em um município do Rio Grande do Norte. Além disso, recomenda-se um aumento na amostra a fim de observar as variações que podem ser obtidas em outros contextos educacionais em diferentes locais do país.

REFERÊNCIAS

ALCARÁ, A. R. GUIMARÃES, S. E. R. A Instrumentalidade como uma estratégia motivacional. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 11, n. 1, p. 177-178, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 1, p.18-43, 2008.

BARTLETT, M. S. (1950). Tests of significance in factor analysis. *British Journal of Statistical Psychology*, 3(2), 77-85

BAUERMANN, A. A.; PÚBLIO, D. S. Fatores que Influenciam a Escolha pelo Curso de Ciências Contábeis: Uma Pesquisa com Alunos Ingressantes em uma IES Privada do Interior Paulista. **Revista Formadores**, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 49, 2019.

Disponível em:

<https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/941>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BROIETTI, Cleber *et al.* Ensino em contabilidade: perfil dos alunos e motivos que os levaram a cursar Ciências Contábeis. **Competência**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, jul. 2020.

BURKO, A. D. S. Introdução Ao Direito Em Contabilidade: Representações Acadêmicas E Ressignificação Do Trabalho Docente. **Temas & Matizes**, [S. l.], v. 16, n. 27, p. 168-187, 2023. DOI: 10.48075/rtm.v16i27.29786. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/29786>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CARVALHO, R. L. D S. *et al.* Avaliação Da Satisfação Acadêmica, Expectativa De Futuro E Motivação Acadêmica Em

Estudantes De Graduação Do Instituto Federal De Rondônia Campus Ariquemes. **South American Development Society Journal**, [S.l.], v. 5, n. 14, p. 36, ago. 2019. ISSN 2446-5763. Disponível em: <https://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/231>. Acesso em: 15 out. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v5i14p36-52>.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Revista Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 160 - 185, 2010.

GIL, A, C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HAIR, JR. J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate data analysis**. 5 ed., New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BARDIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**, 7 ed. Prentice Hall, New Jersey, 2010.

HEY, I. R. *et al.* Fatores que influenciam na escolha do acadêmico pelo curso de Ciências Contábeis: Um estudo quantitativo aplicado aos acadêmicos de uma Universidade Estadual do Paraná. In: **Anais do Congresso Universidade Federal de Santa Catarina de Controladoria e Finanças, Florianópolis, SC, Brasil**. 2015.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2001.

JÖRESKOG, K. G. A general approach to confirmatory maximum likelihood factor analysis. **Psychometrika**, v. 38, n. 2, p. 183-202, 1973.

KAISER, H. F. An index of factorial simplicity. **Psychometrika**, v.39, n.1, p. 31-36. 1974

KAISER, H. F.; RICE, J. (1974). Little jiffy, mark IV. **Educational and Psychological Measurement**, v. 34, n. 1, p. 111-117, 1974.

KAISER, H. F. The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. **Psychometrika**, v. 23, n. 3, p. 187-200, 1958.

KLINE, R. B. (2015). Principles and Practice of Structural Equation Modeling. The Guilford Press. ISBN: 978-1462523344.

MARTINELLI, S. C.; BARTHOLOMEU, D. Escala de Motivação Acadêmica: uma medida de motivação extrínseca e intrínseca. **Aval. Psicol.**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 21-31, jun. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 ago. 2023.

PAVÃO, J. A.; FREITAS, M. M.; BORGES, I. M. T. Fatores que motivam a escolha pelo curso de Ciências Contábeis. In: Congresso Internacional De Administração, 4. 2019, Ponta Grossa/PR. **Anais** [...]. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

PELEIAS, I. R.; NUNES, C. A.; CARVALHO, R. F., Fatores determinantes na escolha do curso de ciências contábeis por estudantes de instituições de ensino superior particulares na cidade de São Paulo. **Revista Gestão Universitária na América Latina -GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 39-58, set. 2017

PIRES, C. B.; OTT, E.; DAMACENA, C..A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre (RS). **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 4, p. 315-327, 2010.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBAS, F, C. **Variações motivacionais no ensino e aprendizagem de inglês em contexto de escola pública** / - São José do Rio Preto : [s.n.], 2008.

RIBEIRO, Silvio Paula et al. Fatores constitutivos da escolha pela graduação de ciências contábeis. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 165-186, 2021.

RYAN, R. M. DECI, E. L. Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions. **Contemporary Educational Psychology**, v. 25, n. 1, p. 54-67, 2000.

SALGUEIRO FILHO, V. de S.; CARVALHO, P. F. S.; SOUSA, I. M. de; PEREIRA, C. A. Representações sociais de estudantes de Ciências Contábeis sobre a disciplina de Teoria da Contabilidade. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 1-16, 2021. DOI: 10.5902/2318133844606. Disponível em

<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/44606>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SCHUH, C.; RIBEIRO, S. P.; SOUZA, T. R. de; SOUSA, M. A. B. de. Fatores influenciadores da escolha pelo curso de Ciências Contábeis. *Revista Científica Hermes*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 121-141, 2023. DOI: 10.21710/rch.v33i1.642.

SILVA, D. P. L. .; BARIZON, S. R. .; RIBEIRO, S. P.; SOUSA, M. A. B. de; TISOTT, S. T.; ARAUJO, T. S.; CARRARO, N. C. . Análise dos fatores motivadores pela escolha da graduação em Ciências Contábeis. *Peer Review*, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 31-50, 2023. DOI: 10.53660/199.prw204. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/199>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SILVA, F. R. da. Um Estudo Sobre A Motivação Na Percepção Dos Estudantes Dos Cursos De Ciências Contábeis E Ciências Econômicas Da Ufpb Campus I / - João Pessoa, 2019. 59

SOBRAL, D.T. Motivação do aprendiz de medicina: uso da escala acadêmica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.19, n.1, p. 25-31, 2003.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, J. D.; COSTA, W.; FELIX JÚNIOR, L. A.; KRONBAUER, C. A. Fatores motivacionais na escolha do curso de Ciências Contábeis: um estudo baseado na self-determination theory. *Revista Eniac Pesquisa*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 134-154, 2021. DOI: 10.22567/rep.v10i1.762. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/762>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOUZA, L. P. D.; FRANÇA, P, E. V.; PEREIRA, P. MOURA, N. S. F.; NASCIMENTO, J. G.N.; SOEIRO, T. M Motivação dos discentes a para escolha do curso de Ciências Contábeis em uma instituição de Ensino Superior Privada. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, [S. l.], n. 21, 2019. DOI: 10.17561/reid.n21.10. Disponível em <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/3333>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SOUZA, Z. A. S. E; MIRANDA, G. J. Motivação de alunos de graduação em Ciências Contábeis ao longo do curso. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 2, p. 49-65, 17 set. 2019.

ZIMMERMANN, J.; SANTOS, M.; SANTOS, T.; MARTINS, Z. Motivações Pela Escolha Do Curso De Contabilidade: Um Estudo Com Acadêmicos De Ciências Contábeis De Uma Universidade Comunitária De Santa Catarina. *Revista Científica e-Locução*, v. 1, n. 21, p. 24, 20 jul. 2022.



Capítulo 03

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONTABILIDADE: ANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Catariny Vieira Cavalcante

Graduada em Ciências Contábeis (UniCatólica)

Letícia Beatriz Bezerra Mendes

Graduada em Ciências Contábeis (UniCatólica)

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestrado em Ciências Contábeis

Wênkyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

RESUMO

Nas últimas décadas, percebe-se o crescimento da participação feminina na contabilidade, seja no meio empresarial ou acadêmico, o que faz-se necessário o entendimento de aspectos como motivações, perspectivas, dificuldades e percepção em geral. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como se caracteriza a participação feminina no curso de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte e para isto, desenvolveu-se um estudo descrito, quantitativo e por meio de um levantamento, com discentes mulheres de cursos de contabilidade de instituições de ensino do Rio Grande do Norte. De modo geral, os resultados apontam um perfil

diversificado entre as mulheres analisadas, com motivações, perspectivas e dificuldades distinto, percebendo a evolução da participação feminina na contabilidade e em como esse cenário expandiu para as mulheres nos últimos anos, mesmo ainda tendo muito o que avançar nesse contexto evolutivo.

Palavras-chave: Participação feminina; Contabilidade; Instituições de ensino superior.

ABSTRACT

In recent decades, the growth of female participation in accounting can be seen, whether in the business or academic environment, which makes it necessary to understand aspects such as motivations, perspectives, difficulties and perception in general. Thus, the objective of this research is to analyze how female participation in the Accounting Sciences course in higher education institutions in Rio Grande do Norte is characterized and for this, a described study was developed, quantitative and through a survey, with students women in accounting courses at educational institutions in Rio Grande do Norte. In general, the results point to a diversified profile among the analyzed women, with different motivations, perspectives and difficulties, realizing the evolution of female participation in accounting and how this scenario has expanded for women in recent years, even though there is still a lot to do. move forward in this evolutionary context.

Keywords: Female participation; Accounting; Higher education institutions.

1 INTRODUÇÃO

Com o fortalecimento dos movimentos feministas a partir da década de 70, os padrões de comportamentos das mulheres foram mudados, especialmente sua atuação na vida pública, educacional e na inserção no mercado de trabalho, que hoje ocupam posições de destaque no mercado, na política e na sociedade como um todo, diferentemente do que ocorria, quando as mulheres tinham somente a função dos serviços domésticos e cuidar dos filhos, sem nenhuma liberdade de escolha, enquanto que os homens eram os provedores da família e garantiam o sustento necessário (Querino, 2013).

Diante esse cenário, diversas mudanças na sociedade também foram responsáveis por contribuir para que as mulheres alcançassem espaços que antes não eram acessados, dentre eles, pode-se citar o ambiente educacional, que nos últimos anos vem vivenciando mudanças significativas em seu contexto geral e é marcado pela crescente inserção das mulheres, tanto por meio do acesso aos mais diversos cursos de nível superior, como se destacando em papéis profissionais dentro das instituições de ensino, que antes eram ocupados por homens, em grande maioria (Santos; Santos, 2015).

Essa realidade também é perceptível no curso de Ciências Contábeis, anteriormente era considerado um curso praticamente exclusivo para o público masculino e que nas últimas décadas, vem sendo marcado pela elevada inserção das mulheres nesse curso, sendo que essa mudança vem provocando um equilíbrio (Benfatt, 2017), como é apontado pelo Censo da Educação Superior, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), constatando que dentre os ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis na modalidade presencial e a distância, predominam o sexo feminino.

Entretanto, mesmo com o aumento quantitativo de mulheres constatado nos cursos de Ciências Contábeis, em que décadas atrás se percebia outra realidade, a cultura androcêntrica da profissão e as diversas mudanças do mercado de trabalho afetam as relações sociais que envolvem o gênero e diante esses avanços percebidos, faz-se necessário analisar as relações constituídas nos espaços acadêmicos, econômicos e sociais, tendo em vista que o crescimento da participação feminina tem se tornado fundamental para o desenvolvimento desses espaços (Pinto; Cruz, 2017).

Diante desse contexto, o presente estudo buscou responder a seguinte pergunta: **Como se caracteriza a participação feminina no curso de Ciências Contábeis em**

instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte? Para tanto, o estudo objetiva analisar como se caracteriza a participação feminina no curso de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte.

O desenvolvimento do estudo justifica-se por apresentar uma abordagem voltada para análise da participação feminina, que devido à complexidade do tema e as diversas relações analisadas, ainda são consideradas incipientes no cenário nacional (Amorim *et al.*, 2021). Ademais, percebe-se que a maioria dos estudos sobre a temática concentram-se no ambiente empresarial e a abordagem deste estudo volta-se para o ambiente acadêmico, em que, além de apresentar dados da realidade feminina em cursos de Ciências Contábeis, apresenta uma visão das discentes sobre motivações, perspectivas e dificuldades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa está dividida em três subseções, sendo que a primeira subseção apresenta a representação feminina na Contabilidade, o exercício da profissão e os avanços e conquistas. A segunda destaca o ingresso das mulheres nas instituições de ensino superior; e por último, apresenta estudos anteriores sobre a participação feminina na contabilidade.

2.1 REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CONTABILIDADE

Após a regulamentação da profissão Contador, a Contabilidade passou a ser essencial para a administração dos negócios, trazendo grandes resultados. Com o aumento dos cursos nas universidades, o curso de Ciências Contábeis passou a ser um dos mais procurados, atingindo grandes resultados na sua procura. A luta pelos direitos perante a

sociedade vem ganhando destaque pelo seu desempenho e eficiência e a área contábil vem ganhando atenção, antes considerada exclusivamente masculina (Matos, 2018).

O profissional Contábil tem possibilidades de ocupar cargos em vários níveis dentro da empresa, favorecendo o desenvolvimento profissional. Na época presente, de acordo com as mudanças do mercado, o profissional tende a crescer consideravelmente ocupando cargos para a gerência, custos, orçamentos, administrativo financeiro e *controller*, mudando devido a necessidade de informações mais elaboradas com maior especialização e conhecimentos de negócios, diante das mudanças como os meios digitais e governanças eletrônicas estabelecidas (Oliveira; Martins; Neves, 2019).

Lemos Júnior, Silveira e Santini (2015) comentam que a presença da mulher na área contábil é consequência também de uma crescente participação e contribuição em inúmeros programas direcionados a esse público específico, como por exemplo, mediante encontros que acontecem no âmbito estadual, nacional e internacional que sempre trazem essa abordagem, conscientizando-as sobre o seu papel no mercado de trabalho e na entidade de classe.

Na contabilidade, a crescente participação e contribuição da mulher em debates públicos e na tomada de decisões são fundamentais para o crescimento social e econômico do país. A criação do projeto Mulher Contabilista (1991), mantido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contribui com o empreendedorismo e lideranças, estabelecendo o papel da mulher no contexto político, social, econômico e igualdade de gênero, e teve seu primeiro encontro na cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, o CFC instituiu a Comissão Gestora Nacional do CFC Mulher Contabilista, visando ampliar a participação feminina nas entidades do ambiente de negócios, políticas e sociedade com foco no empreendedorismo, discutindo seu papel

como protagonista. Inserido em todos os estados da federação e Distrito Federal através de comissões formada por líderes e empreendedoras, valorizando a devida equidade de gêneros envolvidas em questões das classes sendo um marco para milhares de mulheres contabilistas.

Um estudo realizado por Santos, Melo e Batinga (2021) notou que, em sua maioria, as mulheres relataram sofrerem discriminações dentro dos escritórios, pessoas preferiam ser atendidas por homens, sofrendo comentários sexistas. Para Silva (2018) mesmo se encontrando em cargos de auxiliares e atendentes contábeis em maior número a minoria das mulheres se encontram em cargos de alto nível como contador, auditor, chefes intermediários de acordo com as funções da Classificação Brasileira de Ocupações em relação ao mercado contábil.

2.2 INGRESSO FEMININO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Fahl e Manhani (2015) declaram que a mudança do perfil profissional contábil impactará nas instituições, as quais tem a finalidade e responsabilidade na formação acadêmica dos ingressantes. As instituições devem proporcionar a base para a preparação desses futuros profissionais. Como aponta Neves Júnio Rocha (2010) a aprendizagem leva os alunos a adquirirem melhor performance no aprendizado, desenvolvendo habilidades e criando um perfil profissional exigido pelo profissional da contabilidade.

É de entendimento comum para todos a importância do ensino superior para qualquer indivíduo em uma sociedade contemporânea. Quem está buscando conhecimento sempre procura almejar o sucesso e nunca sofre na questão do crescimento. Segundo Ribeiro (2014) o favorecimento da educação aumenta a socialização do indivíduo como fonte de enriquecimento material e espiritual. Mulheres predominam o total de matriculadas no ensino superior do Brasil e do

mundo. De acordo com Ricoldi e Artes (2016) desde a década de 1990 a formação se tornou mais geral, sendo acompanhado de áreas e profissões específicas.

Como caracteriza Pereira (2017) a reforma universitária apresentada e aplicada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e posteriormente pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, visando a mercantilização da educação pública e privada do ensino superior do Brasil, adotadas políticas onde aumentou o número de instituições que permitiram a maior participação dos estudantes, uma reforma importante para o quadro educacional brasileiro.

Nas palavras de Queiroz (2013) às mulheres mesmo em pequenas proporções, estão sendo representadas em carreiras do elenco universitário, entretanto as mulheres negras e mulatas continuam ausentes em algumas dessas carreiras. Como aponta Bezerra (2013) tanto o acesso à educação quanto ao ensino superior, as conquistas vêm sendo obtidas através de lutas e manifestações.

O estudo de Barros e Mourão (2018) que teve como propósito analisar e discutir dados relativos à participação feminina na educação superior, na pós-graduação e mercado de trabalho verificou que as diferenças nas formações acadêmicas de homens e mulheres não são "escolhas naturais", e com isso merecendo um olhar mais atento para os elementos socioculturais como, classe social, renda, ocupação, grau de instrução, causas que influenciam esses processos.

Neste contexto, o estudo de Souza, Gonçalves e Góis (2019) avaliou os resultados da pesquisa sobre os desafios que a mulher enfrenta para ingressar no ensino superior, com um público feminino de 104 pessoas das regiões de São Paulo, com idades entre 18 a mais e verificou que a maioria das pesquisadas cursa ou cursou uma graduação. Com 71,1% das mulheres, afirmaram que o gênero feminino está à frente do gênero masculino no quesito "ensino superior completo" e

27,9% das pesquisadas não fazem, ou fizeram uma graduação.

De acordo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), entre os 20 maiores cursos em número de matrículas, verifica-se que 15 têm maior presença feminina e cinco, masculina. Os cursos com maior presença feminina são: Pedagogia (92,0%), Serviço Social (89,7%), Enfermagem (83,7%), Nutrição (82,9%), Psicologia (79,6%), Gestão de pessoas (78,8%), Fisioterapia (76,9%), Odontologia (71,6%), Farmácia (71,0%), Medicina Veterinária (69,2%), Arquitetura e Urbanismo (67,0%), Medicina (60,5%), Ciências Contábeis (57,0%), Administração (55,8%) e Direito (55,6%).

A pesquisa de Matos (2018) identificou os motivos que levaram os estudantes do sexo feminino a optarem pelo curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Rondônia coletando 67 amostras, foi encontrado que o concurso público é dos principais fatores que determinam a escolha do curso. Em seguida, a falta de opção foi um dos fatores correspondentes, demonstrando que as acadêmicas escolheram o curso por não encontrarem outro correspondente às suas expectativas.

2.3 ESTUDOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONTABILIDADE

Com o intuito de verificar a evolução dos estudos sobre a participação das mulheres na contabilidade, realizou-se uma busca na literatura nos últimos cinco anos, em que foi possível constatar que a temática é bastante discutida, porém percebe-se uma maior abordagem desses estudos no ambiente empresarial, conforme destacado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Estudos anteriores sobre a temática

| Autor/ano | Objetivo | Ambiente de análise | Principais resultados |
|------------------|-----------------------------|----------------------------|---|
| Ramos (2018) | Identificar a representação | Ambiente empresarial | Constatou-se em 2018 que o país possui um contingente |

| | | | |
|---------------------------------|---|----------------------------------|---|
| | das mulheres alagoanas na profissão contábil. | | de 524.648 profissionais e 66.010 organizações contábeis distribuídas pelo Brasil. Do total dos profissionais com registros ativos no país, 42,80% são mulheres. A região com o maior número de mulheres atuantes na profissão contábil é o Sudeste (51,48%), o Norte ficou com a menor representação feminina (6,67%). |
| Souza, Gonçalves e Góis (2019) | Mostrar os desafios enfrentados pela mulher na hora de iniciar uma graduação bem como a relevância de ser graduado no mercado de trabalho | Ambiente acadêmico e empresarial | Os resultados sugerem que a mulher da atualidade ainda se encontra no papel doméstico com dupla jornada, o que dificulta seu crescimento pessoal e profissional em sua formação acadêmica. Desta forma, é possível considerar que um estudo dentro dessa problemática pode colaborar com um resultado efetivo, a fim de que se inicie a desconstrução do conceito social aplicado a força de trabalho feminina. |
| Machado e Brunozi Júnior (2021) | Analisar e destacar os desafios enfrentados pelas contadoras. | Ambiente educacional | Deduziu-se que a desigualdade salarial, a discriminação, a gestão de tempo ligada à maternidade e a pouca participação feminina em cargos superiores representam as dificuldades relatadas com maior regularidade e acreditam estarem no caminho certo para a igualdade entre os sexos visto a conquista de espaço na contabilidade e a superação de preconceitos de um trabalho que por muitos anos foi dominado apenas pelo sexo masculino. |
| Mendonça e Fernandes (2021) | Analisar os motivos que causam a discriminação às profissionais que atuam na atividade contábil. | Ambiente empresarial | Percebe-se que apesar da presença feminina atualmente ter crescido, ainda a maioria dos gerentes e proprietários dos escritórios selecionados para a pesquisa são homens e acreditam que ainda existe discriminação e desigualdade de gênero. |
| Amorim et al. (2021) | Analisar 83 empresas das 100 da B3 S.A., sinalizando a | Ambiente empresarial | Identificou que a participação feminina no conselho de administração está mais presente em empresas sustentáveis, |

| | | | |
|--|--|----------------------|---|
| | relação entre a participação feminina na alta gestão e a sustentabilidade e empresarial no Brasil. | | totalizando 20 das 83 empresas, 17 (85%) são compostas por mulheres, e ausentes nas empresas não sustentáveis, totalizando 63 das 83 empresas, 35 (55,55%) são mulheres, com isso, os cargos de diretoria executiva permanecem com o rótulo masculino e uma segurança razoável de resultados femininos que atendam às necessidades dos acionistas e stakeholders. |
| Cordeiro Neto, Guimarães e Oliveira (2022) | Avaliar 100 mulheres no ensino superior na cidade de João Pessoa. | Ambiente educacional | Identificou mulheres que possuem nível estratégico ou tático na organização, 43% das mulheres informaram que em sua organização 1 a 2 mulheres estão em alto nível hierárquico; 23% alegam que "não possui" mulheres nos cargos de alto nível hierárquico; 15% afirmam que 3 a 4 mulheres estão em sua empresa; 11% dizem que há mais de 5 mulheres nos cargos de gestão; 8% dizem que há de 4 a 5 mulheres no cargo de alto nível. |
| Tomaz et al. (2022) | Analisar 82 entre 100 empresas da B3 S.A., com os dados do exercício de 2018. | Ambiente empresarial | Os resultados obtidos aceitam a hipótese de que há uma associação positiva entre a participação feminina no Conselho de Administração e a reputação corporativa de empresas brasileiras. |
| Matos (2022) | Avaliar de que forma as mulheres estão presentes nas publicações dos principais periódicos da área de Contabilidade do Brasil. | Ambiente educacional | Verificou que desse número de pesquisadoras, 1.724 possuem suas instituições de ensino localizadas no eixo Sul-Sudeste, representando 79,07% do total de pesquisadoras analisadas, sendo que as dez com maior número de publicações, representam 52,96% do total de pesquisas apresentadas por mulheres, deixando de lado o eixo Sul-Sudeste, o estado com maior número de citações é o Ceará. |
| Matos (2022) | Analisar o que tem motivado os estudantes do sexo feminino a optarem pelo curso de Ciências Contábeis na | Ambiente educacional | Representando 79,07% do total de pesquisadoras analisadas, sendo que as dez com maior número de publicações, representam 52,96% do total de pesquisas apresentadas por mulheres, deixando de lado o eixo Sul- |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena-RO. | | Sudeste, o estado com maior número de citações é o Ceará. |
|--|---|--|---|

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos estudos anteriores relacionados à temática da participação das mulheres na contabilidade, em que abordam diferentes ambientes de análise, incluindo o empresarial e acadêmico, fornecendo *insights* relevantes sobre a representação e os desafios enfrentados pelas mulheres nessa área.

Esses estudos fornecem uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelas mulheres na contabilidade, desde a representação nas diferentes regiões até a discriminação e a falta de oportunidades em cargos de liderança. Eles destacam a importância de promover a igualdade de gênero e criar ambientes inclusivos e favoráveis ao crescimento profissional das mulheres nessa área.

3 METODOLOGIA

Com o intuito de atender ao objetivo do estudo de analisar como se caracteriza a participação feminina no curso de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte, desenvolveu um estudo descritivo, considerando que busca descrever as principais características de uma determinada população ou fenômeno, como o caso da análise com mulheres graduandas do curso de ciências contábeis; bem como utilizou-se de métodos quantitativos e técnicas estatísticas para coleta e análise dos dados, caracterizando como uma pesquisa quantitativa; e ainda, por meio de um levantamento (*survey*), com a aplicação de um questionário semiestruturado.

A amostra da pesquisa compreende 124 graduandos de cursos de Ciências Contábeis, de instituições de ensino

superior públicas e privadas, localizadas no estado do Rio Grande do Norte e para preservar a imagem das mesmas, não serão divulgados os nomes das referidas instituições, mas pode-se destacar que foram em três instituições públicas e três instituições privadas, totalizando seis instituições de ensino superior analisadas, mediante a aplicação de um questionário com aquelas discentes que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados compreendeu um questionário semiestruturado com perguntas fechadas, elaborado com base nos estudos de Nonato *et al.* (2020) e Souza *et al.* (2022) e dividido em três seções, que são: Seção 1 - Perfil dos respondentes; Seção 2 - Motivações, perspectivas e dificuldades; e Seção 3 - Percepção sobre a área de ciências contábeis em função do gênero. O questionário foi elaborado por meio do *software Google Forms* e foi enviado pelos aplicativos *WhatsApp* e *E-mail* para as graduandas dos cursos de Ciências Contábeis.

Após a coleta de dados, ocorrida no mês de maio de 2023, os dados foram tabulados utilizando o *software Microsoft Excel* e os resultados foram apresentados em tabelas para uma melhor visualização. Para analisar os dados, foram aplicadas técnicas de Estatística Descritiva e Análise Fatorial Exploratória (AFE). A Análise Fatorial Exploratória é utilizada quando se deseja reduzir a dimensionalidade de um conjunto de variáveis, agrupando-as em fatores potenciais que representam características comuns e essa abordagem simplifica e torna mais compreensíveis os dados da pesquisa, facilitando a análise dos mesmos e melhor visualização dos padrões subjacentes (Fávero *et al.*, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção apresenta os principais resultados

encontrados na pesquisa, no que diz respeito ao perfil das respondentes conforme a Tabela 1. Os resultados se referem a análise fatorial exploratória, resultados esses que partiram dos dados da estatística descritiva inicial.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes da pesquisa

| | CARACTERÍSTICAS | FREQ. | % |
|-----------------------------|---|--------------|--------------|
| IDADE | Até 20 anos | 13 | 10,5 |
| | Entre 21 e 30 anos | 82 | 66,1 |
| | Entre 31 e 40 anos | 18 | 14,5 |
| | Entre 41 e 50 anos | 10 | 8,1 |
| | Acima de 50 anos | 1 | 0,8 |
| ESTADO CIVIL | Solteira | 76 | 61,3 |
| | Casada | 37 | 24,8 |
| | União Estável | 9 | 7,3 |
| | Divorciada | 1 | 0,8 |
| | Viúva | 1 | 0,8 |
| COR/ETNIA | Branca | 60 | 48,4 |
| | Negra | 10 | 8,1 |
| | Parda | 52 | 41,9 |
| | Amarela | 0 | 0 |
| | Indígena | 2 | 1,6 |
| IES | Pública | 60 | 48,4 |
| | Privada | 64 | 51,6 |
| POSSUI FILHOS | Sim | 28 | 22,6 |
| | Não | 96 | 77,4 |
| RENDA MENSAL | Até 1,5 salário mínimo | 28 | 22,6 |
| | De 1,5 a 3 salários mínimos | 70 | 56,5 |
| | De 3 a 6 salários mínimos | 16 | 12,9 |
| | De 6 a 10 salários mínimos | 9 | 7,3 |
| | Acima de 10 salários mínimos | 1 | 0,8 |
| PERÍODO CURSADO | 1° e 2° período | 12 | 9,7 |
| | 3° e 4° período | 26 | 20,9 |
| | 5° e 6° período | 27 | 21,8 |
| | 7° e 8° período | 42 | 33,9 |
| | 9° e 10° período | 17 | 13,7 |
| ATIVIDADE REMUNERADA | Não está trabalhando | 25 | 20,2 |
| | Trabalha eventualmente | 15 | 12,1 |
| | Trabalha até 20h semanais | 30 | 24,2 |
| | Trabalha mais de 20h e menos de 40h sem. | 19 | 15,3 |
| | Trabalha em tempo integral (40h sem. ou mais) | 35 | 28,2 |
| TOTAL | | 124 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com o intuito de traçar o perfil das respondentes da pesquisa, porém preservando suas identidades, a Tabela 1 apresenta as informações sobre idade, estado civil, cor/etnia, instituição de ensino superior, se possui filhos, renda mensal, o período cursado e atividade remunerada.

Os resultados apontam que a maioria das respondentes está na faixa etária de 21 a 30 anos, representando 66,1% do total, o indica que a pesquisa se concentra principalmente em mulheres mais jovens. Já para o estado civil, a maioria dessas respondentes é solteira 61,3%, seguida por casada 24,8%, e em relação a cor/etnia, houve um equilíbrio parcial, em que uma parte se identificou como branca (48,4%) e a outra parte como parda (41,9%).

Em relação a instituição de ensino em que as respondentes estão vinculadas, ocorreu uma similaridade entre as categorias administrativas, sendo que 48,4% estão matriculadas em instituições públicas e 51,6% em instituições privadas. A maioria dessas mulheres (77,4%) não possui filhos; declarou uma renda mensal entre 1,5 e 3 salários mínimos (56,5%); apresenta uma distribuição uniforme nos diferentes períodos do curso, com uma maior representação em períodos mais avançados, como o 7º e 8º períodos, representados por 33,9%; e por fim, a grande maioria desempenha alguma atividade remunerada, conciliando com seus estudos, sendo que a maior proporção trabalha em tempo integral (28,2%).

Na sequência, analisou-se as principais motivações, perspectivas e dificuldades das discentes que participaram do estudo, conforme disposto na Tabela 2.

Tabela 2 - Motivação, perspectiva e dificuldade das discentes

| | AFIRMATIVAS | FREQ. | % |
|---|---|--------------|----------|
| MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DA CARREIRA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Perspectiva de empregabilidade | 31 | 25,0 |
| | Concurso público | 24 | 19,4 |
| | Vocação profissional | 17 | 13,7 |
| | Influência de terceiros | 9 | 7,3 |
| | Boas perspectivas salariais | 12 | 9,7 |
| | Horário do curso | 3 | 2,4 |
| | Formação adicional | 7 | 5,6 |
| | Ascensão profissional | 6 | 4,8 |
| | Obter um diploma de ensino superior | 2 | 1,6 |
| | Não dependência exclusiva de emprego fixo | 10 | 8,1 |
| | Facilidade de ingresso no curso | 3 | 0,8 |

| | | | |
|--|--|-----|------|
| PRINCIPAL PERSPECTIVA E CAMPO DE ATUAÇÃO | Área Pública | 51 | 41,1 |
| | Área Privada | 31 | 25,0 |
| | Profissional autônomo | 32 | 25,8 |
| | Docência | 6 | 4,8 |
| | Não pretende atuar na área | 3 | 2,4 |
| | Outra | 1 | 0,8 |
| PRINCIPAL DIFICULDADE ENFRENTADA | Preconceitos e desigualdade de gênero | 6 | 4,8 |
| | Falta de oportunidade de crescimento | 21 | 16,9 |
| | Baixa remuneração | 10 | 8,1 |
| | Conciliar o tempo entre trabalho e família | 54 | 43,5 |
| | Necessidade constante de atualização | 12 | 9,7 |
| | Acredito que não existem dificuldades relevantes | 16 | 12,9 |
| | Outras | 5 | 4,0 |
| TOTAL | | 124 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que diz respeito à motivação para escolha da carreira, é interessante observar que a perspectiva de empregabilidade foi a principal motivação citada, com 25% das entrevistadas, indicando que muitas delas percebem a área contábil como uma opção segura em termos de mercado de trabalho. Outra motivação representativa foi a possibilidade de atuar em concursos públicos, mencionada por 19,4% do total, sugerindo que a estabilidade e os benefícios dos cargos públicos são atrativos para os estudantes de Ciências Contábeis. Além disso, 13,7% das discentes afirmaram que escolheram a carreira por vocação profissional, indicando que elas sentem afinidade e aptidão natural para trabalhar na área contábil.

Quanto à principal perspectiva e campo de atuação, a área pública foi citada como a principal escolha por 41,1% das participantes, corroborando a ideia anterior como sendo uma das principais motivações a estabilidade no emprego por meio de concurso público. No entanto, é interessante observar que uma parcela bem representativa considerou a possibilidade de atuar como profissional autônomo (25,8%) e na área privada (25,0%) como principal perspectiva e campo

de atuação, o que sugere que há um número considerável de discentes interessadas em empreender na área contábil e buscar clientes próprios.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis, a conciliação entre trabalho e família foi apontada por 43,5% das discentes como a principal dificuldade, refletindo os desafios que muitos profissionais enfrentam ao tentar equilibrar as demandas do trabalho com a vida pessoal e familiar. Outras dificuldades mencionadas foram a falta de oportunidades de crescimento, citada por 16,9% das discentes e a baixa remuneração (8,1%), sendo que esses resultados necessitam de atenção por poderem impactarem na satisfação no trabalho por parte dessas profissionais.

Os achados desta pesquisa vão de encontro aos estudos de Lemos Júnior, Silveira e Santini (2015) e Amorim *et al.* (2021), principalmente no que tange as motivações de escolha da carreira contábil e perspectivas profissionais, mostrando uma multiplicidade nessas questões e em como as mulheres possuem semelhanças nisso. Já com relação ao estudo de Santos *et al.* (2021) houve uma pequena divergência nos achados, considerando que as mulheres afirmaram não possuir dificuldades em conciliar trabalho e família, o que nesta pesquisa isso foi pontuado como sendo a principal dificuldade.

Em seguida, a Tabela 3 apresenta os resultados encontrados pelas respondentes no que tange a percepção sobre a área de contabilidade em função do gênero.

Tabela 3 - Percepção sobre a área de Ciências Contábeis em função do gênero

| V | AFIRMATIVAS | MÉDIA | DESVIO-PADRÃO |
|----------|--|--------------|----------------------|
| 1 | Considero que a área de ciências contábeis oferece oportunidades iguais para homens e mulheres | 3,27 | 0,738 |
| 2 | Acredito que existem diferenças na contratação de homens e mulheres para a área contábil | 3,38 | 1,028 |

| | | | |
|----|--|------|-------|
| 3 | Percebo que existem diferenças salariais entre homens e mulheres que exercem cargos iguais ou equivalentes | 3,33 | 0,502 |
| 4 | Considero que as mulheres possuem aptidões iguais aos homens para desempenhar as mesmas funções | 4,27 | 1,205 |
| 5 | Acredito que a mulher está adquirindo espaço na área de ciências contábeis | 4,46 | 0,420 |
| 6 | Considero que há um reconhecimento e valorização do desempenho da mulher na área de ciências contábeis | 3,81 | 1,480 |
| 7 | Acredito que a mulher tem maior senso de grupo e/ou maior dedicação do que o homem na área contábil | 4,11 | 0,848 |
| 8 | Percebo que as mulheres estão ocupando cada vez mais cargos de gestão/liderança | 4,33 | 3,182 |
| 9 | Percebo a evolução de ações/mudanças realizadas pela área contábil para inserção/valorização da mulher | 4,00 | 1,103 |
| 10 | Acredito que a área contábil ainda tem muito a evoluir em relação a inserção/valorização da mulher | 4,46 | 1,476 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação às oportunidades e igualdade de gênero, a maioria das discentes acredita que a área de contabilidade oferece oportunidades iguais para homens e mulheres (3,27), embora algumas dúvidas e ressalvas tenham sido expressas, como por exemplo, há uma percepção que existem diferenças na contratação (3,38) e remuneração (3,33) entre homens e mulheres que ocupam cargos iguais ou equivalentes. Por outro lado, as participantes reconhecem as aptidões das mulheres para desempenhar as mesmas funções que os homens (4,27) e acreditam que as mulheres estão adquirindo espaço e conquistando uma maior representatividade na área (4,46), o que sugere uma percepção positiva em relação ao progresso e à valorização das mulheres.

Além disso, a maioria acredita que há um reconhecimento e valorização do desempenho feminino na área (3,81), como também que a mulher tem maior dedicação que o homem (4,11) e acredita em uma evolução da participação feminina na área (4,00), como na ocupação em cargos de gestão/liderança (4,33), mas que ainda tem muito a evoluir em relação a inserção e valorização da mulher (4,46). No geral, os

resultados sugerem que, embora tenham crescido os avanços na inclusão e representatividade das mulheres na área de contabilidade, ainda existem desafios a serem superados em relação as oportunidades iguais, remuneração justa e valorização do trabalho feminino.

Dessa forma, Santos e Santos (2015) já mencionavam em seu estudo que o número de mulheres estava em pleno crescimento no mercado de trabalho contábil, alcançando espaços ainda não acessados e essa realidade também se estendia aos espaços acadêmicos, que basicamente era em grande maioria formada por homens. Hoje, esse cenário segue em evolução constante, mas acredita-se ainda que a área contábil ainda tem muito a evoluir em relação à inserção e valorização da mulher no mercado, o que também se assemelha com os resultados encontrados nesta pesquisa (Santos; Melo; Batinga, 2021).

Em seguida, na Tabela 4 será apresentado os resultados dos testes de consistência das variáveis observáveis para uso da AFE, utilizando os testes estatísticos *Alpha de Cronbach*, Esfericidade de Bartlett, KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) e Variância Explicada.

Tabela 4 - Resultado dos testes de consistência das variáveis observáveis para uso da AFE

| Alpha de Cronbach | Esfericidade de Bartlett Sig. | KMO | Var. Explicada (%) |
|--------------------------|--------------------------------------|------------|---------------------------|
| 0,753 | 0,000 | 0,791 | 78,08 |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Após a realização do teste de confiabilidade, foi possível perceber que o *Alpha de Cronbach* foi de 0,753 indicando uma consistência aceitável para a confiabilidade das variáveis observáveis. Já a *Esfericidade de Barlett* (Sig. 0,000) aponta que há relação significativa entre as variáveis observadas que possibilita a aplicação da AFE. No que diz respeito ao KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) (0,791) o resultado

obtido está de acordo com os padrões aceitáveis e quanto à variância explicada, obteve-se um alto grau de explicação, ou seja, 78,08% da variância total é explicada pelas componentes extraídas, quanto maior a porcentagem, mais representativa é a análise fatorial.

Dessa forma, os testes estatísticos realizados dão suporte para confirmação da realização da análise fatorial exploratória, conforme é apresentado a seguir na Tabela 5.

Tabela 5 - Análise Fatorial Exploratória

| V | CONSTRUTO | COM. | F1 | F2 |
|----------|--|-------------|-----------|-----------|
| V1 | FATOR 1 RELAÇÃO DE GÊNERO NA CONTABILIDADE | 0,846 | 0,899 | |
| V2 | | 0,870 | 0,931 | |
| V3 | | 0,836 | 0,876 | |
| V4 | | 0,760 | 0,900 | |
| V7 | | 0,734 | 0,642 | |
| V5 | FATOR 2 ESPAÇO DA MULHER NA CONTABILIDADE | 0,795 | | 0,581 |
| V6 | | 0,537 | | 0,880 |
| V8 | | 0,748 | | 0,730 |
| V9 | | 0,846 | | 0,907 |
| V10 | | 0,839 | | 0,889 |

*Nota: Método de Extração: Análise dos Componentes Principais. Método de Rotação: Varimax.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir dos dados visualizados, deu-se os resultados de uma análise fatorial exploratória que, com base no teste de Variância Explicada, identificou-se uma divisão do conjunto de 10 variáveis (V1 a V2) em dois fatores (F1 e F2), podendo inferir que os fatores F1 e F2 estão relacionados a aspectos de relação de gênero e à presença e influência das mulheres na área da contabilidade. Por meio dos estudos de Tomaz *et al.* (2022) e Nonato *et al.* (2020) foi possível realizar essa classificação e nomear esses fatores de acordo com a divisão das variáveis.

Percebe-se que o Fator 1 (F1) foi nomeado como "Relação de Gênero na Contabilidade", por ser constituído pelas seguintes variáveis V1, V2, V3, V4 e V7, uma vez que todas

essas variáveis estão relacionadas aos perfis das discentes e em como essa relação entre homem e mulher na contabilidade é visualizada pelas mesmas, a exemplo das oportunidades no mercado, contratação, remuneração, aptidões, entre outros. Os resultados apresentados nesta pesquisa, vão de encontro aos estudos de Nonato *et al.* (2020) e Souza *et al.* (2022) ao apontarem que a mulher percebe uma evolução nessas relações com profissionais do gênero masculino, porém ainda acredita que existe diferenças no tratamento entre os gêneros, principalmente no que tange as oportunidades de trabalho e diferenças existentes na contratação e remuneração.

Já para o Fator 2 (F2), definido como o "Espaço da Mulher na Contabilidade", por ser constituído pelas seguintes variáveis V5, V6, V8, V9 e V10, apresenta uma explanação com as variáveis relacionadas ao espaço que as mulheres estão ocupando no mercado de trabalho, bem como seu reconhecimento, valorização, atuação em cargos de gestão, entre outros aspectos. Os resultados encontrados corroboram os estudos de Tomaz *et al.* (2022) e Souza *et al.* (2022) que trazem a evolução da mulher nos espaços contábeis de maneira nítida, até mesmo o crescimento das mesmas em cargos de destaque dentro das organizações, porém, é imprescindível destacar que ainda há muito o que avançar nos espaços contábeis no quesito participação feminina.

A desigualdade entre os gêneros consiste em uma luta intensa para que chegue a um patamar de igualdade entre homens e mulheres, no ramo contábil, apesar de ainda haver uma discriminação considerável, essa desigualdade só vem diminuindo. Isso se torna um ponto bastante positivo, tendo em vista que a luta das mulheres desde os períodos mais remotos da humanidade, elas se mantiveram incansáveis e não desistiram de mostrar o quanto são necessárias como profissionais, não somente na área contábil, mas também em qualquer outra profissão (Ramos; Souza; Marcelino, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da participação feminina nas instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte, com foco nos cursos de graduação de Ciências Contábeis, houve avanços significativos no que diz respeito à igualdade para as mulheres, proporcionando oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. Enquanto ao perfil das participantes dessa pesquisa, foi possível identificar que a maioria das respondentes são jovens entre 21 a 30 anos, representando 66,1% do total, solteiras, não possuem filhos, divididas entre instituições de ensino público 48,4% e privadas 51,6%.

Realizada as discussões, pode-se concluir que as estudantes de Ciências Contábeis no contexto da pesquisa são motivadas por diferentes fatores ao escolher essa carreira. A perspectiva de empregabilidade e a possibilidade de ingressar em concursos públicos são fatores relevantes, demonstrando a busca por estabilidade e segurança profissional. No que diz respeito às perspectivas e campos de atuação, a área pública é a principal opção mencionada pelas estudantes, seguida pela área privada e pela opção de atuar como profissional autônomo.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas estudantes, a conciliação entre trabalho e família se destaca como a principal dificuldade mencionada. Isso indica a importância de políticas e medidas que promovam a equidade de gênero, permitindo que as mulheres conciliem suas responsabilidades profissionais e familiares de forma satisfatória.

Embora acredite-se que as mulheres possuam aptidões iguais aos homens para desempenhar as mesmas funções, ainda existem percepções de diferenças na contratação e nas

remunerações entre os gêneros. Há uma percepção positiva de que as mulheres estão adquirindo espaço na área contábil e ocupando cargos de gestão e liderança.

Em suma, o estudo demonstra que as mulheres têm alcançado progressos notáveis nas instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte, em particular nos cursos de Ciências Contábeis. Essas conclusões destacam a importância de abordar questões como igualdade de gênero, as mudanças observadas indicam um caminho positivo em direção a uma sociedade mais igualitária, onde as mulheres têm a liberdade de buscar suas aspirações acadêmicas e profissionais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e o avanço da sociedade como um todo.

Para pesquisas futuras a fim de ampliar a discussão iniciada neste estudo sugerem-se outras investigações, visto que o assunto não se esgota em uma única pesquisa como essa, expandir para todos os estados brasileiros, ou até mesmo internacionalmente. Visto que o índice de participação feminina e igualdade de gênero é um assunto de bastante relevância para a geração atual, incluindo as futuras. Sugerem-se também acrescentar novos parâmetros de pesquisa para alcançar ainda mais mulheres.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. B.; NASCIMENTO, I. C. S.; MELO, G. C. V.; MOREIRA, C. S. Participação Feminina na Alta Gestão e a Sustentabilidade Empresarial no Brasil. **Revista AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**. v. 10, n. 2, p. 218-244, jul./dez., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v10i2.2076>

BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 01-11, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i174090>.

BENFATT, K. **O empoderamento feminino na contabilidade**. 2017. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/oempoderamentofemininonacontabilidade,97d815edfaf00168f1c5d2e554cf476vw52xtbn.html>.

BEZERRA, N. Mulher e Universidade: A longa e difícil luta contra a invisibilidade. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SET SABERES, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza. UECE, 2013. Disponível em:
<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/traba-lhos/420-07082010-184618.pdf>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório Síntese de Área: Artes Visuais (licenciatura)**. Brasília: Inep, 2019

BRASIL. Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020** [recurso eletrônico]. - Brasília: Inep/MEC, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero**. 2022. Disponível em:
<https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **O empoderamento das mulheres na contabilidade**. 2018. Disponível em:
<https://cfc.org.br/noticias/o-empoderamento-das-mulheres-na-contabilidade/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **CFC mulher**. Disponível em:
<https://cfc.org.br/politico-institucional/cfc-mulher/>.

CORDEIRO NETO, A. F.; GUIMALHÃES, Í.; OLIVEIRA, L. L. Mulheres no mercado de trabalho: ensino superior e construção de plano de carreira em João Pessoa. **Revista de Carreiras Pessoas - RECAPE**, João Pessoa, v. 12, n. 1, jan./abr., 2022.

FAHL, A. C.; MANHANI, L. P. S. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 10, n. 12, p. 25-33, 2015.

LEMONS JÚNIOR, L. C.; SILVEIRA, P. N. S.; SANTINI, R. B. A feminização da área contábil: um estudo qualitativo básico. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 9, n. 1, mar. 2015.

MACHADO, L. V.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Fatores motivadores e

limitadores à escolha e à atividade da profissão Contábil pelas mulheres. *In*: 18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2021.

MATOS, G. A. F. **Um estudo sobre a escolha feminina pelo curso de Ciências Contábeis na Unir/Vilhena**. 2018. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis (DECC), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Vilhena, 2018.

MENDONÇA, F. M; FERNANDES. D. R. Gênero e raça das profissionais da área contábil na região do vale do Paranhana-RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 10, n. 1, 2021.

NEVES JÚNIOR, I. J.; ROCHA, H. M. Metodologias de ensino em Contabilidade: uma análise sob a ótica dos estilos de aprendizagem. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração. v. 34, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, J. L. R.; MARTINS, D. M.; NEVES, S. I.; STURZENEKER, V.V. A presença da mulher na atuação profissional da Contabilidade. **Pista: Periódico Interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 21-39, ago./nov. 2019.

PEREIRA, J. A. S. A reforma universitária neoliberal nos governos de FHC e Lula em questão. **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 2017.

PINTO, M. D. F.; CRUZ, M. H. S.; Notas sobre desigualdade de gênero no curso de Ciências Contábeis na Universidade de Sergipe. **Revista Feminismos**, Bahia, v. 5, n.1, jan./abr. 2017.

QUEIROZ, D. M. **Mulheres no Ensino Superior no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. 2013 [Tese de Doutorado]. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.pdf>.

RAMOS, M. M. G. A. Contabilidade feita por elas: Participação das mulheres Alagoanas na profissão contábil. Repositório institucional da Ufal - RIUFAL. 2018. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5366>

RAMOS, B. de P.; SOUZA, L. K. F.; MARCELINO, J. A. Atuação das Mulheres na Área Contábil: Um estudo nas cidades Bandeirantes e Cornélio Procópio - PR. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 11, n. 33, p. 28-45, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7059218

REZENDE, P. M. **Mulheres e a pesquisa em Contabilidade no Brasil**: análise das publicações em periódicos da área. Uberlândia, 2022. Disponível: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34460>

RIBEIRO, V. M. F. G. **A importância do ensino superior e sua relevância na inclusão profissional**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/a-importancia-da-educacaosuperior-e-sua-relevancia-na-inclusao-profissional/56642>.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Revista ex æquo**. São Paulo, n. 33, p. 149-161, 2016.

SANTOS, F. Representatividade feminina: percepção das mulheres acerca dos desafios enfrentados na área contábil. **Revista Brasileira de Negócios e Desenvolvimento Regional**, Ceará, v. 1, n.1, p. 47-65, 2021.

SANTOS, M. A.; MELO, M. C. O. L.; BATINGA, G. L. Representatividade da Mulher Contadora em Escritórios de Contabilidade e a Desigualdade de Gênero na Prática Contábil: Uma Questão ainda em Debate? **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 16, n. 1, p. 148-163, 2021.

SANTOS, F. V. dos; SANTOS, C. B. O fortalecimento da mulher na área contábil crescimento e valorização profissional. **Revista Estudos Vida e Saúde**, v. 42, n. 2, p. 201- 210, abr./jun. 2015.

SILVA, D. J. M. **Mulheres na contabilidade**: os estereótipos socialmente construídos sobre a contadora. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUZA, G. L. A; GONÇALVES, L. A.; GÓES, M. C. Os desafios enfrentados pela mulher contemporânea no ingresso ao ensino superior. **Revista Fatec Zona Sul - REFAS**. São Paulo, v. 6, n. 1, 2019. ISSN 2359-182X.

SOUZA, M. E. L. de; MORAIS, M. I. de; SERVILHA, G. O. A.; ROCHA, M. A.; SANTOS, J. S. dos. Mulheres na contabilidade:

Representação nas empresas de serviços contábeis em Tangará da Serra - MT. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 9, n. 2, p. 18-30, jul./dez., 2022.

TOMAZ, A. R. R.; NASCIMENTO, I. C. S.; SILVA, A. R. P.; MELO, G. C. V.; MOREIRA, C. S. Mulheres no Conselho Afetam a Reputação Corporativa? Uma Análise da Participação Feminina em Companhas Listadas na B3. **Revista de Governança Corporativa - RGC**, São Paulo, v. 8, p. 27-49, dez. 2021.



Capítulo 04

CONTABILIDADE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: estudo sobre as percepções econômico-financeiras dos produtores de caju

Eduarda Keli Ferreira Sena

Graduada em Ciências Contábeis (UERN)

Wênika Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

RESUMO

A Agricultura Familiar tem relevância, tendo como contexto o cenário do cultivo de terra em nosso país, uma vez que contribui significativamente para o desenvolvimento da economia de algumas regiões brasileiras. Tendo um número relevante de produtores, os quais colaboram com a geração de emprego e renda na área em que estão implantados. Contando com essas consequências significativas, se faz necessário que essas famílias tenham compreensão de conceitos e técnicas ligadas à Contabilidade Rural, para que aprimorem o gerenciamento das suas propriedades, se desenvolvam e se consolidem no mercado. A pesquisa teve como objetivo identificar a percepção de agricultores familiares, quanto às informações econômico-financeiras na gestão da produção de caju. A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semiestruturada com 15 produtores rurais. O tratamento dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, com auxílio do *software Iramuteq*. Os resultados evidenciam que os agricultores entrevistados compreendem sim a relevância das informações econômico-financeiras, e têm noção dos aspectos

aos quais elas poderiam auxiliá-los. No entanto, ainda não são capazes de aplicar devidamente as técnicas contábeis no gerenciamento das suas propriedades por não terem o conhecimento específico adequado.

Palavras-chave: contabilidade rural; informações econômico-financeiras; agricultura familiar.

ABSTRACT

Family Agriculture has relevance, having as context the scenario of land cultivation in our country, since it contributes significantly to the development of the economy of some Brazilian regions. Having a relevant number of producers, who collaborate with the generation of employment and income in the area in which they are deployed. Depending on these significant consequences, it is necessary that these families have an understanding of concepts and techniques related to Rural Accounting, in so that they improve the management of their properties, develop and consolidate in the market. The research aimed to identify the perception of family farmers regarding economic and financial information in the management of cashew production. Data were collected through a semi-structured interview with 15 rural producers. The data processing technique was content analysis, the interviews were transcribed in full so that there was the treatment of the data, which was through the use of the Iramuteq software. The results show that the farmers interviewed understand rather the importance of economic and financial information, and are in view of the aspects to which they could help them. However, they are not yet able to properly apply accounting techniques in the management of their properties because they do not have the appropriate specific knowledge.

Keywords: rural accounting; economic and financial information; family farming.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade ao longo do tempo, como uma ciência social aplicada, necessitou passar por avanços contínuos, assim como ocorre em outras áreas profissionais. Deste modo, ela continua exercendo adequadamente suas funções, dentre elas, o fornecimento de informações relevantes para os gestores nas suas tomadas de decisão (Muss, et al., 2007; Rodrigues, 2020).

A Contabilidade Rural, que também está evoluindo, é um ramo da contabilidade direcionado para o produtor rural, onde pode ser aplicada para orientação, controle e registros das ações praticadas em suas propriedades. E através da utilização das informações para o processo decisório, melhora a eficiência das posses pelo controle do patrimônio (Naves; Costa, 2021; Silva; Ensslin; Pedersini, 2021).

No entanto, a Contabilidade Rural ainda é utilizada de forma escassa pelos pequenos produtores rurais. E os poucos que a aplicam, são apenas para fins fiscais, sem considerar os benefícios da aplicação, também para outros fins, como o gerencial. Isso se dá pela falta de conhecimento da área, pela não percepção de gestão financeira. Fazendo com que os produtores abdicuem de vantagens econômico-financeiras (Dias; Andrade; Gomes Filho, 2019; Vale; Silva, 2019).

Nesse contexto de cultivo de terra, destaca-se a Agricultura Familiar, que contribui incisivamente para a economia de algumas regiões. Conta com um número significativo de produtores, que contribuem para a geração de emprego e renda. Por ter esse impacto, se faz necessário que essas famílias tenham conhecimento de conceitos e técnicas ligadas à Contabilidade Rural, para que melhorem o gerenciamento das suas propriedades, desenvolvam-se e se consolidem no mercado (Silva; Santos; Santos, 2019; Teixeira, 2021).

Estudos como o de Rabelo (2019) e Teixeira (2021), mostram que os produtores não têm conhecimento e não fazem uso da Contabilidade Rural. Diante do exposto, o presente trabalho buscou responder o seguinte questionamento: **qual a percepção dos agricultores familiares, quanto às informações econômico-financeiras na gestão da produção de caju?** No intuito de responder essa questão, o objetivo do trabalho é identificar por meio de pesquisa, a percepção de agricultores familiares, quanto às informações econômico-financeiras na

gestão da produção de caju.

O estudo justifica-se sob três pontos de vista, o teórico, onde a Contabilidade Rural auxilia os pequenos produtores na gestão da propriedade melhorando seus resultados (Naves; Costa, 2021). É relevante também no ponto de vista prático, voltado aos profissionais da área, para que possam orientar melhor os clientes, e aos próprios produtores, para que saibam dos benefícios que esse ramo da contabilidade proporciona (Fernandes, 2019). Por fim, no ponto de vista social, para compreender aspectos referente às condições econômicas e de como vivem os agricultores familiares (Teixeira, 2021).

A divisão do trabalho se dá em cinco seções, sendo a primeira a introdução, onde encontra-se contextualizada a problemática, o objetivo e a justificativa do estudo. Seguida do referencial teórico, com a discussão dos trabalhos relacionados a área que servirão como base da pesquisa. Na sequência, a metodologia, trazendo os mecanismos da coleta de dados. Logo após, a discussão dos resultados, com a análise e interpretação dos resultados obtidos. E por fim, as considerações finais, sendo descrita as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE RURAL

A Contabilidade Rural é a contabilidade aplicada às empresas rurais, sendo utilizada como ferramenta auxiliar no processo decisório dos empresários deste setor (Rodrigues et al., 2021). Empresas rurais, como definido no Estatuto da Terra, são os empreendimentos que exploram econômica e sensatamente imóvel rural, na condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima

passível de agricultura do imobilizado segundo padrões fixados pelo Poder Executivo (Brasil, 1965).

Sendo assim, empresas rurais, segundo Marion (2020, p. 2), "são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas". Elas podem ser divididas em três campos de atividades: produção vegetal: atividade agrícola; produção animal: atividade zootécnica e indústrias rurais: atividade agroindustrial.

A Contabilidade Rural é um dos elementos do sistema de informação das empresas, inserida em um ciclo de coleta e processamento de dados que resultam na geração e compartilhamento de informações por meio de relatório contábeis. Esses relatórios asseguram aos gestores conhecimento das características econômicas e financeiras da empresa rural, desse modo é possível avaliar a atual situação da empresa, bem como comparar com o que havia sido planejado (Crepaldi, 2019).

Assevera ainda Arruda e Santos (2017), que a contabilidade rural é o apoio para as ações realizadas no meio rural, essencialmente no controle do patrimônio e na gestão dos resultados, através de eficiência na administração que gera informações para as tomadas de decisões, e desse modo possibilita a maximização do desempenho econômico-financeiro do negócio. Assim, as propriedades rurais tornam-se empresas com potencial de acompanhar a evolução do setor.

Neste sentido, a contabilidade rural possui duas funções: a função administrativa, onde atua auxiliando no controle do patrimônio. E a função econômica, que está vinculada com a apuração do lucro ou prejuízo do exercício (Crepaldi, 2019). A contabilidade rural caracteriza-se ainda como uma ferramenta gerencial que possui como principal objetivo auxiliar os gestores, no entanto, os produtores rurais não a observam nesse viés, e a utilizam na maioria

das vezes para fins tributários (Almeida; Anjos, 2018).

Conforme Souza, Cardoso e Pereira (2020), a contabilidade rural faz com que o produtor tenha uma atenção maior ao seu negócio, e com isso desenvolva competitividade pela relevância do agronegócio e o avanço da tecnologia. Isso se dá pelo fato da contabilidade ser uma ferramenta de conhecimento e informação que é indispensável na tomada de decisão, assim, demonstra confiabilidade nos processos operacionais das empresas rurais.

Os produtores rurais não enxergam a possibilidade da utilização da Contabilidade Rural em suas propriedades, por serem de pequeno porte, uma vez que não reconhecem as modificações significativas que ela pode trazer para os resultados. No entanto, o auxílio de sistemas de gestão efetivos possibilitará ao produtor visualizar evolução em suas atividades e da propriedade em si, o crescimento da lucratividade, oportunidades de investimento em outras áreas antes não pretendidas, e assim, ocorrer a valorização da propriedade (Wendpap, 2019).

Consoante a pesquisa de Silva e Anjos (2019), os agricultores tendem a realizar a gestão da propriedade pessoalmente, ocasionando adversidades quanto aos lucros, pois ficam focados na satisfação social relacionada a Contabilidade Rural, mostrando conhecimento escasso quanto às informações e a flexibilidade, que são elementos fundamentais na ferramenta de gestão. E ainda, mesmo tendo conhecimento dos benefícios que a esse ramo da contabilidade pode proporcionar a sua propriedade, os produtores ainda assim não fazem uso de suas ferramentas, isso se dá pelo elevado custo e pela falta de confiança voltada para as atividades rurais.

É notável a existência de um elevado *déficit* no que diz respeito aos conhecimentos dos produtores rurais, já que um número considerável não tem escolaridade e assim não sabem

como gerir sua propriedade. Desse modo, por não terem conhecimento, não sentem a necessidade de contratação de um contador que pudesse auxiliá-los na gestão de seus negócios, bem como no controle do seu patrimônio (Lopes; Silva, 2019).

O produtor rural, na maioria das vezes, acredita que caso evidencie seus custos, fará com que ele mesmo sinta-se desmotivado com a atividade, podendo pensar em desistir. No entanto, se por acaso isso ocorresse, ele conseguia gerenciar, fiscalizar e examinar os dados de maneira efetiva e compreensível. E em posse dessas informações seria capaz de visualizar a dimensão de seu patrimônio e assim distinguir as contas pessoais das contas da propriedade, conseguindo assim mais controle sobre as interperies que poderiam surgir no seu negócio (Baen; Lopes, 2022).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

O Agricultor Familiar, segundo a Lei nº 11.326/2006, é aquele que exerce as atividades no meio rural respondendo, simultaneamente, algumas condições, como não ter terra maior que 4 módulos fiscais; que a mão-de-obra principal seja a própria família; que a renda familiar seja vinculada ao próprio estabelecimento e que ele mesmo gerencie os negócios da propriedade (Brasil, 2006).

Segundo dados do último Censo Agropecuário realizado no ano de 2017, efetuado em cerca de 5 milhões de propriedades rurais no Brasil, aproximadamente 77% dos estabelecimentos agrícolas são de Agricultura Familiar, ocupando, no período da pesquisa, 80,9 milhões de hectares, empregando cerca de 10 milhões de pessoas em setembro do mesmo ano, de todas as pessoas ocupadas na agropecuária isso representa cerca de 67% (IBGE, 2017).

Ainda conforme o mesmo Censo, a maioria dos proprietários são homens, correspondendo a 81%, enquanto a

porcentagem de mulheres proprietárias é de apenas 19%. Por meio dos achados do IBGE foi possível identificar que de um universo de 5,07 milhões, 947 mil mulheres são responsáveis pela gerência das propriedades rurais, o que representa um quantitativo de 30 milhões de hectares, correspondendo apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país são geridos por mulheres (IBGE, 2017).

Nesse norte, segundo Lima, Silva e Iwata (2019), os agricultores familiares têm elevada representatividade no panorama brasileiro, no que diz respeito à criação de postos de trabalho e na contribuição com o Produto Interno Bruto (PIB) do país. No entanto, apenas após a implementação de programas de financiamento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que esse setor passou a receber maior atenção das outras áreas da economia brasileira.

O PRONAF é um programa do governo federal criado em 1995, como uma linha de crédito rural, a princípio. Atualmente abrange um grupo de atividades voltadas a elevar a capacidade produtiva, criação de cargos e aumento da renda dos agricultores familiares, com a intenção de possibilitar a evolução no meio rural como um instrumento efetivo de desenvolvimento no campo (Brasil, 2022).

A Agricultura Familiar, no Brasil, está ligada à segurança alimentar e nutricional dos habitantes. Além de ser através dela que economias locais são impulsionadas, também colabora para que haja um desenvolvimento rural sustentável, uma vez que constitui conexões íntimas e ligações duradouras da família com o seu lugar de moradia e produção (Bittencourt, 2020).

Consoante Arruda e Santos (2017), a agricultura familiar no Brasil se evidencia pelo fato de gerar renda para um elevado número de brasileiros, bem como por ser abrangente e ecologicamente sustentável que a ampla produção,

além de tender ao processo produtivo e econômico das agroindústrias.

A agricultura familiar é uma ocupação rural com elevado cenário para produção e desenvolvimento, no entanto, em algumas regiões, acaba sendo um empreendimento esquecido pelos profissionais contábeis. Assim, necessita de assistência bem próxima de contadores e/ou técnicos, pois os produtores não compreendem a utilidade da Contabilidade Rural no auxílio das tomadas de decisão das suas propriedades (Fernandes, 2019).

Segundo Oliveira, Grisa e Niederle (2020), os produtores rurais da Agricultura Familiar são historicamente denominados como tomadores de preço, isso se dá pelo fato da maioria não ter conhecimentos econômicos, fazendo com que eles vendessem sua produção baseados apenas no preço, assim, venderiam para o comprador que tiver oferecendo o valor mais alto.

Dessa forma, torna fundamental que seja desmistificado a herança histórica de que, basicamente, a Agricultura Familiar é uma atividade de subsistência, na qual é voltada unicamente para a demanda da familiar, para que assim, seja derrubado obstáculos que impossibilitam que o agricultor familiar se transforme em um empreendedor rural (Bittencourt, 2020).

De acordo com Grisa (2018), é essencial que se busque planos que possibilitem a implementação de distintas maneiras de associação por parte dos pequenos produtores. Com o êxito desse segmento seria possível aperfeiçoar a capacidade de negociação de compra de matéria-prima dos agricultores familiares, como também poderia gerar oportunidades de obter mercados consistentes para seus produtos.

2.3 INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Segundo Silva Filho, Barbosa e Pereira (2019), com o propósito de potencializar a qualidade das informações integradas nos relatórios contábeis, ocorreu o processo de adesão das Normas Internacionais de Contabilidade, proporcionando uma melhor comunicação e comparabilidade entre os usuários das informações contábeis e da entidade que a reporta, assim, as vantagens oriundas dessa adoção, vieram da aplicação de uma linguagem universal empregada por distintos países, contribuindo para que as corporações conseguissem acesso a outros mercados.

A responsabilidade pela gestão das informações que vão auxiliar os empresários a desenvolverem suas atividades, é do profissional contábil, assim, o mesmo deve ter discernimento de que é necessário está sempre atualizado para seguir a evolução dos procedimentos que compreendam as atividades da contabilidade (Silva; Eyerkauffer; Rengel, 2019).

Crepaldi (2019) discorrendo sobre as informações fornecidas pela contabilidade, diz que é fundamental que tais informações sejam geradas clara e objetivamente, visto que, como ocorre também nos outros setores da economia, o objetivo do setor rural é o reembolso econômico-financeiro, ou seja, o lucro, para suprir as necessidades do produtor e seus familiares.

Os relatórios gerados pela contabilidade são indispensáveis para que uma entidade possa ser eficiente ao reconhecer possibilidades para a diminuição dos custos e também para o aumento da capacidade produtiva. Isso se dá pelo uso tempestivo das informações econômico-financeiras que vão auxiliar a gestão na realização dos processos eficientes (Salvador *et al.*, 2018).

As informações que a Contabilidade é apta para fornecer, são para verificar a situação econômica-financeira e

averiguar se a atividade econômica que está sendo desenvolvida, proporcionando o retorno dos investimentos, na busca da obtenção de lucro. E assim, criando um ciclo virtuoso com a aplicação objetiva, prática e eficiente, promovendo a continuidade dos negócios (Gollo; Vian; Diel, 2017).

Conforme Andrade e Brito (2020), a chave fundamental para a organização é a informação contábil, dado que ela seja aplicada eficientemente. A entidade que utiliza a contabilidade para propósitos gerenciais e emprega amplamente suas informações, consegue um firme apoio que, além de determinar os números, também os analisa, visto que é através desta função dos profissionais contábeis que a organização descobrirá a assistência para se manter competitiva.

Os gestores podem fazer uso das informações contábeis para o conferências com as informações anteriores da própria entidade, como também com outras do mesmo ramo, podendo detectar tendências de mercado através destas demonstrações e relatórios contábeis. Para isso, as informações devem ser divulgadas tempestivamente para o auxílio à tomada de decisão e retratar ordenadamente os dados que os gestores precisam para o processo decisório da entidade (Bender; Silva, 2020).

De acordo com Bitares *et al.* (2018), as informações contábeis têm ganhado relevância no que diz respeito às necessidades básicas das entidades, precisamente, focadas para executar os requisitos legais e fiscais. Razões como custos elevados, ausência de necessidade, de entusiasmo, e de conhecimento são apontados como impedimentos para o emprego dessas informações para a orientação da gestão dos negócios.

Os relatórios contábeis mais utilizados pelos pequenos empresários são os que contém as informações sobre o faturamento, as trabalhistas e as fiscais, e mesmo tendo

conhecimento dos possíveis benefícios que a utilização dessas informações pode trazer para o negócio, poucos utilizam para os fins gerenciais, assim as tomadas de decisões são baseadas simplesmente na experiência do administrador (Witt *et al.*, 2018).

Segundo Mendes *et al.* (2019), o gestor contratado inclina-se a empregar as informações contábeis, ao contrário do gestor que é o dono da empresa. Um dos motivos para a ocorrência desse fato é a contabilidade ser aplicada como ferramenta de controle do dono que está mais afastado da empresa, além do fato do gestor contratado geralmente conter um nível maior de escolaridade, como também estarem mais aptos para aquela função, sendo o motivo de terem sido contratados.

3 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo do estudo, a pesquisa é classificada, em relação aos objetivos, como descritiva. Essas pesquisas objetivam identificar correlação entre variáveis e focam-se não somente na descoberta, mas também na análise dos fatos descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os (Fernandes *et al.*, 2018).

Quanto aos procedimentos, é caracterizado como estudo de caso, que, para Cervo, Bervian e Silva (2007) é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados. No que se refere à abordagem do problema, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizada quando se quer descrever o objetivo do estudo com profundidade (Mascarenhas, 2012).

O estudo foi direcionado para produtores rurais de uma comunidade situada em uma cidade do nordeste brasileiro, sendo o objeto de estudo definido pela acessibilidade do pesquisador, e estabelecido pelo método bola de neve. De

acordo com Flick (2009), no método bola de neve o pesquisador pede aos participantes referência de novos informantes que possuam as características desejadas para a pesquisa. Desse modo, o primeiro entrevistado deu-se por conveniência e a partir disso foram indicados pelos próprios participantes da pesquisa os demais produtores.

O objeto de estudo foi caracterizado por 15 agricultores entrevistados, esse número foi definido pelo ponto de saturação, onde ocorre a cessão das entrevistas quando não surgem novos fatos e quando todos os conceitos da teoria estão desenvolvidos (Ribeiro, 2018). O tempo das entrevistas variou entre 15 e 25 minutos e ocorreu na propriedade de cada um dos entrevistados. Ressalta-se ainda que as entrevistas foram gravadas, com a prévia autorização dos produtores rurais.

O instrumento de pesquisa foi caracterizado por uma entrevista com roteiro semi estruturado. Para Cervo, Bervian e Silva (2007), a entrevista é uma conversa orientada para alcançar o objetivo de recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa. Contudo, a entrevista foi dividida em duas categorias de análise: I- Caracterização dos entrevistados e; II- Percepção das informações econômico-financeiras. Sendo realizada no ambiente de trabalho dos produtores rurais, suas respectivas propriedades.

Quanto à técnica de tratamento dos dados, foi definida a análise de conteúdo, tendo como finalidade explorar nas falas dos participantes, respostas essenciais para o entendimento do problema proposto pela pesquisa (Bardin, 2009). As entrevistas foram transcritas na íntegra para que houvesse o tratamento dos dados, que foi através da utilização do *software Iramuteq*, que é um *software* gratuito de análise estatística textual, uma excelente ferramenta que resulta em uma pesquisa ágil e confiável, com uma tendência

crescente à sua aplicação nas pesquisas qualitativas (Acuan *et al.*, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sessão de análise e discussão dos resultados, serão explanadas as informações coletadas nas entrevistas com 15 produtores de caju, iniciando com a caracterização dos entrevistados e, em seguida, com suas percepções sobre as informações econômico-financeiras.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A princípio, foi realizada a caracterização dos respondentes da pesquisa por meio do quadro a seguir, apresentando gênero, idade, escolaridade, tempo de atuação e total de hectares das propriedades que são destinadas para a cajucultura, conforme observado no Quadro 2.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados

| Perfil dos Entrevistados | | Frequência | Identificação |
|--------------------------|--------------------|------------|--|
| Gênero | Masculino | 14 | 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 |
| | Feminino | 1 | 6 |
| | Total | 15 | 15 |
| Idade | 30 a 40 anos | 2 | 5 e 13 |
| | 41 a 50 anos | 5 | 1, 4, 10, 11, 15 |
| | 51 a 60 anos | 6 | 2, 3, 6, 8, 12, 14 |
| | 61 anos ou mais | 2 | 7 e 9 |
| | Total | 15 | 15 |
| Escolaridade | Sem estudos | 1 | 9 |
| | 1° Grau Incompleto | 4 | 2, 4, 7, 8 |
| | 1° Grau Completo | 2 | 1, 3 |
| | 2° Grau Incompleto | 0 | - |
| | 2° Grau Completo | 8 | 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15 |
| | Total | 15 | 15 |
| Tempo de | De 10 a 14 anos | 2 | 8, 13 |
| | De 15 a 19 anos | 6 | 2, 5, 7, 10, 11, 15 |
| | De 20 a 24 anos | 6 | 1, 3, 4, 6, 9, 12 |
| | De 25 a 29 anos | 0 | - |

| | | | |
|-------------------|---------------------|-----------|--------------------|
| Atuação | De 30 ou mais | 1 | 14 |
| | Total | 15 | 15 |
| Total de Hectares | Até 5 hectares | 1 | 11 |
| | De 5 a 10 hectares | 6 | 1, 3, 4, 6, 10, 15 |
| | De 11 a 15 hectares | 2 | 5, 7 |
| | De 16 a 20 hectares | 2 | 2, 9 |
| | Mais de 20 hectares | 4 | 8, 12, 13, 14 |
| | Total | 15 | 15 |
| | | | |

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Observa-se, quase de forma unânime, os homens são a maioria dos produtores. Uma realidade que vai de acordo com o último Censo Agropecuário, realizado em 2017, onde evidenciou que as mulheres correspondem a apenas 19% dos proprietários rurais, enquanto os homens representam 81%. Ainda conforme a pesquisa, elas administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país (IBGE, 2017).

Em relação a idade, varia de 31 a 72 anos, com ocorrência maior entre 50 e 57 anos. Quanto à escolaridade, a maioria dos entrevistados possui o 2º grau completo, no entanto, um dos entrevistados não têm nenhum nível de escolaridade, nunca tendo frequentado escola. Sobre o tempo de atuação na atividade, variam entre 15 e 30 anos, com maior incidência sendo os 20 anos. Por fim, o total de hectares de cada propriedade destinada à produção do caju, varia de 4 a 25 hectares, com a maioria estando entre 10 hectares.

Em nenhuma das propriedades encontram-se trabalhadores formalizados. E todos os entrevistados trabalham em terras próprias, não tendo acordos de arrendamento. A maioria das terras são usadas para além da atividade da cajucultura, durante a entressafra, como para o plantio de milho, feijão

e mandioca, sendo outra fonte de renda para as famílias, que não contam com assistências governamentais. Constatou-se ainda que apenas seis agricultores ainda contam com aposentadorias como outra origem de recurso.

Por meio dos relatos dos entrevistados foi enfatizado que os produtores têm três opções de venda para a sua produção, podendo ser destinados às indústrias, às feiras e aos mercados. Sendo o último a opção de poucos entrevistados, e a feira a escolha da maioria. As decisões como para onde vender, são tomadas unicamente pelo proprietário da terra, apenas cinco dos entrevistados dividem essa tarefa com outras pessoas, referindo-se as esposas ou irmãos.

Com relação ao auxílio na organização da propriedade, apenas dois agricultores contam com ajuda, foram citadas as filhas, uma formada em pedagogia e outra estudante de contabilidade. Um contexto que vai de acordo com o estudo de Teixeira (2021), onde foi evidenciado que a maioria dos produtores não faz uso da contabilidade em suas propriedades, não a vêem como ferramenta para o melhor gerenciamento dos seus negócios.

3.2 PERCEPÇÃO DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Tratando-se do controle financeiro das propriedades, doze dos produtores destacaram em seus relatos que fazem algum tipo de registro, apenas um realiza o controle por meio de planilha eletrônica, todos os demais fazem uso de cadernos. Durante o período da safra essas anotações são realizadas diariamente, apenas para que os produtores saibam se no final houve lucro ou prejuízo, e no que mais estão gastando numa tentativa de, na safra seguinte, conseguir otimizar o destino dos recursos. Os entrevistados afirmam que após a adoção dos registros perceberam uma melhoria na gestão da produção, como pode ser observado nos relatos a

seguir:

Minha filha que faz os registros no Excel (planilha eletrônica). Todo dia. A gestão melhorou sim, a gente tem mais ou menos uma ideia do que pode gastar e do que não pode (Entrevistado 1).

Faço as anotações em papel mesmo. Diariamente. Sim, melhorou a gestão, porque agora a gente fica ciente do que tá acontecendo. Se não tiver anotação e controle você pode fazer um investimento que pode não valer a pena (Entrevistado 11).

Tais dados atestam Crepaldi (2019), quando o autor enfatiza sobre as informações fornecidas pela contabilidade, afirmando da relevância dessas informações serem elaboradas de forma clara e objetiva, pois, da mesma maneira que ocorre em outros setores da economia, no setor rural, o objetivo também é o reembolso econômico-financeiro, isto é, o lucro, para que dessa forma o produtor e sua família fiquem satisfeitos e deem continuidade ao trabalho.

No entanto, três agricultores sinalizaram que não fazem nenhum tipo de controle financeiro, não realizam nenhum tipo de registro, mas que gostariam de receber orientações de como executar esse controle, de possibilidades de fazer esses registros, principalmente para saberem seus lucros, pois assim, segundo eles, seriam capazes de conseguir administrar melhor seus negócios, conseguindo prosperar. Conforme visto nos trechos a seguir:

Não faço anotações. Mas seria bom saber como fazer para controlar. Saber o lucro ajudaria, com certeza, a me organizar melhor e consegui crescer a propriedade (Entrevistado 4).

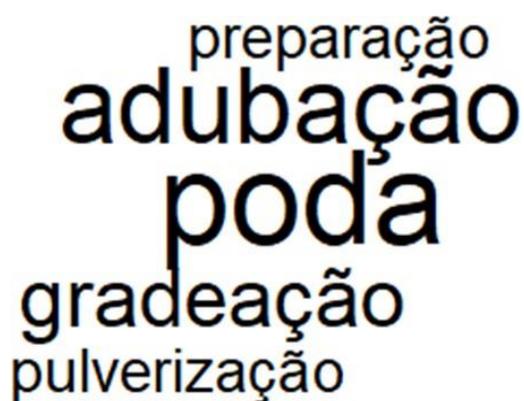
Não registro nada. Algum acompanhamento, orientação, seria bom, ajudaria. Seria bom saber o lucro, pra vê se tá mesmo valendo a pena, porque aí a gente saberia ao pé da letra o que foi gasto, o que foi produzido, o que foi lucrado, se compensou ou não, para poder pensar no futuro e se planejar (Entrevistado 13).

Corroborando assim com os achados de Dias, Andrade e Gomes Filho (2019), que mostrou que os respondentes não fazem uso de contabilidade. Para essa realidade, um dos motivos possíveis seria a falta de entendimento por parte dos

produtores, no que diz respeito às vantagens que a aplicação da contabilidade proporcionaria para o desenvolvimento das suas propriedades rurais.

Questionados quanto ao planejamento para a produção, todos os entrevistados citaram pelo menos um dos principais mecanismos de preparação do solo antes do início da produção, sendo eles: a poda, gradeação, adubação e pulverização. Neste sentido, nove dos agricultores responderam que fazem uso de todos, por meio da nuvem de palavras (Figura 1), pode ser observado a incidência dessas ações:

Figura 1: Nuvem de palavras quanto ao planejamento para a produção



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como pode ser observado na nuvem de palavras, o principal mecanismo de manipulação da terra foi a "poda", com uma frequência de 10 aparições nos relatos dos agricultores, seguida pela "adubação", com frequência de 8, depois a "gradeação" com frequência de 6, e por fim a "pulverização" com frequência de 4 ocorrências.

Referindo-se a fonte de recurso utilizada para arcar com esses mecanismos e outros insumos, a maior parte dos produtores responderam que a única fonte de renda é a cajucultura, aqueles que obtêm lucro em uma safra, armazenam determinada quantia para esse investimento na safra seguinte. Contudo, aqueles que não conseguem lucrar recorrem a empréstimos, sendo realizados com outros produtores da

região, ou em instituições financeiras. Em continuidade observa-se a nuvem de palavras a fonte de recursos para insumos (Figura 2).

Figura 2: Nuvem de palavras quanto a fonte de recurso para insumos



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A figura 2 traz a palavra 'caju' em destaque, ela foi citada 15 vezes pelos produtores, tendo uma média de uma citação por entrevistado. Reforçando que a cajucultura é a principal fonte de recurso dos agricultores familiares.

Caso os agricultores aplicassem as ferramentas da Contabilidade Rural, poderiam ter resultados eficientes na administração das propriedades, por exemplo, quanto à determinação do lucro, a diminuição dos custos e o aumento da capacidade produtiva. Bem como na gestão de endividamento, podendo escolher pela melhor opção de empréstimo, quando o mesmo for necessário. E ainda, alternativas de outras fontes de renda, dentro da possibilidade de cada produtor (Salvador *Et Al.*, 2018; Bender; Silva, 2020).

Perguntados se, caso tivessem mais informações sobre os resultados da produção, como seria possível aumentar o lucro, sendo assim, 12 agricultores responderam que sim, como observado na nuvem de palavras a seguir, os entrevistados acreditam que quanto mais informações obterem, quanto maior seus conhecimentos da produção, melhor seria o controle da

propriedade, e assim, conseqüentemente, aumentar o lucro. Na Figura 3 demonstra-se a nuvem de palavras quanto ao aumento das informações e possível aumento do lucro.

Figura 3: Nuvem de palavras quanto ao aumento das informações e possível aumento do lucro



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na terceira nuvem de palavras, o termo 'sim' teve uma frequência de 7 citações, seguida pela palavra 'aumentar' com 6, e as palavras 'maior', 'lucro' e 'conhecimento', todas com 5 aparições. Demonstrando que para os produtores com um maior conhecimento eles conseguiriam aumentar o lucro.

Segundo Gollo, Vian e Diel (2017), a contabilidade é habilitada para conceber dados que podem verificar a possibilidade econômica-financeira e averiguar se a atividade econômica que está sendo desenvolvida, e demonstrar a capacidade de retorno dos investimentos resultando na obtenção de lucro. E assim, se a aplicação for objetiva, prática e eficiente, será possível dar continuidade aos negócios.

Todavia, houve 3 (três) produtores os quais responderam, que o lucro não aumentaria caso houvesse um maior número de informações. Segundo eles, por dois motivos. Primeiro, de nada adiantaria ter mais informações se não

houvesse o aumento das vendas, ou seja, para eles a lucratividade está unicamente ligada com a quantidade de vendas. E ainda, acreditam que o lucro na cajucultura não é algo possível de ser controlado, uma vez que a produção depende do clima, das chuvas no período e na quantidade certa. Como pode ser observado nos relatos a seguir:

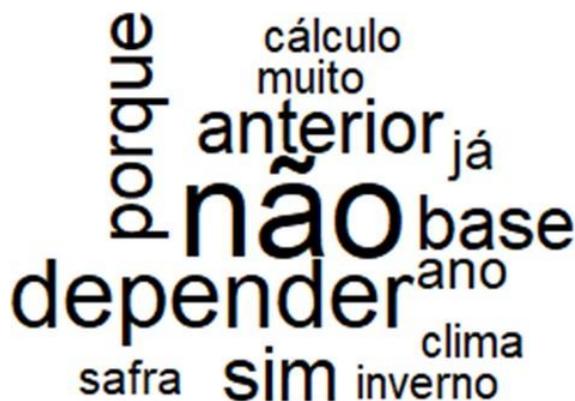
Não aumentaria, porque o lucro vai depender da venda do caju não de anotação (Entrevistado 9).

Para aumentar tinha que ser uma coisa conjunta, o controle das informações e um modo de aumentar as vendas, só as informações em si, não afeta o lucro (Entrevistado 13).

É evidente que existe um alto *déficit* no que se refere aos conhecimentos dos produtores rurais, visto que um número considerável não teve acesso a conhecimentos técnicos da área e assim não sabem a maneira adequada de gerir sua propriedade. Desse modo, por não terem fundamento, não sentem a necessidade da implementação das práticas contábeis que iriam auxiliá-los nas tomadas de decisão do seu negócio, bem como no controle do seu patrimônio (Lopes; Silva, 2019).

Indagados se, antes do início da produção, eles realizavam cálculos do quanto seria necessário produzir para cobrir os custos e do quanto de lucro esperar da produção, a maioria, 10 (dez) produtores, responderam que não realizavam esse tipo de estimativa, citando dois motivos, primeiro, voltaram a citar a relação de dependência da safra com o clima da região. Consoante os agricultores, o lucro da produção do caju é imprevisível, uma vez que os fatores climáticos influenciam no resultado final. E segundo, que não fazem os cálculos por não acharem necessário, dado que, já têm a base do ano anterior o que seria suficiente, conforme observado na Figura 4.

Figura 4: Nuvem de palavras quanto a estimativa para pagamento dos custos e o lucro esperado



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A figura 4 destaca o termo 'não', que teve uma concorrência de 12 aparições nos relatos dos entrevistados. Enfatizando que os produtores deixam de realizar cálculos de estimativa de custos e do lucro esperado para a produção.

De acordo com Vale e Silva (2019), a contabilidade rural não é empregada como ferramenta de apoio e controle nas técnicas de gestão no âmbito da maioria das empresas, suas decisões operacionais e de investimentos não são baseadas em fundamentos profissionais e sim na informalidade. O mesmo pode ser observado na realidade dos entrevistados, que, por exemplo, definem o clima como variável na produção do caju, o que na verdade poderia se tratar de uma entre outras possíveis variáveis relacionadas à área.

Contudo, cinco dos entrevistados afirmaram que realizam cálculos de estimativa de lucro, onde foi constatado através dos relatos que esses cálculos são realizados em duas formas, pelo preço da caixa do caju, onde eles dividem a quantia total investida pelo preço atual da caixa, de acordo com as suas opções de venda, em ordem do maior ao menor preço, dão-se da seguinte forma: mercados, feiras e indústrias. Ou, ainda, elaboram uma estimativa tendo como base o resultado da safra anterior, sempre considerando um custo maior e um lucro menor. Como posto no trecho a seguir:

Sim, a gente calcula já com a base que tem do outro ano, todo ano aumenta, não é igual, mas a gente já tem essa base e faz o cálculo em cima dela (Entrevistado 5).

Faço o cálculo com base no preço da caixa do caju, aí vejo quantas caixas tenho que vender pra pagar o investimento (Entrevistado 14).

Uma das bases essenciais para a gestão de uma organização, quando utilizada assertivamente, é a informação contábil. Quando a entidade aplica a contabilidade para propósitos gerenciais e utiliza de forma adequada suas informações, ela consegue se fortalecer no mercado, aumentando sua competitividade. Com o auxílio de profissionais, adquirindo conhecimentos técnicos, os agricultores seriam capazes de aprimorar seus métodos de estimativa de lucro, por exemplo, e evoluir quanto propriedade (Andrade; Brito, 2020).

A respeito da separação de gastos da produção dos gastos familiares, os agricultores afirmam não serem capazes de fazer essa divisão, relatando que, essa ação é complexa por ser a única origem de recurso da maioria dos agricultores, e ainda, pelo próprio objetivo da propriedade, de ser para o sustento da família, fazendo com que, mesmo aqueles que controlam a produção por meio das anotações nos cadernos, não serem capazes de diferenciar os gastos. conforme as falas a seguir:

Não, a gente não separa, porque já que é agricultura familiar a gente produz e a gente já vai consumindo de acordo com a necessidade da gente da família (Entrevistado 1).

Não, é tudo misturado, mesmo anotando, porque a gente só tira dinheiro disso mesmo, não tem outra fonte (Entrevistado 6).

Quando os agricultores mesclam as suas rendas pessoais com as rendas da propriedade, elevam a dificuldade no reconhecimento da geração de lucro ou prejuízo da produção. Portanto informações sobre a gestão da propriedade,

fornecidas pela contabilidade, os produtores conseguiriam enxergar a dimensão do seu patrimônio e assim poderiam realizar a divisão das contas pessoais das contas da propriedade, conseguindo ter um controle sobre os acontecimentos que envolvem seu negócio (Fernandes, 2019; Baen; Lopes, 2022;).

Tratando-se da aquisição dos insumos utilizados na produção do caju, 11 (onze) produtores compram a prazo e não fazem o controle dos vencimentos e dos pagamentos, com a justificativa de fazerem negócios com os chamados atravessadores, não sentem necessidade, pois compram antes da safra com o pagamento marcado apenas para o final da mesma, não tendo qualquer registro de acordo de compra e venda, apenas as anotações em cadernos. Conforme os trechos a seguir:

Compra a prazo mesmo. A gente não controla porque a gente compra de atravessador e eles dão o prazo até o final da safra para você pagar, aí a gente faz só a anotação do que a gente pegou com eles e vai pagando quando tem o dinheiro (Entrevistado 2).

Compra a prazo. A gente compra pra pagar no fim da safra, é registrado só no caderno pra quando chegar a época da colheita a gente começar a pagar (Entrevistado 6).

Referindo-se a venda dos produtos, segue a mesma linha de raciocínio das compras dos insumos. Os agricultores vendem a prazo, também para atravessadores, com o recebimento para o fim de cada semana, mês ou até mesmo de toda a safra, depende para qual opção de venda eles estão negociando e do acordo firmado, de forma verbal, com o comprador, sendo o controle realizado apenas através do registro em cadernos. Como pode ser observado nos relatos a seguir:

Vende também a prazo. A gente controla anotando mesmo só quando vai recebendo, os compradores do mercado pagam toda semana (Entrevistado 3).

A gente vende para receber depois. As que são da polpa eu combino para receber tudo de uma vez, só no fim da safra. As do mercado é toda semana (Entrevistado 8).

É evidente que, na maioria das propriedades, os agricultores deixam de efetuar a aplicação de princípios básicos de gerenciamento e mensuração das informações contábeis, e ainda, não realizam um rígido registro das receitas e despesas. Isto se daria, entre outras situações, pelo baixo nível de conhecimento sobre a contabilidade, da aplicabilidade de suas ferramentas e dos benefícios de sua aplicação, fazendo com que os produtores expandissem as possibilidades de riscos e prejuízos, por não terem um controle efetivo (Silva; Santos; Santos, 2019).

Por fim, questionados quanto a relevância do controle financeiro dos insumos utilizados e das informações de venda dos produtos, de forma unânime os entrevistados afirmaram que acreditam sim na importância de controle financeiro, como pode ser observado na imagem a seguir, e argumentaram de diferentes maneiras como a implantação desse controle influenciaria a produção, entre elas que melhoraria o planejamento, evitaria endividamento, contribuiria na organização da propriedade, aperfeiçoaria os cálculos de estimativa de lucro e possibilitaria o desenvolvimento da propriedade. Na Figura 5, foi demonstrado a nuvem de palavras quanto à relevância do controle financeiro.

Imagem 5: Nuvem de palavras quanto à relevância do controle financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na quinta nuvem de palavras, além da evidência do termo 'sim', ela também traz destaque para as palavras 'controle', 'importante' e 'saber', todas com uma frequência de 6 citações nas entrevistas. Mostrando que os agricultores acreditam que saber controlar suas atividades é de fundamental importância.

Os produtores compreendem a relevância das informações econômico-financeiras no meio rural, pois entendem que é para melhor gerir suas propriedades, fazendo com que elas expandam. No entanto, eles não dispõem do auxílio de profissionais da área que lhes orientariam quanto aos meios e as ferramentas necessárias para alcançar esse crescimento. Isso se daria, entre outros motivos, pela falta de conhecimento, pela dificuldade de acesso aos profissionais ou ainda, pelo custo de contratação (Kruger; Cecchin; Mores, 2020; Silva; Ensslin; Pedersini, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o cenário do cultivo de terra em nosso país, a Agricultura Familiar tem destaque, pois coopera intensamente para o desenvolvimento da economia de algumas regiões. Possui um número significativo de produtores, que colaboram com a geração de emprego e renda. Tendo essas consequências significativas, se faz necessário que essas famílias tenham compreensão de conceitos e técnicas ligadas à Contabilidade Rural, para que aprimorem o gerenciamento das suas propriedades, se desenvolvam e se consolidem no mercado.

Por conseguinte, essa pesquisa teve como objetivo identificar a percepção dos agricultores familiares, quanto às informações econômico-financeiras na gestão da produção de caju.

Havendo atingido o objetivo, os resultados da pesquisa

mostram que apenas alguns produtores rurais fazem uso de algumas características contábeis, sejam elas através de um controle financeiro básico por meio de anotações em cadernos, ou sejam estimativas de lucros baseados no preço de venda das caixas de caju, ou ainda a aplicação do lucro de uma safra na produção do ano seguinte.

Os achados mostram ainda, que os agricultores entrevistados compreendem sim a relevância das informações econômico-financeiras, e têm noção dos aspectos aos quais elas poderiam auxiliá-los. No entanto, ainda não são capazes de aplicar devidamente as técnicas contábeis no gerenciamento das suas propriedades por não terem o conhecimento específico adequado. Os produtores inclusive, não possuem nem a possibilidade de acesso a esse conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa traz contribuições no âmbito social, ao apontar algumas particularidades quanto às condições econômicas e de como vivem os agricultores familiares, possibilitando assim, o conhecimento da realidade vivida pelos produtores. No ponto de vista acadêmico, elencou dados referentes à temática da Contabilidade Rural e da Agricultura Familiar. E por fim, no contexto profissional, traz destaque a um nicho carente do auxílio de profissionais capacitados, para orientá-los quanto aos benefícios que a Contabilidade Rural é capaz de proporcioná-los.

Apesar das contribuições apresentadas, o estudo foi limitado aos 15 (quinze) produtores rurais de caju que se propuseram a participar da pesquisa. Sugere-se, para estudos futuros, a ampliação do número de respondentes, bem como a diversificação das culturas trabalhadas, além da busca por diferentes aspectos da Contabilidade Rural e da Agricultura Familiar, para além das informações econômico-financeiras.

REFERÊNCIAS

ACUAN, Laura Vargas et al. Utilização do Software Itamuteq para análise de dados qualitativos na enfermagem: um ensaio reflexivo. **Revista Mineira de Enfermagem**. Belo Horizonte, v. 24. <http://DOI:10.5935/1415-2762.20200063>.

ALMEIDA, Adilson; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. A importância da Contabilidade Rural como ferramenta de gestão para as pequenas propriedades rurais: uma revisão bibliográfica. **Revista GETEC - Gestão, Tecnologia e Ciências**. Minas Gerais, v. 09, n. 24, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/issue/view/138>. Acesso em: 03 nov. 2022.

ANDRADE, Vinícius; BRITO, Djalma. A importância das informações contábeis voltadas para as microempresas. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - VEIGA**, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <http://reiva.emnuvens.com.br/reiva/article/view/163>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ARRUDA, Leila Lucia; SANTOS, Celso José. **Contabilidade Rural**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BAEN, Marielli Knupp; LOPES, Karine. A importância da contabilidade nas empresas rurais. **Revista Interação Interdisciplinar**. Goiás, v. único, n. 1, p. 96-100, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/interacao/issue/view/36>. Acesso em: 6 nov. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: ed. 70, 2009.

BENDER, Andressa; SILVA, Robson de Faria. Informação contábil: uma ferramenta para a tomada de decisão. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 6, n. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdvn6n6-490>.

BITARES, Pedro Pereira et al. Importância das informações contábeis para as micro e pequenas empresas. **Revista Negócios em Projeção**, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lusvanio-Teixeira>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho. **Estratégias para a Agricultura Familiar: Visão de futuro rumo à inovação**. EMBRAPA, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1123907/estrategias-para-a-agricultura-familiar-visao-de-futuro-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. Agricultura e Pecuária. **PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília, DF, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 03 nov. 2022.

CERVO, Amado Luiz; BRAVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**, 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 09ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DIAS, Eliza. Costa; ANDRADE, Marzo Tereshkove Anacleto; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. Contabilidade Rural: Um estudo com pequenos produtores rurais do Sítio Barra no Município de Orós, Ceará-Brasil. **Id Online: Revista de Psicologia**. Ceará, v. 13, n. 43, p. 164-174. 2019. <https://DOI:10.14295/idonline.v13i43.1489>.

FERNANDES, Alice Munz et al. Metodologia de pesquisa de dissertação sobre inovação: análise bibliométrica. **Revista Desafio Online**, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/3539>. Acesso em: 27 out. 2022.

FERNANDES. Marcelo da Silva. **A importância da Conrabilidade Rural na Agricultura Familiar na Cidade de Monte Negro-RO**. 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, Ariquemes, 2019. Disponível em: <https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2619/1/Marcelo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOLLO, Vanderlei; VIAN, Marcos; DIEL, Fábio Jose. Análise da viabilidade

econômico-financeira das atividades leiteira e suinícola em uma propriedade rural. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, 2017. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4289>. Acesso em: 9 nov. 2022.

GRISA, Cátia. **Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: novos mediadores para velhos referenciais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Paraíba, v. 38, n. 1. 2018. <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 8 nov. 2022.

KRUGER, Silvana Dalmutt; CECCHIN, Raquel; MORES, Giana de Vargas. A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. *Revista Custos e Agronegócio Online*. Recife, v.16, n. 1, p. 276, 2020. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/cinquenta%20e%20cinco.html>. Acesso em: 26 out. 2022.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. *Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura*. **Revista Retratos de Assentamentos**. Piauí, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>

LOPES, Larissa Soares; SILVA, Sabrina Cristina Barbosa da. **A importância da Contabilidade Rural para pequenos produtores**: um estudo de caso na Fazenda Robson. 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade Doctum de Caratinga, Caratinga, 2019. Disponível em: <http://dspace.doctum.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3415>. Acesso em: 06 nov. 2022.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MAUSS, César Volnei, et.al. A evolução da contabilidade e

seus objetivos. In: IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGET, 2007, Resende. **Anais**. Resende: Faculdade Dom Bosco, 2007. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

MENDES, Alcindo Cipriano Argolo et al. Características observáveis dos gestores e a utilização da informação contábil: um estudo com base na teoria dos escalões superiores. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v38i1.39192>.

NAVES, Igor; COSTA, Simone Teles da Silva. As Consequências para o Produtor Rural diante da falta de exercício da Contabilidade Rural. **Revista GETEC - Gestão, Tecnologia e Ciências**. Minas Gerais, v. 10, n. 25, p. 52-62, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/issue/view/142>. Acesso em: 18 jul. 2022.

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo. Inovações na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCOOP. **Revista de Desenvolvimento Regional - REDES**. Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248>

RABELO, Maria Alice Soares. **A importância da Contabilidade Rural para tomada de decisão nas atividades rurais**: Estudo de caso em propriedades rurais do município de Indianópolis - MG. 2019. Artigo Científico (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27597/4/Import%C3%A2nciaContabilidadeRural.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

RODRIGUES, Manuela Aparecida da Conceição. **A tecnologia na Contabilidade e seus avanços**. Artigo Científico (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP, Aparecida de Goiânia, 2020. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/514.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; et al. **Contabilidade Rural: Agrícola, Agropecuária, Zootécnica, Pecuária e Agroindústria**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

SALVADOR, Gisele Fernanda et al. Informações tempestivas: uma análise dos mecanismos isomórficos do processo de fechamento contábil. **Revista Contemporânea de**

Contabilidade, v. 15, n. 36, 2018.

<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p119>.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da; BARBOSA, Mayara Bezerra; PEREIRA, Tarso Rocha Lula. **Adoção das normas internacionais de contabilidade**: análise do impacto dos indicadores econômico-financeiros no setor de energia elétrica. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, v. 7, n. 29, 2019. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1750>. Acesso em 11 nov. 2022.

SILVA, Andressa de Freitas; ANJOS, Mayara Abadia Delfino. **A Contabilidade Rural e suas particularidades na Agricultura Familiar**. 2019. Artigo Científico (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP, Monte Carmelo, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.fucamp.com.br/jspui/handle/FUCAMP/494>.

Acesso em: 06 nov. 2022.

SILVA, Cilda Giese da; EYERKAUFER, Marino Luiz; RENGEL, Rodrigo. Inovação tecnológica e os desafios para uma contabilidade interativa: estudo dos escritórios de contabilidade do estado de Santa Catarina. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 1, 2019.

<http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v11i1a2019.1982>

SILVA, Evelin Cristina de Moura da; SILVA, Priscila Martins; SILVA, Ademir da. A importância da Contabilidade Rural para a gestão rural. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedades**. Iturama, v. 08, n. 10, p. 49-59, jul-dez. 2019. <http://10.29031/ros.v8i10.406>.

SILVA, Arthur Fernandes da; ENSSLIN, Sandra Rolin; PEDERSINI, Daiana Rafaela. Percepções das informações econômico-financeiras de Agricultores Familiares: Um estudo de caso com produtores de maracujá da região norte de Santa Catarina. In: 11º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 11º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade e 4º International Accounting Congress, 2021, Florianópolis. **Anais**. UFSC, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230107/Certificado%20de%20Autor%20de%20Trabalho-mesclado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SILVA, Maria do Rosário da; SANTOS, Leane da Conceição; SANTOS, Marcos Igor da Costa. Desafios e perspectivas da contabilidade agrícola: um olhar sobre os pequenos produtores rurais do município de Tanque D'Arca. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista, v. 16, n.

28, p. 130-144, jul/dez. 2019.
<https://doi.org/10.22481/ccsa.v16i28.5836>

SOUZA, Diego Silva; CARDOSO, Claudia Tissiane Gois; PEREIRA, Maria Jaqueline dos Santos. Contabilidade Rural: a importância da contabilidade aplicada aos pequenos produtores rurais. Caderno de Graduação - **Ciências Humanas e Sociais - UNIT**. Sergipe, v. 06, n. 01, p. 95-106, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7681>. Acesso em: 07 nov. 2022.

TEIXEIRA, Amanda Cardoso. **A importância da Contabilidade Rural**: Um estudo com pequenos produtores rurais do Município de Içara/SC. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/9236>. Acesso em: 27 jul. 2022.

VALE, Najla Kauana Alves; SILVA, Kauana Lis Jesus. Contabilidade Rural: Apoio e controle para o processo de gestão das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO. **Revista UNEMAT de Contabilidade**. Iporá, v. 08, n. 15, 2019. <https://doi.org/10.30681/ruc.v8i15.2885>.

WENDPAP, Letícia Bastistel. **A Contabilidade Rural como método de controle das propriedades rurais**. 2020. Monografia (Especialização em Gestão Contábil e Financeira) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTPR, Pato Branco, 2020. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26232/1/PB_EGCF_XVI_2020_18.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

WITT, Cleonice et al. Utilização de informações contábeis e gerenciais por parte dos empresários de micro e pequenas empresas. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 23, n. 2, 2019.



Capítulo 05

A IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO

Edson Carvalho Barreto

Graduado em Ciências Contábeis (UERN)

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa objetivou evidenciar quais foram os fatores determinantes que os servidores estão enfrentando para se adequarem à nova Lei de Licitações na administração pública desse município. Nesse intuito o trabalho entrevistou agentes públicos que atuam no processo de contratação pública de um ente municipal, na entrevista foi utilizado um roteiro semiestruturado composto por seções que abordaram desde da caracterização profissional do agente público, como também os conhecimentos que estes tem sobre a NLLC e o desafios e mudanças que esta nova lei trouxe para a administração, tratando-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que utilizou a entrevista como ferramenta de coleta de dados. Os resultados evidenciaram que, não há uma padronização que proporcione aos agentes de licitação atuar com segurança e eficácia no processo licitatório, que por mais que o conhecimento da nova lei tenha se viabilizado por pesquisas, cursos e treinamentos presenciais, esses deveriam ser mais personalizados e voltados a prática, também foi vislumbrado na pesquisa que, houve significativos ganhos para gestão no que tange a eficiência, transparência e custos nas contratações públicas. Conclui-se que as mudanças trazidas

Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.

pela nova lei de licitações e contratos não só aprimoram o sistema de contratações públicas, mas integram os entes federados, melhorando assim a operacionalização das contratações como também o controle dos tribunais de contas e da sociedade.

Palavras-chaves: Licitações; inovação; poder público; eficiência; Lei 14.133/2021.

ABSTRACT

The research aimed to highlight the determining factors that civil servants are facing in adapting to the new Tender Law in the public administration of this municipality. For this purpose, the work interviewed public agents who work in the public contracting process of a municipal entity, in the interview a semi-structured script was used, composed of sections that covered everything from the professional characterization of the public agent, as well as the knowledge they have about the NLLC and o challenges and changes that this new law brought to the administration, being a qualitative research, which used interviews as a data collection tool. The results showed that there is no standardization that allows bidding agents to act safely and effectively in the bidding process, that even though knowledge of the new law has been made possible by research, courses and face-to-face training, these should be more personalized and focused on practice, it was also seen in the research that there were significant gains for management in terms of efficiency, transparency and costs in public contracts. It is concluded that the changes brought about by the new law on bidding and contracts not only improve the public contracting system, but also integrate federated entities, thus improving the operationalization of contracts as well as the control of the audit courts and society.

Keywords: Tenders; innovation; public Power; efficiency; Law 14,133/2021

1 INTRODUÇÃO

A nova lei de licitações no Brasil, representa um marco significativo no sistema de contratações públicas do país, que regulamentava as licitações e contratos públicos no Brasil há quase três décadas, através da Lei 8.666/93. O objetivo dessa nova legislação foi de modernizar e aprimorar o processo de compras e contratações realizadas pelos órgãos públicos, visando tornar as licitações transparentes,

eficientes e alinhadas com as melhores práticas internacionais de governança pública (Batista; Sucupira, 2022; Diniz; Fragoso; Junior, 2023).

A nova Lei de Licitações no Brasil, Lei nº 14.133/2021, traz mudanças para o processo de contratação pública no país, no entanto, sua implementação enfrenta vários desafios, incluindo, mudança cultural, dado que, uma das maiores barreiras para a implementação bem-sucedida da nova lei é a necessidade de uma mudança cultural nas instituições públicas e entre os envolvidos no processo de licitação, onde se deve promover uma mentalidade de transparência, eficiência e combate à corrupção (Araújo Junior; Oliveira, 2023; França *et al.*, 2022).

Diante disso, tanto os servidores públicos quanto os fornecedores precisam ser capacitados para entender e aplicar as novas regras e procedimentos estabelecidos pela lei. Isso requer treinamento e educação para garantir o cumprimento adequado das normas. Além disso, enfatiza a utilização de recursos tecnológicos para tornar o processo de licitação eficiente e transparente, requerendo investimentos em sistemas de compras públicas, plataformas eletrônicas e segurança cibernética para proteger os dados e garantir a integridade do processo (Boechat, 2022; Nascimento, 2023).

Nesse processo, a nova lei exige um reforço nos mecanismos de controle e fiscalização para garantir que as novas regras sejam seguidas e que não haja desvios ou fraudes no processo. Uma das vantagens é a desburocratização, tendo como meta a simplificação dos procedimentos, mas isso requer um esforço significativo para eliminar a burocracia e reduzir a papelada, tornando o processo ágil e acessível. Assim, promove-se a transparência em todas as fases do processo de licitação, incluindo a divulgação de informações, documentos e resultados, o que requer sistemas de informação adequados e garantia de acesso público às informações (Silva;

Rossignoli; Santos Arena, 2022; Souza, 2022).

Essa nova legislação inova com regras específicas para Parcerias Público-Privadas (PPPs), o que pode exigir a criação de estruturas específicas e a capacitação de equipes para lidar com esse tipo de contrato. Apresenta ainda, novas modalidades de licitação, como o diálogo competitivo e o sistema de registro de preços, que exigem um entendimento claro de como funcionam e como implementá-los eficazmente, visto que, deve ser compatível com as legislações estaduais e municipais, o que pode requerer ajustes e adequações nas esferas dos poderes (Wieczorkowski, 2022; Nohara, 2022).

Todo início de um novo processo, tem o seu custo, nesse caso, a implementação da nova lei pode exigir investimentos significativos em infraestrutura, tecnologia e capacitação, o que pode ser um desafio, superá-los requer um compromisso sólido com a reforma do sistema de licitações e a promoção da transparência e eficiência na contratação pública. Assim, a colaboração entre o governo, órgãos de controle, fornecedores e a sociedade civil é fundamental para garantir o sucesso da implementação da nova lei (Cotrim; Ryngelblum, 2023; Carvalho, 2023).

Essa Lei, representa um avanço no cenário das compras públicas no Brasil, buscando promover a eficiência na gestão dos recursos públicos, reduzir a burocracia e fortalecendo as medidas de controle e fiscalização, refletindo a necessidade de modernização do setor público e a busca por maior integridade e efetividade nas contratações realizadas pelo poder público brasileiro (Mallmann; Silva, 2022; França *et al.*, 2022).

Diante desses novos desafios trazidos pela nova Lei de Licitações e Contratos administrativos, o estudo possui o seguinte questionamento: **quais foram as dificuldades encontradas pelos servidores desse município, no processo de implantação dessa Nova Lei?** A pesquisa tem como objetivo geral evidenciar os fatores determinantes que os servidores

estão enfrentando para se adequarem a essa nova legislação na administração pública desse município.

A relevância dessa pesquisa para a academia será de apresentar os fatores que auxiliaram e dificultaram o processo de implantação da Nova Lei de Licitações, esses achados da pesquisa serviram de norte, para outros entes públicos que também estão passando pelo mesmo dilema, para a sociedade proporcionará conhecer, como se deu esse processo, para que os cidadãos ao conhecer a lei, possam cobrar dos gestores públicos, através dos portais de transparências, enfim um tema atual e relevante para toda a sociedade, em que nessa jornada, proporcionará para todos um aprendizado.

A pesquisa será desenvolvida com essa introdução sobre o tema, no referencial teórico será apresentada a contextualização sobre o tema, na sequência o método de pesquisa utilizado, para apresentar e analisar os resultados do estudo, no final, têm-se as considerações finais e as referências utilizadas.

2 REFERENCIA TEÓRICO

2.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DAS COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL

O processo de licitar no Brasil remota o Brasil império, através do decreto 2.926/1862, que visava regulamentar as arrematações de serviços tendo como gestor o Ministério da Agricultura, insta salientar que essa regulamentação editada no Brasil império foi a que vigeu no Brasil por ter se constituindo ainda em um marco regulatório da gestão pública na época, tais como a publicidade nos processos licitatórios e conseqüentemente o surgimento de um grupo de empresas interessadas em fornecer para o Estado. Com a criação do Decreto 4.536/1922, trouxe algumas inovações, principalmente no que tange a contabilidade pública, regulamentando assim

o empenho de despesas, concorrência pública e assinatura de contratos com os vencedores (Alves, 2020; França *et al.*, 2022).

Porém, foi no regime militar que o Brasil ampliou as modalidades de contratação e passou a prevê princípios para serem seguidos pela administração pública na contratação e fornecimento de serviços para o setor público, com o Decreto Lei nº 200/1967 e posterior Lei 5.456/1968, ampliaram-se as exigências em matéria de licitação aos Estados e Municípios, foram criadas as modalidades de concorrência, tomada de preços e convite, sendo ainda exigida dos operadores de licitações o seguimento aos princípios constitucionais (Batista; Sucupira, 2022; Alves, 2020).

Com a redemocratização do Brasil na Constituição de 1988, elencou-se em seus artigos compromissos e metas a serem alcançadas pelo Estado Brasileiro, assim, a leitura do art. 5º e 6º da CF 88 nos releva um Estado que não somente reconhece os direitos e deveres individuais e coletivos dos cidadãos, mas coloca na alçada do Estado Brasileiro a responsabilidade por garantir e promover os direitos sociais a saúde, educação, moradia, transporte, segurança, previdência. Diante dessa incumbência de suprir e promover esses direitos, resta ao Estado Brasileiro se valer de leis e princípios que garantam atender com maior eficiência ao menor custo as demandas por serviços a serem ofertados pelo setor público (Diniz; Fragoso; Junior, 2023).

A Lei 8.666/93 foi aprovada logo após dois eventos que marcaram o início da redemocratização do País, foram eles, a elaboração da nova Carta Magna, a constituição de 1988 e o processo de impeachment do primeiro presidente da república eleito pelo voto direto. Dessa forma, a nova Lei Geral das Licitações assumiu uma responsabilidade no que tange dar aos processos de contratação com a admiração pública, maior transparência, combate a corrupção e isonomia nos processos licitatórios (França *et al.*, 2022).

2.2 O QUE MOTIVOU A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

A Lei de Licitações, que regula os procedimentos para a contratação de bens e serviços pelo setor público no Brasil, foi atualizada em 2021 pela Lei nº 14.133. Essa atualização foi motivada por diversos fatores, e embora a lei anterior, a Lei de Contratos Administrativos (LCD) nº 8.666/1993, tenha sido fundamental para a transparência e legalidade nas contratações públicas, havia várias críticas e problemas identificados que justificaram a necessidade de uma reforma (Araújo Junior; Oliviera, 2023; Binenbojm, 2021)

Pode-se citar alguns fatores que motivam a edição de uma Nova Lei de Licitações, visto haver necessidade de modernização, e a Lei nº 8.666/1993 estava em vigor por muitos anos e havia se tornado obsoleta em relação às práticas modernas de contratação pública, assim, a nova lei busca incorporar boas práticas internacionais e atualiza os procedimentos para torná-los eficientes e flexíveis (Cotrim; Ryngeblum, 2023; França *et al.*, 2022).

Outro fator marcante, evidencia-se o combate à corrupção, dado que, a antiga lei era criticada por ter brechas que facilitavam a corrupção e favorecimento indevido em processos de licitação, assim, buscou-se incorporar mecanismos rigorosos de controle e transparência, tornando difícil a ocorrência de ilícitudes. Ainda nesse norte, a LCD/93, era vista como burocrática e morosa, o que muitas vezes atrasava a execução de obras e projetos, então, buscou-se simplificar procedimentos e tornar o processo ágil, sem comprometer a legalidade (Boechat, 2022; Mendes; Silva, 2023).

A Nova Lei é inovadora, no momento que busca estimular a inovação na contratação pública, permitindo, por exemplo, a utilização de tecnologias avançadas e a contratação de projetos inovadores, introduzindo critérios de

sustentabilidade nas contratações públicas, incentivando práticas ambientalmente responsáveis. Nesse novo arcabouço, promoveu-se uma maior segurança jurídica para os envolvidos nos processos de licitação, com regras claras e previsíveis (Batista; Sucupira, 2022; Souza; Monteiro, 2021;

Observar-se que a nova Lei de Licitações foi resultado de um longo processo de discussão e análise, envolvendo especialistas, órgãos de controle, e diversos setores da sociedade. Ela foi projetada para melhorar a gestão dos recursos públicos e tornar os processos de licitação transparentes, eficientes e alinhados com as necessidades do país na atualidade (Menezes Ramos, et al., 2022). Nessas mudanças, como ficam os agentes públicos, que precisam se adaptar a essa nova legislação.

2.3 AGENTES PÚBLICOS E IMPLANTAÇÃO DA NOVA LCA

Ao considerar os agentes envolvidos no processo licitatório, cumpre ressaltar sua relevância, pois são eles os responsáveis por todo o certame licitatório compreendendo as várias fases e deles espera-se ser pessoas idôneas e com preparação técnica para promover compras na administração pública. A nova lei de licitações, trouxe mudanças significativas no processo de contratação pública, visando aprimorar a transparência, a eficiência e a segurança jurídica nas licitações, no entanto, a implementação dessa nova legislação também trouxe desafios e dificuldades para os agentes públicos (Silva; Oliveira; Lima, 2022; Souza, 2022).

Segundo França et al., (2023), a nova lei introduziu novos conceitos, procedimentos e instrumentos, exigindo que os agentes públicos se atualizem e se capacitem para entender e aplicar corretamente as novas regras, para que isso ocorra é necessária uma mudança cultural, visto que, muitas práticas enraizadas no processo de licitação anterior precisam ser

revistas e adaptadas para atender aos novos requisitos da lei, exigindo uma mudança cultural nas organizações públicas.

Evidencia-se uma maior complexidade dessa nova legislação, tornando o processo de licitação demorado e burocrático, especialmente para órgãos públicos menos experientes. Como exemplo, o planejamento prévio nas contratações públicas, exigindo uma análise detalhada dos requisitos e uma definição precisa do objeto da licitação, configurando-se um desafio para alguns órgãos, um planejamento tão detalhado (Boechat, 2022; Carvalho, 2023)

Outro fator preponderante para os agentes públicos, deu-se no aumento da responsabilidade dos envolvidos no processo licitatórios, estabelecendo penalidades severas para irregularidades, tornando os mesmos, cautelosos na preocupação com esses possíveis riscos. Ainda, introduz a obrigação de uso de plataformas eletrônicas para a realização de licitações, o que pode ser desafiador para os que não possuem a infraestrutura tecnológica adequada. A implementação eficaz da nova lei pode exigir investimentos em capacitação, tecnologia e sistemas de informação, o que pode ser um limitador pela escassez de recursos (Menezes Ramos *et al.*, 2022; Pereira; Costa, 2023).

Constata-se que, apesar dessas dificuldades, a nova lei tem o potencial de trazer melhorias para o processo de contratação pública no Brasil, aumentando a transparência, a concorrência e a qualidade das contratações. Para superar esses desafios, os agentes públicos precisam investir em capacitação, atualização e adaptação das práticas institucionais. Além disso, a colaboração com a sociedade civil e o setor privado também pode ser fundamental para o sucesso da implementação da nova legislação (Nohara, 2022; Mallmann; Silva, 2022).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES RELACIONADOS COM O TEMA

Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.

É de se esperar que, a aprovação de uma nova lei possa regulamentar a matéria de que essa trata, fato esse inferido pelo trabalho de (Batista; Sucupira, 2022), que ao analisar a lei 14.133/21 constata nessa, abrangência regulatória, disciplinando as diversas fases do processo licitatório, que abrange desde a fase preparatória do processo, execução e a fiscalização do contrato, dessa forma, o trabalho ressalta a envergadura dessa lei em aglutinar em um único diploma aspectos regulados por leis anteriores que agora reforçam os princípios da administração pública em entregar produtos e serviços aos administrados.

Nessa perspectiva de transparência e previsibilidade por parte do poder público, Binenbojm (2021), discorre em seu trabalho, aspectos da lei que trata do fator risco que deve ser previsto e dimensionado no contrato, destacando ainda o reequilíbrio financeiro do contrato entre o poder público e o contratado, visando sempre, ao destacar a letra da lei, a resolução de conflitos entre as partes por meio de conciliação, mediação e arbitragem.

Já no trabalho de Boechat (2022), os princípios elencados no modelo de governo aberto, é visto como meio a efetivar a participação de empresas e pessoas nos processos licitatórios e com isso se chegar aos objetivos almejados pela administração pública no que tange a transparência, eficiência e custos. Nesse desígnio do Estado buscar entregar por meio de contratos, as soluções tecnológicas, Coutinho; Fernandes (2021) ao analisar a modalidade de licitação diálogo competitivo prevista na Lei 14.133/21 como meio de se alcançar a efetivação das demandas por encomendas tecnológicas de alta complexidade, onde essas visam solucionar um determinado problema, destaca que, os operadores de licitações e contratos devem atentar para as possibilidades da Lei da Inovação, Lei 10.973/04 que ao ser regulamentado pelo Decreto Federal nº 9.283/18 que prevê a

bonificação aos participantes do contrato mesmo não se chegando a solução almejada pela administração pública, visando assim fomentar a pesquisa e desenvolvimento de técnicas e tecnologias para atenderem as demandas específicas.

Já no que tange aos entes federados, tendo em vista que todos estão sujeitos a égide da Lei 14.133/21 quando for licitar e contratar, Diniz; Fragoso; Junior (2023) abordam as principais mudanças trazidas pela nova lei de licitações e contratos, ressaltado a desburocratização, transparência e eficiência, além de integrar as informações em bancos de dados oficiais, a exemplo do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que, deve ser acessado por todos os entes no processo licitatório, contudo, o trabalho ainda analisa todas essas inovações trazidas pela nova lei e sua aplicabilidade nos pequenos municípios que na maioria das vezes não dispõem de verbas para implementar sistemas eletrônicos, canais virtuais e pessoas treinadas as novas exigências da lei.

Ainda o estudo de Oliveira *et al.* (2022) sobre as principais mudanças trazidas pela nova lei de licitações e contratos, onde é ressaltado no estudo, o meio que a administração pública deve utilizar para comprar e vender, descrevendo o processo licitatório na sua fase interna e externa, as modalidades de licitações trazidas pela nova lei, bem como as fases do processo licitatório que devem reger o trâmite do processo, não obstante, a todos esses ritos é frisado ainda um rol de princípios que devem nortear a atuação dos agentes públicos na execução dos processos licitatórios.

Em matéria de lei que regulamenta os processos de contratações públicas, Oliveira (2022) discorre pelos aspectos legais da lei a luz do direito constitucional e administrativo, discorrendo sobre a competência dos entes federados, ressaltando a competência privativa da união em

legislar sobre normas gerais que disciplinam a contratação pública, sendo os demais entes incumbidos de legislar localmente sobre o tema, dessa forma, o trabalho ressalta a capacidade da nova lei de centralizar informações por meio do PNCP, onde será possível reunir os planos anuais de contratações públicas de todos os entes, bem como os editais e contratos já adjudicados, onde todos os entes disporão os dados e também poderão consultar contratos dos demais entes, ficando assim o processo transparente, passível de controle pelos órgãos fiscalizadores e cidadãos.

Sabendo-se que a administração pública busca por meio da contratação junto a terceiros a efetivação das demandas existentes, nessa relação com o contratado prevalece sempre o interesse público, fato esse abordado no trabalho de Pereira (2022) que ao analisar a atuação estatal quando contrata e a responsabilidade por não cumprimento do contrato discorre sobre os artigos 155 a 163 da lei 14.133/21 onde são tipificados possíveis atos ou omissões que os contratados poderão praticar contra a administração pública e assim estarão passíveis de punições.

Diante dos desafios impostos pela nova lei de licitações e contratos, há de se ressaltar o papel da governança pública como bem trabalhado por Santos (2022) ao enfatizar que, os esforços empreendidos pelos órgãos públicos na liderança, estratégia e controle que devem abalizar os agentes públicos que carecem de executar suas ações pautadas no tripé do direcionamento, avaliação e monitoramento da gestão pública.

Para tanto, Santos (2022) e Silva *et al.* (2022) ressaltam a gestão por competência, elucidando uma reivindicação que a lei traz que é a preferência da execução do processo licitatório por agentes públicos de carreira e de preferência com formação compatível, ressaltado ainda a segregação de funções, evitando assim que o mesmo agente execute várias etapas no processo licitatório e diante desse desafio recomenda-se que os gestores públicos deveriam

montar as equipes e treinar esses novos agentes para poderem executar as funções de licitações e contratos (Silva *et al.*, 2022).

3 METODOLOGIA

Neste tópico apresentam-se os aspectos metodológicos como componente fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa, a presente pesquisa deverá seguir uma metodologia que possa alcançar os resultados, sempre abalizados pelas técnicas de pesquisas científicas.

A pesquisa classifica-se como uma pesquisa do tipo descritiva, compreendendo esse tipo de pesquisa como a que determina um objeto de estudo, para isso foi feito um estudo de caso no setor de licitações e contratos da prefeitura de um município do Rio Grande do Norte, visando entender como está sendo a transição da lei 8.666/1993 para 14.133/2021.

Para se obter os dados dessa pesquisa também foram usadas entrevistas com os agentes públicos envolvidos no setor de licitação e contratos da prefeitura, onde foram entrevistados sete agentes públicos que trabalham no setor de licitações e contratos, as entrevistas foram feitas no período de 19 de dezembro de 2023 a 19 de janeiro de 2024.

Quanto ao formato da entrevista, foi semiestruturado, onde foi feita de forma individual com cada agente que dispôs a responder às perguntas feitas pelo entrevistador, no momento da entrevista foi utilizado gravador de voz, sendo antes comunicado e pedido autorização ao entrevistado, garantindo a este o anonimato.

Quanto aos procedimentos, entende-se como a maneira pela qual se conduz o estudo para se obter os dados que fomentaram a pesquisa (GIL 2022), assim a presente pesquisa se dará de forma mista, pois de início se fará a pesquisa documental, pois ela se valerá de informações que se encontram dispersas, e muitas vezes sem nenhuma análise aprofundada, a exemplo das Leis Federais, Estaduais e

Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.

Municipais. Esse tipo de pesquisa visa, assim selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir algum valor, (GIL, 2022).

Insta salientar que também é uma pesquisa bibliográfica, visto toda a temática apresentada por esta pesquisa vem sendo discutida por inúmeros autores que já se debruçaram sobre o tema, valendo-se assim dos conhecimentos já publicados em artigos científicos sobre o tema em outros locais e momentos distintos, a leitura de livros, jornais e sites que abordem o tema também será de relevante para análise dos dados.

O presente estudo buscou diagnosticar como o processo de implementação da nova lei de licitações e contratos estava ocorrendo em um município do estado do Rio Grande do Norte, para tanto, a presente pesquisa se deu entre os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, foram entrevistados 7 (sete) servidores públicos do município, sendo 4 servidores no nível de gestores de contratos da secretaria de obras desse município e 3 servidores operadores de licitações e contratos.

As entrevistas foram executadas de forma presencial no local de trabalho, onde cada servidor que se dispôs a participar da pesquisa foi levado a um local a parte, onde foi esclarecido o objetivo da pesquisa, ressaltando-se o anonimato do entrevistado e do ente onde esse atua profissionalmente, sendo comunicado ainda que estava sendo feita a gravação do áudio para posterior transcrição. Para a roteirização da entrevista, foi dividida em 7 (sete) seções, partindo-se da caracterização da função até o processo de implementação da nova lei.

Quadro 1 - Roteiro Questionário

| Seção 1: Sobre o agente Público | |
|---|--|
| Que função você ocupa na administração pública? | Santos (2022) e Silva et al. (2022) |
| Há quanto tempo no cargo? Efetivo ou Comissionado? | |
| Já teve alguma experiência anterior com Lei de Licitações e Contratos (8.666/93)? | |

| Seção 2: Conhecimento da Nova Lei de Licitações | |
|--|---|
| Qual é o seu nível de conhecimento sobre a Nova Lei de Licitações? | Batista; Sucupira, (2022) e Oliveira et al (2022) |
| Você se sente bem-informado sobre seus requisitos e disposições? | |
| Quais foram suas fontes principais de informações sobre a Nova Lei de Licitações? | |
| Seção 3: Desafios na Implementação da Lei 14.133/21 | |
| Quais foram as principais dificuldades encontradas ao implementar a Nova Lei de Licitações? | Silva et al. (2022) |
| Você identificou lacunas ou ambiguidades na lei que dificultaram sua aplicação? | |
| Seção 4: Mudanças nos Procedimentos de Licitação | |
| Quais mudanças específicas nos procedimentos de licitação a Nova Lei de Licitações e Contratos trouxe? | Diniz; Fragoso; Junior (2023) e Oliveira et al. (2022) |
| Como essas mudanças afetaram o processo de licitação? | |
| Houve desafios em adaptar os procedimentos anteriores para cumprir as novas regras da lei? | |
| Seção 5: Capacitação e Treinamento | |
| Houve treinamento ou capacitação específica oferecida aos servidores para se familiarizarem com a nova Lei de Licitações e Contratos? | Silva et al. (2022) |
| Como você avalia a eficácia desse treinamento? Houve feedback e suporte contínuo para resolver dúvidas e problemas? | |
| Seção 6: Impactos nas Contratações Públicas | |
| Como a nova lei de licitações e contratos afetou o processo de contratação pública em termos de eficiência, transparência e custos? | Binenbojm (2021) e Boechat (2022) |
| Você percebeu mudanças no perfil dos fornecedores que participam das licitações após a implementação da nova lei? | |
| Seção 7: Soluções e Recomendações | |
| Com base em suas experiências, quais soluções ou melhorias você sugeriria para lidar com os desafios na implementação da nova lei de licitações? | Coutinho; Fernandes (2021) e Diniz; Fragoso; Junior (2023); Oliveira (2022) |
| Você acredita que é necessário ajustar ou emendar a lei de alguma forma para torná-la mais eficaz na prática? | |
| Alguma informação adicional que gostaria de compartilhar sobre a implementação da nova lei de licitações e contratos | |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Na primeira seção, buscou-se conhecer a função dos entrevistados na administração pública, o tempo de experiência na função, se já tinha contato anterior com processos licitatórios, e se é do quadro efetivo ou comissionado, buscando assim caracterizar esses operadores de licitações no que precípua Santos (2022); Silva et al. (2022) ao ressaltarem que os gestores devem atentar para uma gestão por competência nos processos licitatórios já que é expresso na lei que, deve-se preferir que os agentes

operadores de licitações e contratos sejam do quadro efetivo do ente e tenha formação compatível.

Na segunda seção, adentrou-se no conhecimento acerca da nova lei de licitações e contratos, objetivando-se saber o nível de conhecimento da lei por parte dos agentes e por quais meios se alcançou esse conhecimento específico, assim Batista e Sucupira (2022) ao enfatizarem que a nova lei de licitações e contratos é abrangente, pois contempla a fase preparatória, com a elaboração dos estudos técnicos preliminares (ETP), termos de referência, a fase de execução do processo licitatório, onde será enquadrada a modalidade de licitação e a fase de fiscalização da execução do contrato, reforçando Oliveira *et al.* (2022) que os servidores envolvidos nos processos licitatórios devem atentar para as novas mudanças, visando assim garantir uma boa gestão administrativa.

Já na terceira seção, buscou-se saber dos agentes públicos as principais dificuldades encontradas no processo de implementação da nova lei e se o agente encontrou ambiguidades ou lacunas que dificultaram a implementação da nova lei, assim Silva *et al.* (2022) chama atenção para a qualificação dos agentes públicos, possibilitando a esses por meio de treinamentos.

Na quarta seção a pesquisa, enveredou-se pelas mudanças nos procedimentos de licitação, nesse contexto o estudo de Diniz, Fragoso e Junior (2023); Oliveira *et al.* (2022) apontam as principais mudanças, elencando as modalidades extintas (convite e tomada de preços), a mudança de pregão presencial para eletrônico e a criação do diálogo competitivo.

Na quinta seção, buscou-se conhecer a contrapartida do ente público em treinar os servidores para atuar conforme a nova legislação, assim, reforçam Silva *et al.* (2022) que, o gestor público na incumbência de montar suas equipes, deveria

além de defini-la, treinar para que assim que a 8.666/93 fosse revogada, estariam os agentes aptos a atuarem.

A seção sexta buscou avaliar como a nova lei afetou os processos de contratação pública, e se houve mudança no perfil dos fornecedores, e se essas mudanças aumentaram a eficiência e transparência do processo e consequentemente impactaram nos custos (Boechat, 2022; Binenbojm, 2021).

Por fim, na última seção, a pesquisa buscou ainda saber se os agentes operadores do processo licitatório nesse município, teria sugestões para implantação da nova lei e se acha que a lei deveria ser ajustada ou até mesmo emendada para torná-la eficaz, sendo aqui trazida algumas considerações já aludidas por Oliveira (2022); Coutinho e Fernandes (2021) ao ressaltarem não somente a relevância dessa nova lei de licitações e contratos, mas também o respeito à autonomia dos entes federados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

A partir dos dados que foram obtidos nas entrevistas, foi possível, fazer a caracterização do perfil dos agentes de licitação, dando-se ênfase, a função que desempenham, se são comissionados ou do quadro efetivo dos servidores públicos, há quanto tempo desempenham essa função e se já tinham experiências anteriores em trabalhar com licitação pública. Assim, chegaram-se aos seguintes resultados quando entrevistados os sete agentes de licitação.

Quadro 2 - Caracterização dos Respondentes

| Entrevistados | Qual função ocupa na administração pública? | Efetivo/Comissionado | Há quanto tempo? | Teve alguma experiência anterior com licitações e contratos? |
|---------------|---|----------------------|------------------|--|
| Licita 1 | Coordenadora de gestão de contratos | comissionada | 10 meses | não |

| | | | | |
|-----------------|---|--------------|-----------------|---|
| Licita 2 | Coordenadora de finanças | comissionada | 8 mese s | não |
| Licita 3 | Agente administrativa | Efetiva | 15 anos | sim |
| Licita 4 | Diretoria administrativa | Comissionado | 1 ano | Sim, de maneira indireta (não elaborava os processos) |
| Licita 5 | Presidente da comissão de licitação | Efetivo | 8 mese s | sim |
| Licita 6 | Pregoeiro | Comissionado | 8 mese s | Sim (já trabalhava como licitante) |
| Licita 7 | Técnico parecerista jurídico do setor de licitação | comissionado | 10 mese s | sim |

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo, com os dados das entrevistas, foi possível identificar que, há uma segregação de funções bem explícita, onde se constatou a divisão de competências dentro da equipe, na presente amostragem foi possível entrevistar, uma coordenadora de gestão de contratos, coordenadora de finanças, um agente administrativo, o diretor administrativo, o presidente da comissão de licitação, o pregoeiro e um técnico parecerista jurídico. Essa divisão de funções se constitui em princípio indispensável na condução do processo de licitação assim elencado no art. 5º da lei 14.133/21 (BRASIL, 2021), e enfatizado por Pereira (2022); Santos (2022) como forma a se diminuir erros e possibilidade de desvio de conduta do agente público, prevalecendo além da não cumulatividade de funções no trâmite do processo também a imparcialidade do agente perante aos participantes do certame.

No entanto, quando se analisa o tipo de vínculo empregatício dos agentes de licitação, prevalece os cargos em comissão que corresponde 72% da amostragem, indo assim ao encontro do que se recomenda no artigo 7º da lei de licitações e contratos ao recomendar em seus dos primeiros incisos que, deve ser os agentes preferencialmente

servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente (BRASIL, 2021).

Portanto, ao analisar o tempo de atuação desses agentes, constata-se que, cerca de 86% dos entrevistados estão na área há apenas 1 ano, com exceção do entrevistado licita 3 que por ser efetivo há 35 anos já atua em procedimentos licitatórios já há 15 anos, realidade essa complementada quando se perguntou se estes já tinham alguma experiência anterior com licitações, onde apenas 28% não tiveram nenhum contato anterior com procedimentos licitatórios. Dessa forma, reforça-se o que França et al. (2022) recomenda como necessário nesse momento de mudança de legislação para licitação e contratos públicos, onde se deve concentrar esforços, recursos humanos e materiais visando implementar e aperfeiçoar a gestão de contratações públicas pelo uso da nova legislação.

4.2 CONHECIMENTO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Em seguida, evidenciam-se as questões para avaliar o nível de conhecimento que os entrevistados possuem em relação a Nova Lei de Licitações, conforme observa-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Conhecimento da Nova Lei de Licitações e Contratos

| Entrevistados | Nível do conhecimento sobre a nova de licitações? | Se senti bem informado sobre seus requisitos e disposições? | Quais as principais fontes de informação sobre a NLLC? |
|----------------------|---|--|---|
| Licita 1 | Básico, pois vai adquirindo mais conhecimentos, na medida que vão surgindo as demandas. | Não, não me sinto bem informada | Cursos de formação promovidos pelo município, Internet. |
| Licita 2 | Médio, participou de 3 (três) treinamentos voltados a nova lei. | Não, não me sinto bem informada | Escola de governo, treinamentos promovidos pelo município. |

| | | | |
|-----------------|---|---|--|
| Licita 3 | Moderado, ainda carece de aprendizado. | Sobre alguns pontos sim, outros precisam de mais estudos. | Treinamentos presenciais, via internet e meios de comunicação. |
| Licita 4 | Básico/intermediário, de teoria acho bom nível, | Alguns pontos, principalmente os que mais utiliza no setor | Treinamentos, leitura da lei e alguns artigos científicos. |
| Licita 5 | Pequeno/pouco, vai adquirindo conforme vai se aprofundando sobre o assunto. | Cabe a nós procurar o conhecimento. | Especialização na área, internet, pós-graduação. |
| Licita 6 | Intermediário, aos poucos a gente adquirir mais conhecimentos. | Sim, apesar de deixar muitas dúvidas sobre posicionamentos jurídicos. | Vivência com legislação, livros, cursos nas plataformas do governo federal e cursos promovidos pelo município. |
| Licita 7 | Básico, os posicionamentos jurídicos estão saindo agora. | Sim, meu trabalho consiste em receber e analisar se os processos estão de acordo com a lei. | Doutrina, cursos de capacitação. |

Fonte: Dados da Pesquisa

Na análise das respostas do quadro3, sobre o seu nível de conhecimento e fontes de informação a respeito da nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) revela algumas tendências interessantes, além de convergências e divergências nas percepções e abordagens de aprendizado.

Convergiaram nas respostas no tocante: a maioria dos entrevistados considera seu nível de conhecimento básico a intermediário, indicando uma percepção generalizada de que ainda há muito a aprender sobre a NLLC. Isso reflete uma consciência sobre a complexidade da lei e a necessidade de formação contínua. Vários entrevistados expressaram não se sentir bem informados sobre os requisitos e disposições da NLLC, mesmo aqueles que participaram de treinamentos e possuem certo nível de conhecimento. Isso pode indicar lacunas nos treinamentos oferecidos ou a complexidade da

própria lei, que deixa dúvidas mesmo após a formação.

Há uma clara preferência por treinamentos (sejam municipais, via internet ou presenciais) e pela própria legislação como fontes de informação. Além disso, a internet, livros, e cursos de especialização são comumente citados, mostrando uma diversidade nas abordagens de aprendizado.

Por sua vez, os respondentes divergiram nos seguintes pontos: enquanto alguns entrevistados classificam seu conhecimento como básico, outros veem como intermediário ou moderado. Essa variação pode estar relacionada ao volume e à qualidade dos treinamentos realizados, bem como à experiência prática de cada um com a legislação.

Enquanto a maioria dos entrevistados expressou falta de confiança ou dúvidas sobre os seus conhecimentos da NLLC, um ou dois se sentem relativamente seguros quanto ao seu entendimento, especialmente em relação aos aspectos que afetam seu trabalho diário. Isso pode refletir diferenças individuais na interpretação da informação recebida ou na capacidade de aplicá-la ao contexto de trabalho.

A recorrente expressão de insegurança sobre o conhecimento da NLLC sugere que os treinamentos atuais podem não ser suficientemente detalhados ou práticos para abordar as complexidades da lei. Pode haver uma necessidade de cursos aprofundados, que combinem teoria e prática, e sejam atualizados regularmente para refletir as últimas mudanças legislativas e interpretações jurídicas (França *et al.*, 2023).

As diferenças nos níveis de conhecimento e nas fontes de informação preferidas indicam que uma abordagem personalizada ao aprendizado poderia ser benéfica. Programas que considerem as necessidades específicas de conhecimento, o nível atual de entendimento, e o contexto de trabalho de cada indivíduo podem ser eficazes (Mende; Da Silva, 2023).

Há uma indicação de que a informação sobre a NLLC poderia ser disseminada. Além de treinamentos, poderiam ser

utilizados boletins informativos, fóruns de discussão online e grupos de trabalho para promover a troca de conhecimentos e experiências, ajudando a esclarecer dúvidas comuns e compartilhar melhores práticas (Oliveira; Miranda; Porto, 2022).

A análise sugere que, embora haja um esforço contínuo para compreender e aplicar a NLLC, ainda existem desafios significativos em termos de formação, confiança nas informações adquiridas, e na aplicação prática desses conhecimentos. As melhorias contínuas dos métodos de treinamento, com o fortalecimento da comunicação e compartilhamento de informações, são cruciais para superar esses obstáculos (Binenbojm, 2021; França et al., 2023), e se ter uma boa gestão administrativa na medida que se treina os agentes públicos e se implementa a nova lei (Oliveira et al., 2022).

4.3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 14.133/21

No quadro 4, são levantando os desafios que os servidores desse município estão enfrentando na implantação da NLLC.

Quadro 4 - Desafios na Implementação

| Entrevistado | Quais foram as principais dificuldades ao implementar a nova lei de licitações e contratos? | Você identificou lacunas ou ambiguidades na lei que dificultaram sua aplicação? |
|---------------------|---|---|
| Licita 1 | Padronização dos procedimentos, ter um checklist. | Não |
| Licita 2 | Falta de padronização | "Formalização de demanda" |
| Licita 3 | Não elaborei nem um processo pela nova lei | "Dispensa de licitação, que foi ampliada e pode se tornar um vício" |
| Licita 4 | Prática, checklists específicos, passo a passo de como agir em determinadas situações. | Não, mas há pontos que precisam de ser regulamentados (contratos de produtividade, contratos com maior retorno econômico) |
| Licita 5 | Conciliar as regulamentações, novos padrões, se o serviço é para ser feito somente por efetivo ou comissionado. | Não |

| | | |
|-----------------|--|---|
| Licita 6 | A insegurança jurídica, devido protelar demais o uso exclusivo da NLLC. | Duas, a falta de regulamentação da modalidade diálogo competitivo e a questão de a união colocar o agente de contratação como servidor efetivo. |
| Licita 7 | A questão da regulamentação e a condução dos processos antigos feitos pela 8.666/94. | Não. |

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao analisar as respostas dos entrevistados no quadro 4, sobre as dificuldades enfrentadas na implementação da nova Lei de Licitações e Contratos, percebe-se uma variedade de desafios e percepções. Essa diversidade reflete as complexidades inerentes à transição para um novo quadro normativo, assim como as especificidades de cada contexto operacional.

A necessidade de padronização dos procedimentos emerge como uma questão central, mencionada por múltiplos entrevistados. Esta concordância aponta para uma dificuldade comum em estabelecer procedimentos claros e uniformes que facilitem a implementação efetiva da lei. A elaboração de checklist e diretrizes passo a passo é citada como uma solução potencial, sublinhando a demanda por ferramentas práticas que orientem os responsáveis pelas licitações nos diferentes estágios dos processos.

Contrastando com essa convergência, há divergências significativas nas percepções sobre a presença de lacunas ou ambiguidades na lei. Enquanto alguns entrevistados não identificam falhas significativas na legislação, outros apontam para áreas específicas que carecem de regulamentação detalhada, como contratos de produtividade e a modalidade de diálogo competitivo. Essa disparidade sugere variações na interpretação da lei e nas experiências práticas de sua aplicação, evidenciando a complexidade de adaptar uma normativa abrangente a contextos específicos.

Além disso, a insegurança jurídica é um tema recorrente,

ilustrando a preocupação com a interpretação e aplicação corretas da lei em um ambiente que continua se ajustando às novas regras. Questões sobre a designação de agentes de contratação e a gestão de processos licitatórios sob a lei anterior (8.666/93) são particularmente problemáticas, destacando os desafios de transição entre regimes legais (Oliveira; Miranda; Porto, 2022).

Críticas à implementação da nova lei focam na necessidade de diretrizes claras e específicas que possam auxiliar os profissionais na navegação das exigências legais e na condução eficaz dos processos de licitação. A falta de padronização e a existência de áreas ambíguas na lei não só dificultam sua aplicação como também podem comprometer a integridade e a eficiência dos processos de licitação (Boechat, 2022).

Portanto, recomenda-se uma abordagem colaborativa na interpretação e aplicação da lei, com a criação de fóruns de discussão e compartilhamento de melhores práticas. Isso poderia facilitar a identificação e resolução de problemas comuns, promovendo uma transição suave para o novo quadro legal e contribuindo para uma maior segurança jurídica e eficiência operacional. Ademais, a elaboração de diretrizes detalhadas e a realização de treinamentos específicos podem ser estratégias valiosas para superar as dificuldades identificadas, garantindo que todos os envolvidos estejam bem informados e preparados para aplicar a lei de forma efetiva (Diniz; Fragoso; Junior, 2023; Boechat, 2022).

No quadro 5, evidenciam-se quais foram as principais mudanças nos procedimentos, na implantação da NLLC.

Quadro 5 - Mudanças nos procedimentos

| Entrevistados | Quais mudanças específicas nos procedimentos de licitação a NLLC trouxe? | Como essas mudanças afetaram o processo de licitação? | Houve desafios em adaptar os procedimentos anteriores para cumprir as novas regras da lei? |
|----------------------|---|--|---|
| Licita 1 | Pregão eletrônico | Mais rápido e mais abrangente, | Sim, algumas empresas públicas |

| | | | |
|-----------------|--|--|---|
| | resultou numa maior agilidade. | mais empresas participando. A depender do tipo de mercadoria a entrega pode atrasar. | federais só aceita o processo pela 14.133/21 |
| Licita 2 | O Processo de Contratação Direta. | Maior transparência, e maior confiança para outras empresas participarem. | Sim, porque estamos tendo que usar os novos modelos da nova lei. |
| Licita 3 | Extinção da tomada de preços | Vai facilitar o trâmite, e descomplicar algumas modalidades. | É relativo e varia de objeto para objeto. |
| Licita 4 | Saída da tomada de preços, pregões eletrônicos. | Fazendo o processo ser essencialmente eletrônico. | Sim, a adesão a sistemas de cotação (cesta de preços), Sistemas para pregões eletrônicos. |
| Licita 5 | Retirada de algumas modalidades, como a tomada de preços e convite, bem como a habilitação somente da empresa vencedora. | Teve-se que correr contra o tempo para terminar alguns processos e licitar pela lei 8.666/93 | Sim, a questão dos procedimentos licitatórios com a inclusão do mapa de risco, do estudo técnico preliminar. |
| Licita 6 | As licitações eletrônicas tornaram o processo mais democrático e mais seguro. | A questão de caber duas intenções de recursos atrasa o processo. | Sim, está havendo, pois carece de muita regulamentação ainda. |
| Licita 7 | As formalidades do processo. | O processo ficou mais objetivo. | Sim, em adaptar-se, pois se exige novas documentações e aprender a fazer de uma nova forma o que já se estava acostumado a fazer pela lei anterior. |

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise das respostas do quadro 5, sobre as mudanças específicas nos procedimentos de licitação introduzidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), seus impactos no processo de licitação e os desafios de adaptação às novas regras sobre a transição normativa no âmbito das licitações públicas. A implementação do pregão eletrônico, destacada

Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.

pelo entrevistado como uma mudança significativa, é reconhecida por sua contribuição à agilização dos processos licitatórios, enfatizado ainda que, "As licitações eletrônicas tornaram o processo democrático e seguro" (licita 6). Esta modalidade de licitação, ao promover procedimentos rápidos e abrangentes, facilita a participação de um número maior de empresas, potencializando a competitividade e a eficiência na aquisição de bens e serviços pelo setor público (Boechat, 2022).

A eficácia do pregão eletrônico na aceleração dos processos licitatórios e na expansão da participação empresarial é amplamente documentada, corroborando as observações do entrevistado. Entretanto, a menção a possíveis atrasos na entrega de mercadorias, dependendo do tipo de produto adquirido, aponta para desafios operacionais que acompanham a implementação de novas práticas. Essa observação sugere a necessidade de ajustes nos mecanismos de execução contratual e no gerenciamento de expectativas quanto aos prazos de entrega, especialmente em contextos nos quais a agilidade dos procedimentos de licitação não se traduz automaticamente em eficiência logística (Oliveira; Miranda; Porto, 2022).

Com relação aos desafios em adaptar os procedimentos anteriores para cumprir as novas regras da lei, 84% dos entrevistados disseram que sim, que houve adaptações, sendo necessário fazer adesão a sistemas de cotação (cesta de preços), sistemas para pregões eletrônicos, ressaltando ainda a necessidade de elaboração de documentos de procedimentos licitatórios com a inclusão do mapa de risco, do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A respeito dos desafios de adaptação, a especificidade de algumas empresas públicas federais, que exigem a adesão exclusiva aos procedimentos estipulados pela Lei 14.133/21, ilustra a complexidade de transição para as novas regras. Este cenário reflete uma tensão entre a uniformidade

normativa e a diversidade de práticas institucionais preexistentes, evidenciando um campo de fricção no processo de implementação da nova legislação (Mendes; Da Silva, 2023).

As dificuldades de adaptação aos novos procedimentos, conforme relatado, podem ser atribuídas, em parte, à rigidez de estruturas e sistemas que foram configurados em consonância com normativas anteriores. Tal situação demanda não apenas uma revisão dos processos internos, mas também um esforço de capacitação dos agentes envolvidos e, possivelmente, a revisão de instrumentos de gestão e controle para alinhar as práticas operacionais às exigências da NLLC (Batista; Sucupira, 2022).

Embora a resposta do entrevistado ofereça uma perspectiva limitada, sem um conjunto amplo de dados para comparar, ela destaca aspectos fundamentais da transição para a NLLC. A ênfase na agilidade e na ampliação da competição, apesar de reconhecidamente positiva, não elimina a ocorrência de desafios operacionais e administrativos que necessitam de atenção. A complexidade da adaptação às novas regras legais demanda uma abordagem integrada, que considere tanto a eficiência dos procedimentos de licitação quanto a eficácia da execução contratual e a capacidade das entidades públicas e dos fornecedores de se ajustarem a um novo quadro regulatório (França et al., 2023; Diniz; Frago; Junior, 2023).

No quadro 6, buscou-se saber como se processou os treinamentos para implementação da NLLC.

Quadro 6 - Capacitação e Treinamentos

| Entrevistado | Houve treinamento ou capacitação específica oferecida aos servidores para se familiarizarem com a NLLC? | Como você avalia a eficácia desse treinamento? Houve feedback e suporte contínuo para resolver dúvidas e problemas? |
|--------------|---|---|
| Licita 1 | Sim, participou de 2 (dois) treinamentos, | Bom treinamento, mas nunca buscou suporte após os cursos. |
| Licita 2 | Sim, houve capacitação e treinamentos. | São treinamentos bons, são disponibilizadas |

| | | |
|-----------------|---|--|
| | | apostilas, não buscou suporte após o curso. |
| Licita 3 | "Teve e ainda vai ter!", já participou de um. | Sim, são Bons |
| Licita 4 | Sim, participou de 2 (dois) | Avalia de maneira positiva, bons professores, já precisou tirar uma dúvida, se remeteu ao professor e foi solucionado. |
| Licita 5 | Sim, na semana do servidor. | Foram ótimos, bons professores dos tribunais de contas do estado. |
| Licita 6 | Sim, inclusive nesse período de mudança. | Treinamentos essenciais, houve feedbacks. |
| Licita 7 | Sim, desde de 2023 tivemos treinamentos. | Bons treinamentos, há feedbacks. |

Fonte: Dados da Pesquisa

A implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) nos municípios, conforme relatado pelos entrevistados, envolveu uma série de iniciativas de treinamento e capacitação direcionadas aos servidores públicos. Essas ações educativas foram projetadas para familiarizar os servidores com as novas normas e procedimentos, representando um esforço para assegurar a transição adequada para o novo regime legal nas práticas de licitação e contratação pública.

Os entrevistados, de maneira geral, relatam a participação em treinamentos específicos, evidenciando um comprometimento institucional com a capacitação no contexto da mudança legislativa. A avaliação da eficácia desses treinamentos é predominantemente positiva, com menções à qualidade do material didático, como apostilas, e à competência dos instrutores, incluindo professores de tribunais de contas estaduais. Tais aspectos sugerem uma abordagem cuidadosa no planejamento e execução das atividades de capacitação, visando proporcionar uma base sólida de conhecimento sobre a NLLC aos participantes.

Embora a percepção sobre a qualidade dos treinamentos seja favorável, chama a atenção a observação recorrente de que, após a conclusão dos cursos, foi raramente buscado suporte adicional para esclarecimento de dúvidas ou

resolução de problemas. Esse fato pode indicar uma de duas possibilidades: ou os treinamentos foram suficientemente abrangentes e esclarecedores, mitigando a necessidade de suporte posterior, ou existe uma lacuna na comunicação e no acesso a recursos de apoio contínuo após a fase inicial de capacitação. (Coutinho; Fernandes, 2021).

Apenas um entrevistado menciona explicitamente a procura por auxílio pós-treinamento, tendo sua dúvida prontamente solucionada, o que aponta para a existência de uma rede de suporte, embora sua utilização pareça ser limitada. A destaque de feedbacks e suporte contínuo, reconhecida por alguns entrevistados, destaca a necessidade de estruturas de acompanhamento que permitam aos servidores consolidar e aplicar os conhecimentos adquiridos, além de adaptar-se às situações práticas e desafios que emergem na aplicação da nova lei. A implementação efetiva de qualquer mudança normativa, especialmente uma tão significativa quanto a NLLC, depende não apenas da qualidade inicial dos treinamentos, mas também da manutenção de canais abertos para esclarecimento de dúvidas e troca de experiências ao longo do tempo (Mendes; Da Silva, 2023; Carvalho, 2023).

Em suma, apesar dos esforços evidentes e da qualidade dos treinamentos oferecidos, sugere-se uma reflexão sobre o desenvolvimento de mecanismos de suporte pós-capacitação acessíveis e efetivos. Isso poderia incluir fóruns de discussão, consultorias regulares, atualizações de conteúdo e outras formas de assistência contínua, visando não só a compreensão da NLLC, mas também a sua aplicação prática eficiente e conforme as expectativas legais e administrativas (Cunha et al., 2023; Boechat, 2022).

4.4 OS IMPACTOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

No quadro 7, apresentam-se quais foram os principais impactados detectados pelos servidores nas contratações

públicas com a NLLC.

Quadro 7 - Impactos nas Contratações Públicas

| Entrevistado | Como a NLLC afetou o processo de contratação pública em termos de eficiência, transparência e custos? | Você percebeu mudanças no perfil dos fornecedores que participam das licitações após a implementação da nova lei? |
|---------------------|---|--|
| Licita 1 | Mais rapidez devido ser eletrônico, disponibilidade dos editais em sites oficiais, mas empresas participam e com isso impacta nos custos. | Mais fornecedores participam do certame, pois devido ser eletrônico dar mais oportunidade. |
| Licita 2 | Afetou de forma positiva, mais eficiência da contratação, transparência do que a gente está contratando, e os custos são melhores. | Ampliou bastante, temos hoje fornecedores de todo o Brasil. |
| Licita 3 | Trâmite mais rápido, disponibilidade dos processos em sites oficiais e pesquisa de preço em banco o que impacta nos custos. | Deixou de ser fornecedores locais e tem-se agora de todo o Brasil. |
| Licita 4 | Devido disponibilidade na internet fica mais eficiente, como todas as licitações terão que ser cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas, haverá maior interação e fiscalização e menor custo já que a tendência é ser cada vez mais eletrônico. | Passou-se a ter fornecedores de toda parte do Brasil devido ao pregão ser eletrônico. |
| Licita 5 | Devido maior amplitude e mais empresas participando do certame, maior acesso pois tudo é virtual e mais empresas participando melhores preços. | "Tirou aquela restrição de ser uma coisa local e foi abrangido para nível nacional" |
| Licita 6 | Devido ser o processo eletrônico mais empresas participam e ganha a proposta mais vantajosa, maior transparência porque as informações estão disponíveis nos portais e maior competição pode favorecer menores preços. | Empresas de vários estados brasileiros tem ganhado procedimentos licitatórios, maior possibilidade para quem está iniciando seu próprio negócio. |
| Licita 7 | Mais empresas participam devido ser eletrônico, todo processo tem que da publicidade com divulgação dos dados junto ao TCE. | Hoje devido ser eletrônico mais empresas de diversas parte do Brasil estão participando. |

Fonte: Dados da Pesquisa

A implementação da NLLC introduziu mudanças significativas nos processos de contratação pública, impactando a eficiência, transparência e custos, além de alterar o perfil dos fornecedores que participam das

licitações. As respostas dos entrevistados, conforme o quadro 7, refletem uma percepção positiva dessas mudanças, destacando a digitalização dos processos como um vetor central de transformação.

A transição para procedimentos predominantemente eletrônicos é amplamente reconhecida como um fator de aumento na rapidez e eficiência das contratações públicas. A disponibilidade de editais em sites oficiais e a obrigatoriedade de cadastramento no Portal Nacional de Contratações Públicas são apontados como elementos facilitadores dessa transparência, permitindo um acesso amplo às informações sobre licitações. Tal medida não apenas democratiza o acesso à informação, como também propicia uma fiscalização efetiva por parte dos órgãos de controle e da sociedade civil, contribuindo para uma gestão pública transparente e responsável (Carvalho, 2023).

Os custos das contratações públicas também são mencionados como beneficiados pela implementação da NLLC, principalmente devido à ampliação da concorrência. Com fornecedores participando dos certames, provenientes de diversas regiões do Brasil, cria-se um ambiente competitivo que favorece a obtenção de propostas vantajosas para a administração pública. Essa competitividade, induzida pela facilidade de acesso e participação em licitações eletrônicas, tende a resultar em menores custos e alocação dos recursos públicos (Mallmann; Silva, 2023).

Além disso, a alteração no perfil dos fornecedores que participam das licitações é relevante, a possibilidade de empresas de todo o país concorrerem em igualdade de condições, sem as barreiras geográficas que tradicionalmente favoreciam fornecedores locais, é um reflexo direto da adoção de procedimentos eletrônicos. Essa mudança promove uma diversidade de participantes e potencializa a qualidade e a eficiência dos serviços e produtos contratados pelo setor público (Oliveira; Miranda; Porto, 2022).

Contudo, apesar das melhorias evidentes, a transição para um modelo de contratação pública digital e aberto requer atenção contínua a aspectos como a capacitação dos servidores, a adequação das infraestruturas tecnológicas e a garantia de acessibilidade para todos os potenciais fornecedores. A eficácia da NLLC em promover uma administração pública eficiente e transparente está condicionada à superação desses desafios, demandando um comprometimento institucional com a melhoria contínua dos processos de licitação e a adaptação às novas tecnologias (Menezes Ramos *et al.*, 2022).

Nesse norte, as respostas dos entrevistados ressaltam impactos positivos da NLLC nas contratações públicas, especialmente em termos de eficiência, transparência e custos. No entanto, é fundamental que essas transformações sejam acompanhadas de estratégias efetivas para maximizar os benefícios da lei e minimizar potenciais obstáculos, assegurando que as inovações introduzidas se traduzam em ganhos reais para a administração pública e para a sociedade (Diniz; Fragozo; Junior, 2023; França *et al.*, 2023).

No último bloco de questões, apresenta-se no quadro 8, as soluções e recomendações apontadas pelos servidores para adaptação a NLLC.

Quadro 8 - Soluções e Recomendações

| Entrevistados | Com base em suas experiências, quais soluções ou melhorias você sugeriria para lidar com os desafios da implementação da NLLC? | Você acredita que é necessário ajustar ou emendar a lei de alguma forma para torna-la mais eficaz na prática? | Alguma informação adicional que gostaria de compartilhar sobre a implementação da NLLC? |
|----------------------|---|--|--|
| Licita 1 | Padronização do formato da elaboração dos documentos, mais treinamentos com práticas. | Não a lei, mas sim ajustar os procedimentos para colocar a lei em prática. | Mais treinamento, mais padronização. |
| Licita 2 | Padronização, mais conhecimento dos órgãos que | “Não, acho que desse jeito está boa” | Mais treinamentos voltados à |

| | | | |
|-----------------|---|--|--|
| | analisam o processo. | | prática e padronização nos órgãos públicos. |
| Licita 3 | Capacitação. | "Seria interessante ter um conhecimento global" | Que a prática vai poder mostrar as dificuldades. |
| Licita 4 | Transformar os processos em eletrônicos, pois além dos custos menores, fica mais transparente e otimiza o tempo de tramitação e menor erro. | Não, no momento não, mas deverá aparecer agora com o uso obrigatório da lei. | "É uma lei que veio para tentar melhorar as contratações públicas", vai melhorar a transparência dos processos. Os órgãos de controle vão ser mais efetivos. |
| Licita 5 | Quanto mais aprendizado da lei, melhor nosso entendimento e aplicabilidade no dia a dia. | Hoje não vejo, porém no futuro poderá. | Estamos conseguindo fazer os procedimentos conforme a lei determina. |
| Licita 6 | Maior regulamentação por parte da união. | Diminuiria as modalidades de licitação (diálogo competitivo) | Não |
| Licita 7 | Padronização dos posicionamentos dos tribunais. | Não, acredito que ela precisa de regulamentação. | Creio que a lei deve levar em consideração o porte dos municípios. |

Fonte: Dados da Pesquisa

A NLLC suscita diversas opiniões entre os entrevistados, (Quadro 8), sobre soluções e melhorias necessárias para enfrentar os desafios emergentes. Estas opiniões revelam um consenso em torno da necessidade de capacitação, padronização e adoção de processos eletrônicos, embora haja divergências quanto à necessidade de ajustes na própria lei.

Um tema recorrente nas sugestões é a padronização, tanto no formato da elaboração dos documentos quanto nos posicionamentos dos tribunais e nos procedimentos adotados pelos órgãos que analisam os processos de licitação. Esta padronização é vista como essencial para facilitar a aplicação da lei, tornando os processos eficientes e reduzindo as discrepâncias nas interpretações e na execução das normas. A demanda por treinamentos práticos também é

ênfâtizada, indicando uma lacuna percebida na capacitação oferecida, que deveria focar na aplicabilidade das normas no cotidiano das contratações públicas.

Outro aspecto notável é a recomendação pela transformação dos processos em eletrônicos, ressaltando os benefícios em termos de redução de custos, aumento da transparência e otimização do tempo de tramitação. A digitalização é vista como um vetor de modernização e eficiência, alinhado às expectativas de melhorias na gestão pública e na fiscalização dos processos de contratação.

Quanto à necessidade de ajustes na NLLC, as opiniões são divididas. Alguns entrevistados consideram que a lei, em sua forma atual, é adequada, sugerindo que os desafios encontrados na implementação podem ser superados com ajustes nos procedimentos e maior capacitação. Outros, porém, apontam para a necessidade de regulamentação adicional ou simplificação das modalidades de licitação, como a diminuição do uso do diálogo competitivo, indicando áreas em que a lei poderia ser aprimorada para facilitar sua aplicação prática (Batista; Sucupira, 2022; Cotrim; Ryngelblum, 2023).

Interessante notar é a sugestão de que a lei deveria considerar o porte dos municípios, refletindo preocupações com a aplicabilidade das normas em diferentes contextos institucionais e capacidades operacionais. Essa perspectiva aponta para a relevância de uma abordagem flexível e adaptativa na regulamentação das contratações públicas, capaz de atender às especificidades locais sem comprometer os objetivos de eficiência, transparência e justiça nas contratações (Nascimento, 2023; Mendes; Da Silva, 2023).

Em síntese, as respostas dos entrevistados destacam as iniciativas de capacitação focadas na prática, a necessidade de padronização dos processos e a digitalização como estratégias-chave para aprimorar a implementação da NLLC. Ao mesmo tempo, revelam uma reflexão sobre o equilíbrio entre a estabilidade normativa e a adaptabilidade regulatória,

sugerindo que ajustes na lei ou em sua regulamentação podem ser necessários para assegurar que ela atenda efetivamente às necessidades e desafios da contratação pública contemporânea (Mesquita, 2022; França et al., 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam uma análise compreensiva sobre a percepção dos servidores municipais em relação à implementação da NLLC, os desafios enfrentados, as mudanças nos procedimentos de licitação e as soluções ou melhorias sugeridas. Através da análise dos quadros apresentados, é possível identificar padrões nas respostas dos entrevistados, bem como divergências que refletem a complexidade do processo de adaptação à nova legislação.

Os entrevistados destacaram a necessidade de padronização nos procedimentos e na elaboração de documentos como um dos principais desafios na implementação da NLLC, apontando para os treinamentos práticos que possam orientar os servidores na aplicação efetiva da lei. A preferência por treinamentos, seja em formato presencial, online ou promovidos por instituições municipais, indica uma conscientização sobre a formação contínua para a compreensão e aplicação da NLLC. No entanto, a expressão recorrente de insegurança quanto ao conhecimento da lei sugere que os treinamentos atuais podem não ser suficientemente abrangentes para cobrir todas as complexidades da NLLC, apontando para a necessidade de atualizações regulares e abordagens de aprendizado personalizados.

A transformação dos processos de licitação para o formato eletrônico foi amplamente reconhecida pelos entrevistados como uma mudança positiva, trazendo maior eficiência, transparência e redução de custos nas contratações públicas. A ampliação da participação de fornecedores de diferentes regiões do Brasil, facilitada

pelo acesso eletrônico, foi destacada como um impacto significativo da NLLC, promovendo uma maior competitividade e potencialmente melhores preços nas licitações. No entanto, a adaptação a esses novos procedimentos eletrônicos também foi apontada como um desafio, especialmente em relação à necessidade de regulamentação adicional e à capacitação dos servidores para utilizar as novas ferramentas digitais.

As sugestões dos entrevistados para melhorias na implementação da NLLC enfatizam a regulamentação adicional por parte da União e a necessidade de considerar o porte dos municípios na aplicação da lei. A flexibilidade e a adaptabilidade foram identificadas como elementos cruciais para garantir que a NLLC possa ser aplicada de maneira eficaz em diferentes contextos institucionais e operacionais.

Em resumo, a pesquisa revela um panorama complexo da implementação da NLLC nos municípios, marcado por avanços significativos na eficiência e transparência das contratações públicas, mas também por desafios na padronização dos procedimentos, na capacitação dos servidores e na adaptação às novas tecnologias. A necessidade de ajustes na lei ou em sua regulamentação para facilitar sua aplicação, na prática é um tema recorrente, sugerindo que a evolução contínua da legislação e das práticas administrativas será fundamental para maximizar os benefícios da NLLC para a administração pública e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. G. A evolução histórica das licitações e o atual processo de compras públicas em situação de emergência no Brasil. **REGEN Revista de Gestão, Economia e Negócios**, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/regen/article/view/5162> Acesso em: 11 set. 2023.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. O diálogo competitivo na nova lei de licitações e contratos da Administração
Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.

Pública. **Revista de Direito Administrativo**, v. 280, n. 3, p. 41-66, 2021.

ARAUJO JUNIOR, C. A. M.; OLIVEIRA, T. B. A Lei nº 14.133/21 e o Novo Tipo Penal de Frustração do Caráter Competitivo de Licitação: Perspectivas e Desafios no Enfrentamento da Corrupção. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 24, n. 1, p. 45-53, 2023.
<https://doi.org/10.17921/2448-2129.2023v24n1p45-53>

BATISTA, L. P.; SUCUPIRA, G. I. C. S. Os Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos Aplicados à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e34211528037-e34211528037, 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28037>

BINENBOJM, G. A Lei nº 14.133/2021 e a segurança jurídica nos contratos administrativos: inovações pontuais da nova lei podem aumentar previsibilidade e estabilidade nas relações contratuais da administração pública. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 4, n. 2, 2021.
<http://DOI:10.46818/pge.v4i2.244>

BOECHAT, G. Contratações Abertas: uma análise da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 14.133/2021) à luz dos princípios de Governo Aberto. **Revista da CGU**, v. 14, n. 25, p. 63-79, 2022.
<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i25.493>

BRASIL, Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Lei de licitações e contratos administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm Acesso em: 10 jan. 2024.

CARVALHO, A. B. Perspectivas do desenvolvimento nacional sustentável em licitações públicas: um estudo a partir da revisão integrativa. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 10, n. 2, p. 189-211, 2023.
<https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v10i2p189-211>

COUTINHO, D. de O.; FERNANDES, A. D. A nova Lei de Licitações, as encomendas tecnológicas e o diálogo competitivo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/RBPP/article/view/8059> Acesso em 15 out. 2023.

COTRIM, R. R.; RYNGELBLUM, A. L. A Regulamentação da Nova Lei de Licitações: Definição da Lógica Institucional Prevalente em um Campo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, 2023. <https://doi.org/10.1590/1982->

[7849rac2023220078.por](#)

CUNHA, M. B. et al. Sustentabilidade ambiental nas contratações públicas em um município do interior de Rondônia. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 4, p. 278-298, 2023. Disponível em:

<http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/749>

Acesso em: 23 ago. 2023.

DINIZ, E.; FRAGOSO, J. P. C.; JUNIOR, R. M. R. Análise das mudanças e impactos no âmbito municipal com a nova lei de licitação e contratos administrativos: os impactos da Lei 14.133/2021 para os municípios com menos de 20 mil habitantes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 8, p. 1629-1636, 2023.

<https://doi.org/10.51891/rease.v9i8.10827>

FRANÇA, M. C. L. et al. Dificuldades dos municípios na institucionalização da Nova Lei de Licitações e Contratos. **Concilium**, v. 22, n. 6, p. 431-452, 2022.

<https://doi.org/10.53660/CLM-548-632>

GIL, Antonio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. 7. Ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.

MALLMANN, C. H.; SILVA, M. F. As inovações da lei nº 14.133/2021- (nova lei de licitações). **Revista Unitas**, n. 7, p. 1-15, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uceff.edu.br/unitas/article/view/166>

Acesso em: 23 ago. 2023.

MENDES, M. R.; DA SILVA, C. J. J. A lei de licitações brasileira e a responsabilização dos agentes fraudadores. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 6, p. e463407-e463407, 2023.

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i6.3407>

MENEZES RAMOS, T. et al. Inclinações pragmáticas na nova lei de licitações e contratos administrativos (lei nº 14.133/2021): novos princípios, velhos problemas. **Revista de Direito Brasileira**, v. 29, n. 11, p. 4-15, 2022.

Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/7514> Acesso

em: 23 ago. 2023.

MESQUITA, I. M. de. Licitações e contratos administrativos: Reflexões sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. **Diálogos Possíveis**, v. 21, n. 2, 2022.

Disponível em:

<https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiv>

[eis/article/view/1012](#) Acesso em: 11 set. 2023.

NASCIMENTO, L. M. A nova lei geral de licitações e os tribunais de contas brasileiros: notas sobre as inovações e os aperfeiçoamentos no controle das contratações públicas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 10, n. 1, p. 105-133, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v10i1p105-133>

NOHARA, I. P. Inovação na nova lei de licitação: diretriz e potencial de modernização pelo Estado. **Revista de Direito Brasileira**, v. 31, n. 12, p. 271-283, 2022. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/index> Acesso em: 21 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. C. B.; MIRANDA, H. S.; PORTO, N. A. G. A nova lei de licitações: impactos jurídicos e econômicos. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 4, n. 7, p. 39-54, 2022. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7186693>

OLIVEIRA, V. R. de et al. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Principais Mudanças. **Revista Interdisciplinar da FARESE**, v. 4, 2022. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=AS+INOVA%3%87%3%95ES+DA+LEI+N%2%BA+14.133%2F2021+-+%28NOVA+LEI+DE+LICITA%3%87%3%95ES%29&btnG= Acesso em 18 out. 2023.

PEREIRA, C. L.; COSTA, A. P. Os programas de integridade na administração pública pela nova lei de licitações: atenuantes na penalização das infrações. **Conjecturas**, v. 22, n. 15, p. 176-190, 2022. Disponível em: <http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1860> Acesso em: 12 ago. 2023.

SANTOS CARVALHO, S. S.; ALMEIDA, M. G.; SANTOS ARENAS, M. V. Governança nas contratações públicas sob a perspectiva da nova lei de licitações e contratos administrativos. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 23703-23724, 2022. <http://:10.34117/bjdv8n4-064>

SILVA, M. A. V.; ROSSIGNOLI, M.; DE OLIVEIRA, B. B. Intervenção Estatal Em Prol Das Empresas de Pequeno Porte À Luz da Nova Lei de Licitações e Contratos. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ec29/1deaa87369ae4758c9c6c80e3f2a6133877b.pdf> Acesso em: 11 set. 2023.

SILVA, C. A.; OLIVEIRA, C. H.; DE LIMA, T. L. A nova Lei de *Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.*

Licitação (14.133/2021) -Os impactos na administração pública municipal. **NATIVA-Revista de Ciências, Tecnologia e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 238-245, 2022. Disponível em: <https://jiparana.emnuvens.com.br/riacti/article/view/423>
Acesso em: 24 ago. 2023

SOUZA, G. M. Direito de contratos: principais diferenças entre as licitações comuns e as Parcerias Público-Privadas (PPPS). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 4, p. 1196-1223, 2022.
<https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5127>

SOUZA, F. O.; SOUZA LIMA, M. como a lei 14.133/2021 impacta nas negociações das MES e EPPS no estado do Tocantins. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1612-1624, 2023.
<http://doi.org/10.51891/rease.v9i6.10320>

SOUZA, B. A.; MONTEIRO, R. C. Previsibilidade e segurança jurídica: a matriz de riscos na nova lei de licitações. **Novos Rumos das Licitações e Contratos Administrativos**, p. 123, 2021. Disponível em: <http://sas.adv.br/wp-content/uploads/2022/07/Novos-rumos-das-licitacoes-e-contratos-administrativos.pdf#page=13>
Acesso em: 22 ago. 2023.

ZOCKUN, C. Z.; CABRAL, F. G. Da eficácia das normas previstas na nova lei de licitações (lei 14.133/2021): análise do PNCP, do SRP e do registro cadastral. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 12, n. 1, p. 100-122, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8147541>
Acesso em: 12 ago. 2023.

WIECZORKOWSKI, S. F. Nova lei de licitações e os métodos mais adequados de resolução de conflitos. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 1876-1892, 2022. Disponível em: <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/555>
Acesso em: 11 ago. 2023.



Capítulo 06

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN

Jefferson Ícaro de Medeiros

Graduado em Ciências Contábeis (UERN)

Email: jeffersonmedeiros@alu.uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Wênika Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar e verificar os recursos destinados ao município de Mossoró RN, no tocante às verbas emergenciais no combate a COVID-19 se essas atenderam às necessidades básicas e informacionais da sociedade Mossoroense. O método de pesquisa foi qualitativo, em que procurou descrever e os dados pesquisados do Portal da Transparência do Município no período de março a dezembro, do ano de 2020. Os resultados apresentados foram satisfatórios de acordo com os recursos enviados para o Município, em que os gastos realizados com os recursos da COVID-19 promoveram melhorias no sistema de saúde da cidade, atendendo aos cidadãos durante a pandemia. A contribuição dessa pesquisa se dá na compreensão, análise e registro dos fatos para que a sociedade tenha ciência do que foi recebido, gasto e liquidado pela Prefeitura da Cidade e facilitar a informação para a população, possa fazer suas leituras e cobrar dos governantes a aplicação de verbas para o bem-estar da sociedade. como contribuição para a academia um

roteiro de análise de procedimentos legais na aplicação de recursos da COVID-19.

Palavras-Chave: Portal da Transparência Mossoró RN; Recursos da COVID-19; Serviço Público de Saúde.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze and verify the resources destined to the municipality of Mossoró RN, regarding the emergency funds in the fight against COVID-19, if they met the basic and informational needs of the Mossoroense society. The research method was qualitative, in which it sought to describe and the data researched from the Municipality's Transparency Portal in the period from March to December, in the year 2020. The results presented were satisfactory according to the resources sent to the Municipality, in which expenditures made with COVID-19 resources promoted improvements in the city's health system, serving citizens during the pandemic. The contribution of this research is given in the understanding, analysis and recording of the facts so that the society is aware of what was received, spent and paid by the City Hall and also to facilitate the information for the population, to be able to make their readings and to demand from the governments the application of funds for the welfare of society. as a contribution to the academy, a roadmap for the analysis of legal procedures in the application of COVID-19 resources.

Keywords: Transparency Portal Mossoró RN; COVID-19 Resources; Public Health Service.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, configurou-se em um cenário de turbulência econômica e sanitária mundial, em que foi atrelada com a crise dos *subprimes* de 2008, das hipotecas fraudulentas, onde títulos de baixa credibilidade, foram classificados como de baixo risco, mas, quando isso foi descoberto, a bolsa de valores mundial foi abalada, onde em 2019, a maioria dos países lampejavam sinais de recuperação, com a pandemia no início de 2020, esse cenário ficou agravado, necessitando de políticas públicas para recuperar as economias dos países, no Brasil não foi diferente, o governo federal desencadeou ações para atender as necessidades dos entes federados e da população (Feltrini;

Gonçalves; Pinho Filho, 2020; Nobre; Aguiar, 2020).

Para os entes federados promoveu-se a compensação financeira do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Impostos sobre Serviços (ISS), com o objetivo de amenizar a queda de arrecadação dos Estados e municípios, gerados pela pandemia que acentuou à recessão econômica. Por sua vez, o Governo Federal promoveu o auxílio emergencial, para atender a população em vulnerabilidade social, que ficou sem emprego e renda (Brasil, 2019; Florêncio Filho; Zanon, 2020; Nobre; Aguiar, 2020; Nander, 2020).

Na aplicação das políticas públicas para combater a pandemia da COVID-19, o Governo Federal desencadeou ações, para socorrer os entes da federação, como montagem de hospitais de campanha, aquisição de insumos hospitalares: máscaras, luvas, respiradores artificiais e outros, mas, diante do volume de recursos que foram transferidos de cerca de R\$ 500 bilhões de reais, entre auxílio emergencial, auxílio financeiro aos entes federativos, benefícios emergenciais de manutenção de emprego e renda e demais programas no combate a pandemia da COVID-19 (Nander, 2020; Portal Da Transparência, Cgu, 2020).

Evidenciou-se nos meios de comunicação uma série de escândalos que foram descobertos por operações da polícia Federal, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público Estaduais, como operação cobiça fatal no Maranhão, desvios de R\$ 2,3 milhões de reais, operação *Desvid-19*, Rondônia, R\$ 20 milhões reais, operação *virus infectio*, R\$ 4,9 milhões de reais, todas provenientes de superfaturamentos de preços em licitações para aquisições no combate à pandemia, e outras que se desenvolveram por todo o país, observa-se que em cenários de excepcionalidade, gestores com desvio de conduta, promovem ações com os recursos públicos para obterem benefícios pessoais, desvirtuando a aplicação no combate a pandemia (Caldas; Costa; Pagliarussi, 2017; CGU, 2020; Paschoal; Santos; Faroni, 2020).

A administração inadequada dos recursos públicos e os inúmeros casos de corrupção no país são caracterizados como uma das razões para esse descontrole. Os escândalos envolvendo a PETROBRAS e a operação Lava Jato abalaram a confiança no sistema político brasileiro, com vários políticos sendo citados e até mesmo presos por desvios de dinheiro. O dinheiro retirado dos cofres públicos poderia ser utilizado para melhorar os serviços prestados na educação, saúde, transporte, emprego e moradia, serviços esses essenciais para reduzir a desigualdade social e, conseqüentemente, os índices de criminalidade (Mendroni, 2015).

A ocorrência desses fatos tem refletido negativamente no país, gerando a má utilização dos recursos públicos. Para auxiliar o controle dos gastos públicos foi editada a Lei nº 4.320/64, conhecida como a lei da contabilidade pública, lei essa que estabelece o processo da despesa pública dos entes públicos no Brasil, que visa a transparência na divulgação dos fatos e receitas públicas com intuito de estabelecer um regramento jurídico de como os entes devem proceder com os gastos públicos, por sua vez, em 2000, foi editada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nº 101, com o objetivo de promover a transparência e fiscalização dos gastos públicos no Brasil, no controle aplicação para conhecimento de toda a sociedade (Brasil, 1964; Brasil 2000; CGU, 2020).

Esse arcabouço jurídico da Lei nº 4.320/64 e Lei nº 101/2000, objetivam promover a organização e transparência com as verbas públicas, e são instrumentos imprescindíveis de regramento das práticas na administração pública. Diante desse cenário pandêmico que assola o Brasil e os municípios da Federação e diante de um quadro evidenciado de corrupção com a aplicação dos recursos públicos no Brasil; infere-se o seguinte questionamento: **como a Prefeitura Municipal de Mossoró aplicou os recursos Federais na pandemia da COVID-19 no ano de 2020?**

Buscou-se nessa pesquisa apresentar como o município aplicou os recursos federais recebidos, e se essas aplicações atenderam aos ditames legais da administração Pública, principalmente na observância das Leis nº 4.320/64 e Lei 101/2000 e demais legislações aplicáveis à COVID-19. Esse estudo será documental, pois será realizado no portal da transparência do município de Mossoró.

Como contribuição, essa pesquisa evidenciou se o município de Mossoró atendeu os requisitos legais das legislações pertinentes a aplicação de gastos públicos, e com isso será do conhecimento de toda a sociedade a forma como esses recursos foram aplicados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia da COVID-19, se iniciou como um surto de pneumonia desconhecida, que foi relatado inicialmente na China, na cidade Wuhan, em dezembro de 2019. Os casos foram identificados, principalmente entre os chineses que frequentavam um mercado de frutos-do-mar, na província de Hunei, onde se constatou a presença de animais mortos e vivos nesse comércio. O surto de pneumonia foi evidenciado, através das pessoas que tinham contato direto com esses animais comercializados nesse mercado (Chavez; Bellei, 2020; Rodrigues *et al.*, 2020).

Diante desse cenário inicial a pandemia, foi disseminada por todos os países, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19. Infectando milhões de pessoas em todo o mundo, promovendo a morte prematura de muitos cidadãos, principalmente de pessoas de grupos de riscos, como diabéticos, obesos, hipertensos e outras comorbidades, além de ser letal em idosos, que possuem imunidade baixa (Sousa

Júnior, 2020).

Com o fechamento do comércio em virtude do isolamento social para conter a proliferação da Covid-19, a venda por meios digitais apresentou-se como uma solução para evitar a falência (Guimarães Júnior *et al.*, 2020). Para Centurião *et al.* (2020) descreveram um novo panorama em que demissões e encerramentos de negócios deixaram o mercado mais desafiador e menos movimentado, mas não menos competitivo, obrigando os empresários a reestruturar seus negócios e adotar novas estratégias.

Os governos passaram a atuar como agentes amenizadores da pandemia, promovendo campanhas e informações para população de como se proteger, utilizando máscaras, higienização pessoal e residencial, e ainda, disseminou-se a estratégia do *lockdown*, para reduzir a propagação do vírus, em que, se observou efeitos imediatos com essas ações (Chavez; Bellei, 2020).

A pandemia representa um novo desafio para a medicina no século XXI, onde, até o mês de janeiro/2021, infectou 96.267.473 no mundo, com 2.082.745 mortes; enquanto no Brasil, até essa data, 8.844.577 pessoas foram infectadas, com 7.821.376 recuperados e 217.037 pessoas vieram a óbito, onde o Brasil possui um percentual de 2,84% de mortes em relação aos infectados, enquanto a média mundial é de 2,44% em relação aos que contraíram a coronavírus (Agência Brasil, 2020; Anderson, 2020; Liu *et al.*, 2020).

O contador tem um papel fundamental, responsável por apresentar as condutas a serem tomadas por seus clientes, garantindo a sustentabilidade dos negócios, durante a pandemia da Covid-19 (Correa, 2020; Alves, 2020).

Destaca-se no Brasil, casos agravantes para este quadro, pois, evidenciam-se desigualdades sociais e demográficas nas várias regiões do país, onde se constata falta dos recursos básicos como habitação adequada, falta de água potável e saneamento básico, em regiões de periferias,

provendo a sua rápida disseminação. (Aquino *et al.*, 2020; Garrido; Garrido, 2020).

2.2 RECURSOS DA COVID-19

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, em 2020 foram destinados em verbas, cerca de 500 Bilhões de reais para aplicação de recursos na luta contra o coronavírus, o valor equivale a 15% dos gastos públicos aplicados (CGU, 2020).

De tal forma, os estados exigem em suas variadas dimensões, ações e implementação de políticas públicas, a curto e médio prazo, em que se faz necessária a atuação dos agentes públicos, principalmente, o Governo Federal, para suprir as necessidades dos municípios brasileiros para conter a pandemia, onde constatou-se a liberação de recursos e ações para aplacar a disseminação da COVID-19 (Schmidt; Mello; Cavalcante, 2020).

O Governo Federal abriu R\$ 44,2 bilhões de créditos extraordinários, para disponibilizar recursos para conter a pandemia da COVID-19, desse total R\$ 34,2 bilhões já foram pagos, esse anúncio se deu em 9 de novembro de 2020 pela equipe do Ministério da Saúde em entrevista coletiva. (Agência Brasil, 2020; Schmidt; Mello; Cavalcante, 2020).

Diante desse quadro de investimento pelo Governo brasileiro, com intuito de atender as necessidades da população, em decorrência da pandemia da COVID-19, evidencia-se nesses períodos, a simplificação dos processos licitatórios, para com maior rapidez, atender a todas as demandas, destaca-se a promoção de práticas ilícitas dos gestores públicos e de terceiros, no interesse de obterem ganhos pessoais em detrimento do público (Florêncio Filho; Zanon, 2020; Mata; Muniz, 2020).

Entre toda a verba destinada, que equivale a quase R\$ 525 bilhões de reais destinados para combate a pandemia no período de 2020, estão entre as principais aplicações,

despesas e separação destes recursos. Auxílio Emergencial que ocupou o maior investimento com R\$ 231 bilhões de reais, que equivale a 43% do orçamento de 2020, sendo os demais Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda com R\$ 41 bilhões, que equivalem 8% do recurso, Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Internacional Decorrente ao Coronavírus R\$ 47 bilhões, sendo assim 9% do recurso total, Auxílio Financeiro aos Estados e aos Municípios Relacionados ao Programa de Enfrentamento a Covid-19 R\$ 60 bilhões, sendo 11% do recurso total, Auxílio Residual para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Internacional R\$ 64 bilhões, destacando 12% do recurso e Outras despesas R\$ 96 bilhões, com 18% do recurso total. Foram estes elencados no Portal da Transparência do Governo Federal os detentores das maiores partes do recurso destinado ao combate à pandemia no ano de 2020 (Brasil, 2020; Schmidt; Mello; Cavalcante, 2020).

3 METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como descritiva, apresentando os dados por meio do registro e análise, sem intervenções por parte do pesquisador (Prodanov e Freitas, 2013).

Quanto ao objetivo geral, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois busca conhecer e interpretar a realidade sem interferir nela (Gil, 2010; Marconi; Lakatos, 2009). Por sua vez, o tratamento dos dados desenvolve-se através da análise de conteúdo, realizando a interpretação e compilação dos dados, cruzando com as opiniões dos autores (Bardin, 2011), portanto uma pesquisa transversal com dados capturados de março de 2020 a dezembro de 2020.

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, classifica-se em documental, pois se utilizará de documentos como fonte primária de dados, onde foram analisados *websites* do Governo Federal, Transparência Internacional e do portal

da transparência da Prefeitura de Mossoró RN, na busca de informações para subsidiar o estudo (Beuren, 2006).

Sobre as técnicas de pesquisas, a obtenção dos dados, deu-se através de análise na porta da transparência da prefeitura de Mossoró no ano de 2020, busca-se explorar os resultados para promover interpretações sobre o objeto de estudo (Bardin, 2011).

Na sequência, o tratamento de coleta de dados realizou-se através de uma análise de documentos publicados no Portal da Transparência do município de Mossoró que tornou possível a demonstração dos pagamentos que se promoveu. Destaca-se no Quadro 1, o passo a passo no Portal da Transparência que permitiu verificar os documentos e valores recebidos e gastos pelo Município.

Quadro 1 - Roteiro de acesso no Portal da transparência para se obter as informações

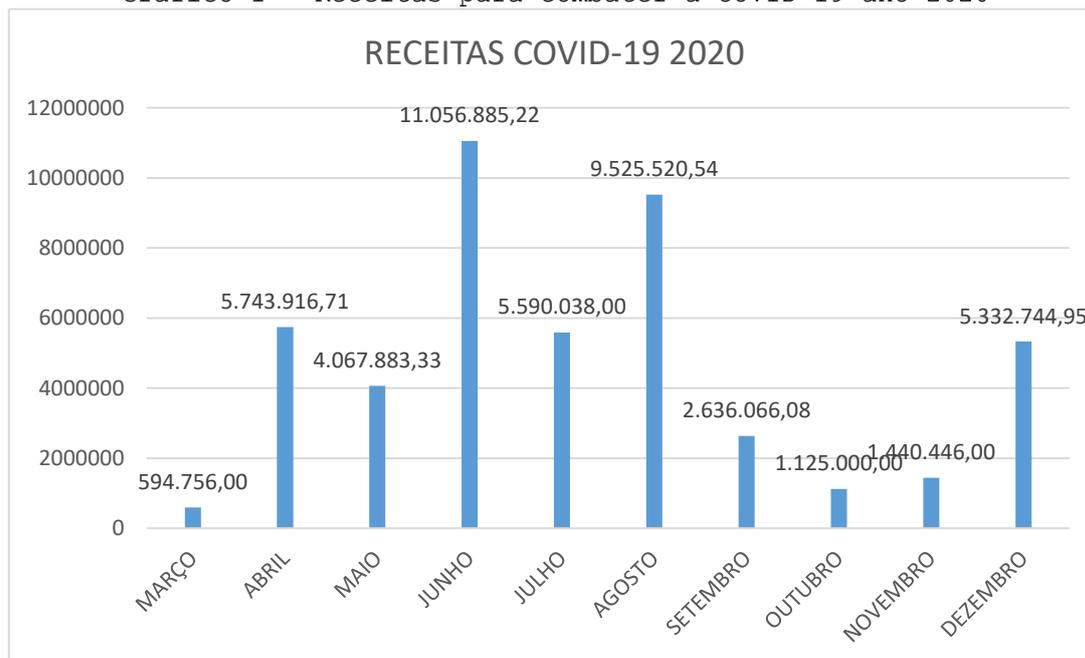
| Portal da Transparência Município de Mossoró RN | |
|--|---|
| Despesas | |
| Posição consultada | Março a dezembro |
| Exercício a ser consultado | 2020 |
| Fase dos Gastos a ser consultado | Empenho - Liquidação - Pagamento |
| Por Unidade Gestora | Secretaria de Saúde |
| Fontes | 12140000 -Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde |
| | 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS |
| | 12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde |
| | 10010000 - Recursos Ordinários |

Fonte: Portal da Transparência do município de Mossoró (RN) (2022)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa análise utilizou-se dos dados apresentados no Portal da Transparência da Prefeitura de Mossoró RN, pela metodologia de análise do grau de transparência da cidade mencionada, na aplicação de recursos da COVID-19, no Gráfico 1, evidenciam-se os valores das receitas que foram recebidas pelo município de Mossoró no período de 2020, em que se passa a promover a análise dos dados.

Gráfico 1 - Receitas para combater a COVID-19 ano 2020



Fonte: Portal da transparência - Prefeitura de Mossoró (2022)

De acordo com o Gráfico 1, no período de 2020, Mossoró recebeu do Governo Federal o valor de R\$ 47.113.256,83 (quarenta sete milhões, cento e treze mil, duzentos e cinquenta seis reais e oitenta três centavos), para o combate à COVID-19, destacando-se o mês de Junho de 2020, com R\$ 11.056.885,22 (onze milhões, cinquenta seis mil, oitocentos e oitenta cinco reais e vinte dois centavos), onde as medidas de restrições no Município foram adotadas com fechamentos de lojas e o cancelamento da festa Junina de São João, tradicional do Rio Grande do Norte, que atrai turistas de diversos estados do país para a cidade que é o 'Mossoró Cidade Junina', onde o número de casos da COVID-19 estavam crescendo, cujo o valor do repasse foi o maior em todo o período.

Destacando o mês de Junho de 2020, com o mês que recebeu maior aporte de recurso do Governo federal, também foi o mês de maiores despesas de todo o período, com destaque para as manutenções do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na qual os valores foram usados para Gás de Cozinha, Locação de Imóvel e vencimentos fixos durante o

mês, Contratações de Serviços de Saúde – Rede Privada com o elemento de despesa em Contribuições, e Manutenção das Unidades Básicas de Saúde onde os valores foram gastos com Despesas Variáveis, Contratações por tempo determinado, e Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento na qual os valores foram gastos com suprimentos para unidades como Kits de teste rápido, Medicamentos específicos e EPI', que tomaram os maiores valores dos recursos transferidos pelo Governo Federal.

Na Tabela 1 apresentam-se as despesas com a pandemia da COVID-19 no município de Mossoró-RN.

Tabela 1 - Despesas da COVID-19 mês de junho de 2020

| Aplicação dos recursos | Valores | Percentual | Fonte dos recursos |
|---|----------------------|-------------------|--|
| C.R.A. S | R\$ 1.102.751,40 | 7,46 % | 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS |
| Manutenção U.B.S | R\$ 1.063.857,47 | 7,20 % | 12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde |
| Manutenção UPA | R\$ 803.954,00 | 5,44 % | 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde |
| Contratação de serviços de saúde - rede privada | R\$ 11.811.009,93 | 79,90 % | 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde |
| TOTAL | R\$ 14.781.572,80 | 100% | - |

Fonte: Portal da transparência - Prefeitura de Mossoró (2022)

No ano de 2020, o município de Mossoró totalizou de despesas liquidadas o valor de R\$ 35.978.277,79. Na Tabela 2, evidenciam-se as maiores despesas deste período, com valores, porcentagem, a forma de aplicação dos recursos e também a fonte de qual recurso foi enviado tal valor, para que seja mostrado e documentado através deste artigo.

Tabela 2 - Despesas da COVID-19 ano 2020

| Aplicação dos recursos | Valores | Percentual | Fonte dos recursos |
|---|--------------------------|-------------|--|
| PROMOÇÃO E APOIO A MANIFESTAÇÃO CULTURAL DOS GRUPOS ARTÍSTICOS LOCAIS | R\$ 1.834.700,00 | 5% | 10010000 - Recursos Ordinários |
| Manutenção U.B.S | R\$ 2.988.562,93 | 9% | 12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde |
| COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E JUVENTUDE | R\$ 999.712,74 | 3% | 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS |
| C.R.A.S | R\$ 1.222.208,65 | 4% | 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS |
| MANUTENÇÃO UPA | R\$ 7.628.857,32 | 22% | 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde |
| CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - REDE PRIVADA | R\$ 19.523.344,71 | 57% | 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde |
| TOTAL | R\$ 34.197.386,35 | 100% | - |

Fonte: Portal da transparência - Prefeitura de Mossoró (2022)

Conforme evidenciado na Tabela 2, o município de Mossoró teve elevadas despesas no exercício de 2020, com maiores destaques para a Contratação de Serviços da Saúde que tomou metade do orçamento de 2020, quanto ao controle e combate da COVID -19, conforme foi aberto a despesa e verificado a observação do documento de empenho para verificar do que se trata e em seu texto falava sobre Associação De Assistência E Proteção A Maternidade E A Infancia De Mossoró (APAMIM) - atividades de assistência à saúde e atos de gestão que entre si celebram o Município De Mossoró, através da Secretaria

Municipal De Saúde e a APAMIM, para execução dos serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, inerentes a suplementação temporária, em caráter emergencial, de leitos e recursos humanos na área da saúde, em razão de calamidade pública decretada pelo governo federal, estadual e municipal, cumulada com gestão de estabelecimento hospitalar, com base em termo de ajustamento de conduta elaborado pelo Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho datado em 16 de abril de 2020.

Segundo Fauvel (2020), a pandemia trouxe muitos problemas para a economia, afetando diferentes áreas como comércio, impostos e empregos e em decorrência disso muitas empresas encerraram suas atividades definitivamente diante da crise financeira e econômica causada pela COVID-19. A classe artística de Mossoró não foi diferente, sofreu bastante com as medidas de proteção e fechamentos de casas de show, teatros, fazendo assim que empresas de iluminação, bandas, empresas que forneciam som para determinadas festas fosse afetado, com isso a Prefeitura de Mossoró procurou ajudar artistas locais.

A PMM promoveu ajudar 126 profissionais do setor artístico e cultural, entre pessoas físicas e jurídicas que durante a pandemia ficaram sem renda, alocando 5% dos recursos recebidos no montante de R\$ 1.834.700,00.

Vale destacar também as despesas das manutenções das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), na qual tomou 22% do orçamento de 2020, com valores de R\$ 7.628.857,32 (sete milhões, seiscentos e cinte oito mil, oitocentos e cinquenta sete reais e trinta dois centavos), no controle e combate à COVID-19, também foi aberto a despesa para verificação do item do empenho, na qual foi identificado que a maioria dos gastos foram com materiais de EPI para unidade, como máscaras reutilizáveis, tripla proteção, com filtro, avental hospitalar, luvas de procedimento hospitalar, toucas descartáveis, entre outros EPI, s conforme o item do empenho, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979/2020. Com as

empresas de fornecimento de material médico hospitalar utilizados no combate à COVID-19, através de emenda parlamentar.

Tabela 3 - Despesas da COVID-19 ano 2020

| Aplicação de Recursos | Valores | Equipamentos ou Serviços |
|---|-------------------|---|
| Manutenção U.B.S | R\$ 2.988.562,93 | Aparelhos de pressão para adultos, Estetoscópio, Termômetros Clínicos Digitais, Kit testes rápidos para detecção do Covid 19, Folha de pagamento - despesas variáveis e contratações por tempo determinado. |
| C.R.A.S | R\$ 1.222.208,65 | Gás de cozinha, Locação de imóvel e Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil |
| MANUTENÇÃO UPA | R\$ 7.628.857,32 | Kits de teste rápido, Máscaras, Medicamentos específicos como remédios para pacientes e EPI 's |
| CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - REDE PRIVADA | R\$ 19.523.344,71 | APAMIM -atividades de assistência à saúde |

Fonte: Portal da transparência - Prefeitura de Mossoró (2022)

Conforme o mostrado na Tabela 3, na qual se evidencia os gastos no ano de 2020 no Município de Mossoró RN, mostrando as aplicações dos recursos enviados e com o que eles foram gastos, destacando o valor maior das contratações de serviços de saúde que foi a APAMIM para execução dos serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial.

Sobre esse requisito, Lima e Schmidt (2019), destacam que apesar dos preceitos legais de transparência, já mencionados, o objetivo da divulgação não vem sendo alcançado, pois, as informações publicadas são de difícil compreensão pela população, onde os gestores públicos, estão preocupados em atender os requisitos da lei, em detrimento da informação compreensível para participação popular, e observam que se deve procurar mecanismos para resolver a assimetria das informações.

No que lhe concerne, Reis e Ramos (2019), corroboram serem imprescindíveis essas informações sobre a transparência de atos públicos, pois, dessa forma pode-se

evitar ações fraudulentas dos gestores, pois, com a evidenciação minuciosa dos contratos públicos, esses podem ser fiscalizados pelos cidadãos, que são os maiores interessados, minimizando assim, ilícitos com recursos governamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, teve como objetivo avaliar documentos no Portal da Transparência do município de Mossoró RN, sobre recursos da COVID-19, como foram utilizados os recursos, e a liquidação em prol da população no meio deste cenário pandêmico.

A metodologia utilizada deu-se através de uma pesquisa esse método utilizado não tem a intenção de manipular os dados apontados, apenas observá-los, registrá-los e analisá-los em sua correta ordenação sem haver uma intervenção por parte do pesquisador, buscando documentos e dados no Portal da transparência do Município de Mossoró RN.

Em relação aos dados obtidos na pesquisa, pode-se verificar com detalhes como o recurso foi gasto pela Prefeitura de Mossoró RN de março a dezembro de 2020. Observou-se nos dados os gastos e liquidações com materiais para combate da COVID-19, reformas de UBS, Hospitais de Pronto Atendimento, Reforma dos CRAS e contratações de profissionais da área de Saúde nesse cenário pandêmico.

Vale destacar os maiores recursos usados pela Prefeitura do Município de Mossoró no ano de 2020, como a Contratações de serviços de saúde com 79,90%, Manutenção das unidades de Pronto Atendimento (UPA) 5,44%, reformas dos CRAS 7,46% e Manutenção das UBS 9%, foram esses dados encontrados nos documentos do Portal da transparência e registrado pelo pesquisador. Da mesma forma, Santos e Mota (2020), detectaram baixo nível de informações apresentados nos portais, relacionados à covid-19 e Maciel (2020), constatou baixo nível das respostas apresentadas aos

requerentes e falta de sigilo da identificação dos requerentes.

Entende-se que a pesquisa contribuiu para entender como foi usado todos os recursos destinados ao município de Mossoró RN, verificando os documentos para registrar valores, contas e liquidação feita pela Prefeitura em prol da população no ano de 2020. Com os indicadores e informações obtidas na pesquisa, fica disponível para população do Município de Mossoró RN para verificação e rastreamento de valores, contas e informações contidas através dessa pesquisa.

Como indicadores para futuras pesquisas sobre o tema, destaca-se a necessidade de buscar junto aos cidadãos os seus anseios e necessidades sobre as informações que os mesmos almejam e necessitam, para construir modelos de informações de acordo com as necessidades dos usuários, em conjunto com o interesse público.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Governo executa 77% dos recursos para ações de combate à COVID-19.** (2020). Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/governo-executa-77-dos-recursos-para-acoes-de-combate-a-covid-19> Acesso em: 3 nov. 2021.

ANDERSON R. M., HEESTERBEEK H.; KLINKENBERG D.; HOLLINGSWORTH T. D. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic?

Lancet, [s.l], 2020. [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30567-5](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30567-5)

AQUINO, E.; SILVEIRA, I. H.; PESCARINI, J.; AQUINO, R.; SOUZA-FILHO, J. A. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia da COVID-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva Preprints**. 2020.

Disponível em:

<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/medidas-de-distanciamento-social-nocontrole-da-pandemia-de-covid19-potenciais-impactos-e-desafios-no-brasil/17550> Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. (2019). **Lei Complementar nº 149/2019**. Compensação financeira. Disponível em:

Pesquisas contemporâneas em contabilidade, v.2.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206395> Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.320, **de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm Acesso em: 12 dez. 2021.

CALDAS, O. V.; COSTA, C. M.; PAGLIARUSSI, M. S. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 237-264, 2016. <https://doi.org/10.1590/0034-7612140185>

CENTURIÃO *et al.* Desafios empresariais e sugestões de políticas frente a pandemia de Covid-19. **A Economia em Revista - AERE**, v. 28, n. 1, p. 54-65, 2020.

CHAVES, T. S. S.; BELLEI, N. SARS-CoV-2, o novo Coronavírus: uma reflexão sobre a Saúde Única (One Health) e a importância da medicina de viagem na emergência de novos patógenos. **Revista de Medicina**, [S.l.], v. 99, n. 1, 2020. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v99ilpi-iv>
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). COVID-19: CGU e PF combatem irregularidades na saúde no Maranhão. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/09/covid-19-cgu-e-pf-combatem-irregularidades-na-saude-no-maranhao>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). Portal da Transparência do Governo Federal. (2020). Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/> acesso em: 2 jan. 2022.

CORREA, Luiz. O papel do Contador com o Coronavírus. 2020. **Luiz Correa Contador**. Disponível em: <https://luizcorreacontador.com.br/o-papel-do-contador-com-o-coronavirus/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FAUVEL, Augusto. Covid-19 e as prorrogações tributárias. **Arquivei**, São Paulo, 28 de mai. de 2020. Disponível em:

[https://arquivoi.com.br/blog/covid19easprorrogaocoestributarias/#2 Prorrogaao do INSS PIS e COFINS](https://arquivoi.com.br/blog/covid19easprorrogaocoestributarias/#2%20Prorrogaao%20do%20INSS%20PIS%20e%20COFINS). Acesso em: 5 abr. 2022.

FELTRINI, I. F.; GONÇALVES, J. R.; PINHO FILHO, L. C. de. Contratação emergencial no Distrito Federal: análise da medida provisória nº 961/2020. **Revista Processus**, Distrito Federal, v.11, n. 41, p.126-156, 2020.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.4086571>

FERREIRA, A.; SILVA, P.; RODRIGUES; R. Como as empresas estão se ajustando aos impactos causados pela COVID-19? Um estudo em MPE's situadas em shoppings centers da Feira de Santana. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM

CONTABILIDADE, 10, 2020, São Paulo. **Anais**[...]. São Paulo: USP, 2020.

FLORÊNCIO FILHO, M. A.; ZANON, P. B. COVID-19 e corrupção: políticas de controle em face às medidas emergenciais. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, 14(2), Edição Especial Covid-19. 2020. Disponível em: 27 mar 2021.
<https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/207>

GARRIDO, R. G.; GARRIDO, F. S. R. G. COVID-19: Um panorama com ênfase em medidas restritivas de contato interpessoal. **Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 127-141. 2020. <https://doi.org/10.17564/2316-3798.2020V8N2P127-141>

GUIMARÕES JÚNIOR *et al.* Efeitos da Pandemia do COVID-19 na Transformação Digital de Pequenos Negócios. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**. v. 5, n. 4, p. 1-10, 2020.

LIMA, R. V.; SCHMIDT. O direito de acesso à informação pública e a política de participação Social. **CONGREFAC**, 2019. <https://doi.org/10.29327/116387.3-10>.

LIU Y.; GAYLE A.A.; WILDER-SMITH A.; ROCKLÖV J. The reproductive number of COVID-19 is higher compared to SARS coronavirus. **Journal Travel Med**, n. 27, v. 2, 2020.
<http://doi.org/10.1093/jtm/taaa021>

MENDRONI. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2015/Bol18_07.pdf

NANDER, D. **TCU: só 5% devolveram auxílio emergencial recebido indevidamente**. 2020. (2020). Disponível

em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/45392/tcu-so-5-devolveram-auxilio-emergencial-recebido-indevidamente/>
Acesso em: 27 mar 2022.

NOBRE, E. S. M.; AGUIAR, S.C. Lei nº 13.979/2020 e o regime emergencial da dispensa de licitação do coronavírus.

Revista Controle, Fortaleza, v.18, n.2, p.77-108, 2020.

Disponível em:

<file:///C:/Users/slpsc/Music/Orienta%C3%A7%C3%B5es/Andierik/a/lei%20das%20licitacoes%20para%20o%20covid%2019.pdf>

PASCHOAL, A. L. P.; SANTOS, N. de A.; FARONI, W. Diamante da fraude: evidências empíricas nos relatórios de demandas externas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) dos municípios brasileiros. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.12, n. 2, p.136-156, 2020.

<http://doi:10.21680/2176-9036.2020v12n2ID18732>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA da PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. (2021). Disponível em:

<http://187.19.199.132:8082/transparencia/despesas.aspx>

Acesso em: 8 dez. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE GOIÂNIA. (2020). Disponível em:

<http://187.19.199.132:8082/transparencia/covid19.aspx>

Acesso em: 12 dez. 2021.

REIS, H. J. de A.; RAMOS, J. C. C. O município de Simplício Mendes - PI e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação). **Revista Id on line**, Recife, v. 13, n. 45, 2019. Disponível em:

<https://idonline.emnuvens.com.br/id/about/contact> Acesso em: 11 jan. 2022.

SANTOS, J. G. dos. MOTA, F. P. B. A transparência governamental em tempos de Covid-19: reflexões do quadro brasileiro. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 14, n. 39, p. 3716-3724, 2020.

<https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3288>

SCHIMIDT, F.; MELLO, J.; CAVALCANTE, P. **Estratégias de Coordenação Governamental na crise da COVID-19.** Nota Técnica, IPEA, 2020. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9828/1/NT_32_Diest_Estrat%a9gias%20de%20coordena%a7c%a3o%20governamental%20na%20crise%20da%20Covid_19.pdf Acesso em: 11

nov. 2021.

SOUSA JUNIOR, J. H. de; RAASCH, M.; SOARES, J. C.; RIBEIRO, L.V.H.A. de S. da desinformação ao caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n. 2,

Edição Especial, p. 331-346, 2020.

<http://dx.doi.org/10.9771/cp.v13i2.COVID-19.35978>



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

ISBN: 978-65-80565-08-5

CD



9 786580 565085